

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**A conferência de Algeciras de 1906: a posição portuguesa
face à questão marroquina.**

Ilham Houass

**Tese orientada pela Prof.^a Doutora Teresa Nunes, especialmente
elaborada para a obtenção do grau de Mestre em história
Contemporânea.**

ANO

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**A conferência de Algeciras de 1906: a posição portuguesa
face à questão marroquina.**

Ilham Houass

ANO

2016

Aos meus pais

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus que iluminou o meu caminho e deu-me a força para contrariar as dificuldades durante o período da elaboração deste trabalho.

À minha excelentíssima orientadora, a Professora Doutora Teresa Nunes, pelas suas fundamentais orientações e pelos seus conselhos constantes que me permitiram seguir importantes pistas de investigação e elaborar esta dissertação,

A todos os meus professores de mestrado da Faculdade de Letras-Universidade de Lisboa,

Aos meus pais e irmãos, uma palavra especial de reconhecimento, pelos seus incentivos, encorajamento e compreensão, pela ausência de três anos de imigração no meu segundo país, Portugal,

Aos meus colegas e amigos tanto marroquino como portugueses, pelas suas dedicações sem limites,

Gostaria, também de aproveitar o ensejo para expressar o meu profundo agradecimento ao professor doutor Abdessalam Okab, e à Professora Doutora, Maria Antónia Mota, nossos coordenadores da Licenciatura dos Estudos Portugueses na Faculdade de Letras da Universidade de Mohammed V, pelos seus esforços, paciência, dedicação e profissionalismo em manter a ligação deste fio cultural e académico entre Portugal e Marrocos,

Estou muito grata, finalmente, aos membros de júri por terem aceitado ler e avaliar a minha dissertação.

Este trabalho teve o apoio financeiro de Camoês- Instituto da Cooperação e da Língua I.P., através da cedência de uma bolsa de investigação (referência nº 510322506), imprescindível para a conclusão deste estudo.

Resumo

Neste estudo visa-se estudar a primeira crise marroquina ou a *questão marroquina*, como os historiadores contemporâneos ocidentais lhe chamavam, na conferência de Algeciras de 1906, procurando perceber a posição portuguesa face a questão marroquina, com base em documentos inéditos existentes nos arquivos nacionais de Portugal, como o arquivo Histórico-diplomático de Ministério de Negócios Estrangeiros. Trata-se de analisar uma série de correspondências, despachos, relatórios de diplomatas, etc. A importância desta documentação consiste na informação que contém acerca de questões, tais como as rivalidades das potências europeias em torno de Marrocos, a rutura de *Statu quo* de Marrocos e a celebração duma conferência internacional em Algeciras.

Palavras-chave: Marrocos; Portugal; a Conferência de Algeciras.

Résumé

Cette étude vise à étudier la première crise marocaine ou la question marocaine, comme les historiens occidentaux contemporains l'appelaient, dans la conférence d'Algésiras en 1906, en cherchant à se rendre compte de la position portugaise face à la question marocaine, sur la base des documents inédits existants dans les archives nationales du Portugal, comme l'archive Historique-diplomatique du Ministère des Affaires Etrangères. Il s'agit d'une série de correspondances, d'ordonnances, de rapports diplomatiques, etc. L'importance de cette documentation réside dans l'information qu'elle apporte au sujet des questions telles que les rivalités des puissances européennes autour du Maroc, la rupture du *statu quo* du Maroc et la célébration d'une conférence internationale à Algesiras.

Mots-clés: Maroc; Portugal; la Conférence d'Algesiras.

Índice

| | |
|--|------------|
| Introdução..... | 7 |
| I. Marrocos e a penetração europeia..... | 13 |
| 1. A pressão militar..... | 13 |
| 2. A pressão económica..... | 20 |
| 3. O estabelecimento europeu em Marrocos..... | 28 |
| II. A Conferência de Algeiras..... | 33 |
| 1. A contextualização..... | 33 |
| 2. A definição de objetivos diplomáticos..... | 43 |
| 3. A caracterização das diplomacias europeias em confronto e seus protagonistas..... | 58 |
| III. A posição portuguesa face à questão marroquina..... | 69 |
| 1. Os trabalhos preparatórios e a percepção dos diplomatas portugueses..... | 69 |
| 2. A posição portuguesa no contexto da conferência..... | 81 |
| 3. Portugal face às Polémicas e Resoluções da Conferência..... | 95 |
| 4. Áreas de interesse e influência portuguesa..... | 101 |
| Conclusão..... | 111 |
| Fontes e bibliografia..... | 115 |

Introdução

No início do século XIX, Marrocos foi um Estado soberano pleno reconhecido pelo cenário internacional da época e, em particular, pelos países europeus. Prova disso é que o Império Xerifino estabeleceu embaixadas, ratificou vários tratados e respeitou as cláusulas das convenções internacionais.

No entanto, no segundo terço do século XIX, mais precisamente, em 1844, Marrocos confrontou-se com uma situação vulnerável perante a pressão europeia. Na realidade, esta situação já se fazia sentir muito antes, nomeadamente, a partir da Idade Média e desde então foi crescendo. Mas, com a consolidação do crescimento económico europeu a partir de meados do século acima referido, Marrocos passou a ser mais dependente do comércio exterior, tornando-se deste modo um instrumento ao serviço dos interesses estrangeiros.

As guerras napoleónicas atrasaram o dito processo, mas depois de 1815, a Europa, que tinha adquirido consciência política com as negociações de Viena¹, estava disposta a intervir em nome da conjugação de duas premissas: a liberdade e a tradição. A libertação dos escravos, a eliminação da pirataria e a liberalização do comércio eram os lemas daquele momento².

A nova fase vivida pelos países da Europa não era suficiente para explicar o movimento expansionista colonial europeu. O problema essencial, segundo o autor Jean-Louis Miège, «est celui du passage de L'impérialisme de fait, du free trade- celui de l'expansion commerciale et de la domination économique à la colonisation avec contrôle politique et occupation territoriale³».

Essa política expansionista colonial europeia, que se consolidou a partir de meados do século XIX, envolveu Marrocos no jogo das estratégias políticas e comerciais dos países europeus. Vislumbrou-se então os cinco principais protagonistas nesta área regional: a França, contígua devido à sua presença na Argélia, esperava concluir o seu império colonial pela conquista de Marrocos; a Espanha, estabelecida no Norte de Marrocos, seja na conquista de

¹- O congresso de Viena foi uma conferência diplomática ocorrida na capital de Áustria (Viena) entre Setembro de 1814 e Junho de 1815. Contou com a participação das principais potências monárquicas do período (Grã-Bretanha, Prússia, Rússia e Áustria), a fim de estabelecer o equilíbrio de forças entre as nações europeias após a queda do império francês liderado por Napoleão Bonaparte.

²- Abdallah Laroui, *Historia Del Magreb desde los Orígenes hasta el Despertar Magrebí. Un ensayo interpretativo*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1994, p. 283.

³- Jean-Louis Miège, *Expansion Européenne et Décolonisation de 1870 à nos jours*, Paris, Presse Universitaire de France, 1937, p. 151.

império alauita⁴ para segurança das suas praças de Ceuta e de Melilla, seja como uma alternativa colonial na perda das suas colónias de América, em 1898; a Grã-Bretanha, senhora de Gibraltar e preocupada com a presença francesa na costa mediterrânea africana, considerando-a um atentado contra a segurança das suas rotas marítimas; a Itália, uma potência mediterrânica, acalentou, durante anos, realizar a sua empresa colonial nas terras entre a Tripolitânia e a Tunísia, para defender as suas águas no Mediterrâneo, transformando a zona central do mar num “lago” Italiano; e a Alemanha que, desde o início da sua *Weltpolitik*, considerou-se parte interessada em Marrocos, como forma de exigir compensações para a sua expansão colonial noutras áreas geográficas.

Os interesses e objetivos muito diferentes de cada um dos países referidos levaram Marrocos a entrar gradualmente numa série de conflitos, a fim de proteger a sua independência como Estado. Neste contexto, Marrocos assinou diversos acordos bilaterais e outros coletivos, por vezes sob pressão dos países europeus, devido a eventos importantes, como a guerra de Isly, em 1844, e, mais tarde, com a Batalha de Tetuão de 1859-1860.

Estes dois conflitos bélicos abriram um novo capítulo nas relações de Marrocos com as potências ocidentais. Um capítulo doloroso, caracterizado, anos após anos, por novas e sucessivas cedências no campo comercial. Estas concessões foram uma das primeiras causas da crise marroquina, que, mais tarde seria internacionalizada em duas conferências: a primeira foi a Conferência de Madrid, em 1880 e a segunda foi a Conferência de Algeiras, realizada em 1906.

A partir desta perspectiva, vem a importância deste estudo através do qual procuraremos estudar esse fenómeno (a chamada *questão marroquina*) e dar-lhe limites históricos apropriados, procurando perceber, ao mesmo tempo, a posição portuguesa perante o tema, com base em documentos inéditos, consultados em arquivos portugueses, como o Arquivo Histórico Diplomático do Ministério de Negócios Estrangeiros.

⁴ - Les Alaouites deviennent sultans du Maroc à la suite d'une période d'instabilité ayant suivi le décès du dernier sultan de la dynastie des Saadiens en 1659 et la menace expansionniste des Dilaites (Zaouia de Dila), installés au centre du Maroc. Mulei Rachid troisième prince alaouite, qui installe la dynastie entre 1664 et 1672 de façon stable e durable, marquant ainsi le début de la dynastie alaouite du Maroc, qui est toujours à la tête du royaume de nos jours. Originaires du Tafilalet, au sud-est du Maroc, les Alaouites sont des chorf (pluriel de chérif), c'est-à-dire qu'ils descendent du Prophète, par son gendre Ali, d'où l'usage, aujourd'hui, d'appeler le Maroc le Royaume Chérifien. Cf. Pascal Mallen-Barret, *Le Maroc de A à Z*, Ed. André Versaille, Bruxelles, 2010, pp. 13-14.

Ainda que se trate de um tema pouco explorado, em Portugal, será importante citar o trabalho de autora Gisela Medina Guevara, *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial. A Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*⁵. A obra centra-se nas relações luso-alemãs em finais do século XIX, mas aborda várias questões que têm a ver diretamente com a temática do nosso estudo: o plano conjunto Portugal-Marrocos e “o perigo espanhol” na balança dos poderes europeus, a crise de Marrocos e a concessão da Madeira, até Dezembro de 1905, a Conferência de Algeciras e o novo equilíbrio europeu, entre outros.

Existem outros estudos de autores estrangeiros com contributos importantes sobre este tema, segundo várias perspetivas. Nesta linha, podemos mencionar, na historiografia castelhana, a obra do autor Gabriel Maura Gamazo, *El Convenio entre España y Francia Relativo a Marruecos, Discurso Pronunciado en el Congreso de los Diputados*⁶. Trata-se duma obra clássica que abrange o período em análise no nosso trabalho, com o estudo da política exterior espanhola, no que diz respeito a Marrocos: a política de *Statu quo*, os Tratados de 1902 e 1904, negociados entre a França, a Espanha e a Grã-Bretanha, e as suas consequências para a Espanha, a Conferência de Algeciras e os acontecimentos de Casablanca, entre outros. Outra obra que aborda a problemática do nosso estudo é do autor Javier Betegón, *la Conferencia de Algeciras, diario de un testigo, con notas de viajes à Gibraltar, Ceuta y Tanger*⁷. Trata-se de uma obra também clássica mas diferente da anterior, porque aquela só se centra no estudo da Conferência de Algeciras e das suas sessões. A par destas obras clássicas, têm surgido estudos contemporâneos de grande interesse, principalmente os artigos apresentados em congressos internacionais. Destacam-se os artigos

⁵- Gisela Medina Guevara, *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial. A Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*, Lisboa, Colibri, 1997.

⁶- Gabriel Maura Gamazo, *El Convenio Entre España e Francia Relativo a Marruecos. Discurso Pronunciado en el Congreso de los Diputados el Día de Diciembre de 1912*, Madrid, Imprenta calle de la libertad, Sd.

⁷- Javier Betegón, *La Conferencia de Algeciras. Diario de un Testigo, Con Notas de Viajes à Gibraltar, Ceuta y Tanger*, Madrid, Hijos de J. A. Garcia, 1906.

Rosário De La Torre del Rio, *La Crisis Internacional de 1905*⁸ e o de Muhamed Larbi Mesari, *Reflexiones desde el Sur de Tarifa. Algeciras, un Hiato en la Historia de Marruecos*⁹.

Na histografia árabe citamos duas tendências. A primeira tendência é tradicionalista e está representada por Abd el-Rahman Ben Zaidan, autor da obra *Ithaf Aalam Anas Bi Gamali Ajbari Hadarati Meknes*¹⁰. De pendor narrativo, centra-se na história do Império Xerifino, com base em documentos inéditos marroquinos. Embora não se restrinja à temática do nosso estudo, dedica no entanto uma parte importante ao estudo da mesma. A segunda tendência é contemporânea. Nesta linha referimos uma obra recém-publicada do autor marroquino Youssef Akmir intitulada *De Algeciras a Tetuán 1875-1906: Orígenes del Proyecto Colonialista Español en Marruecos*¹¹, subordinada à temática do nosso estudo. A obra inicia-se com o estudo das estruturas sociopolíticas e o interesse estrangeiro relativo a Marrocos, para posteriormente abordar as repercussões da questão marroquina na vida política e social espanhola e terminar com o estudo das sessões da Conferência de Algeciras através da análise de fontes primárias fundamentais como o Diário das Sessões das Cortes Espanholas e outras, igualmente cruciais e não publicadas como, por exemplo, os documentos que se encontram no Arquivo do Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol.

Quanto aos estudos de autores franceses, o tema do nosso estudo tem sido alvo de grande interesse por parte dos historiadores. Limitamo-nos porém a citar uma das obras mais significativas na histografia francesa por ter abordado detalhadamente a crise marroquina, analisando criticamente as principais fontes sobre o assunto e levantando os principais problemas inerentes ao tratamento deste tema. A obra é do autor André Tardieu intitulada *La Conférence D'Algeciras: Histoire Diplomatique de la Crise Marocaine (15 Janvier- 7 Avril)*¹².

⁸- Rosário De La Torre del Rio, «La Crisis Internacional de 1905», in Pilar Pinto Alonso, Rosabel O'Neill Pecino (coord.), *Actas del Congreso Internacional, La Conferencia de Algeciras de 1906. Cien años después*, Algeciras, Fundación Municipal de Cultura José Luis Cano, 2008.

⁹- MESARI, Muhamed Larbi, «Reflexiones desde el Sur de Tarifa. Algeciras, un Hiato en la Historia de Marruecos», in José António Gonzáles Alcantud e Eloy Martín Corrales (eds.), *La Conferencia de Algeciras en 1906: un banquete colonial*, Barcelona, Edición Bellaterra, 2007.

¹⁰- Abd el-Rahman Ben Zaidam, *Ithaf Aalam Anas Bi Gamali Ajbari Hadarati Meknes*, 1.ª ed., 5 Vols., Rabat, Editora National, 1933.

¹¹- AKMIR Youssef, *De Algeciras a Tetuán 1875-1906: Orígenes del Proyecto Colonialista Español en Marruecos*, Rabat, Instituto de Estudios Hispano-Lusos, 2009.

¹²- André Tardieu, *La Conférence D'Algésiras: Histoire Diplomatique de la Crise Marocaine (15 Janvier- 7 Avril)*, 3.ª Ed., Paris, Félix Alcan et Guillaumin Réunies, 1909.

Por norma, o trabalho bibliográfico é considerado a base de partida necessária para elaborar qualquer estudo científico. As características metodológicas e temáticas do presente trabalho colocaram-nos ante a necessidade de consultar estudos em língua árabe¹³, francês¹⁴ castelhana¹⁵ e, em particular, documentação mecanográfica e manuscrita em português (fontes primárias, neste caso) que constitui um suporte fulcral da nossa investigação. O Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros revelou-se fundamental para a nossa pesquisa, com especial destaque para as fontes relativas à Legação portuguesa em Tânger referente ao ano 1904-1905 e à Conferência de Algeciras de 1906.

De igual forma, a Biblioteca Nacional de Portugal, a Biblioteca nacional do Reino de Marrocos e a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa foram cruciais para a nossa investigação. Consultámos fontes impressas, monografias e estudos publicados sobre a temática do nosso estudo desde diferentes perspetivas como, por exemplo, Barão de Colaço e Macnamara, autor da obra *Soberanos marroquinos*. Junto com esta obra, consultámos o estudo do autor Mohammed Omar El-Hajoui intitulado *Histoire Diplomatique du Maroc (1900-1912)*¹⁶. A obra encontra-se na Biblioteca Nacional de Reino de Marrocos, e é um dos estudos de grande interesse por ter analisado várias questões relacionadas com o nosso estudo, a saber: as embaixadas extraordinárias marroquinas na Europa, os acordos de 1904, a intervenção da Alemanha na política de Marrocos, a visita de Guilherme II a Tânger e a Conferência de Algeciras, entre outros assuntos. Também, consultámos publicações periódicas portuguesas como o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Comércio e o Século*, cujos artigos serviram para tomarmos o pulso à opinião portuguesa no contexto da primeira crise marroquina.

Desta forma, e após a leitura e processamento dos dados entretanto obtidos, dividimos o nosso trabalho em três capítulos. O primeiro pretende abordar as etapas da política de pressão exercida pelas potências europeias, nomeadamente de tipo militar e económico, bem como o crescimento da comunidade estrangeira, associada ao comércio e à espionagem, a fim de melhor penetrar em Marrocos.

¹³-Veja-se na bibliografia os livros árabes que nos consultamos.

¹⁴-Veja-se na bibliografia os livros franceses que nos consultamos.

¹⁵-Veja-se na bibliografia os livros castelhanos que nos consultamos.

¹⁶- Mohammed Omar El-Hajoui, *Histoire Diplomatique du Maroc (1900-1912)*, Paris, G.-P. Maisonneuve, 1937.

No segundo capítulo, pretendemos contextualizar a Conferência de Algeciras e estudar os objetivos diplomáticos que nortearam a atuação de cada uma das potências que já referimos, participantes na referida conferência, e o confronto suscitado pelos interesses distintos.

O terceiro e último capítulo visa analisar a posição portuguesa face à questão marroquina através da correspondência geral, telegramas e despachos expedidos pelos diplomatas portugueses que participaram na Conferência de Algeciras.

A elaboração deste estudo confrontou-se com algumas dificuldades, sendo uma das mais prementes o acesso às fontes históricas. Nomeadamente, no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministro dos Negócios Estrangeiros, a dificuldade surgiu no que diz respeito ao horário em que era permitida a consulta dos fundos era bastante reduzido e a forma de catalogação a documentação. Contudo, estes obstáculos foram ultrapassados com a ajuda dos funcionários do referido arquivo, da Biblioteca Nacional de Portugal, da Faculdade de Letras de Lisboa e da Biblioteca Nacional do Reino de Marrocos conseguindo assim levar a nossa investigação a bom termo.

I. Marrocos e a penetração europeia

1. Pressão militar

No final do primeiro terço do século XIX, uma nova ordem política e militar começou a surgir no Mediterrâneo, resultando da acumulação de múltiplos processos da mudança demográfica, económica, técnica e científica. As relações da Europa com os países islâmicos deixaram de ser fundadas, a partir dessa época, no equilíbrio das forças¹⁷.

Os primeiros fatores desse desequilíbrio foram de ordem militar. A conquista francesa da Argélia, efectuada em 1830, alterou definitivamente as relações de força vigentes entre a Europa e a África de Norte.

A posse de Argélia pelos franceses pôs fim à relação tradicional entre a Europa e os países do Magreb que remontava à Idade Média e iniciou a empresa colonial francesa no Norte de África. Como relata Atard Palacio:

*Pacificada Argelia tras la rendición de Abdelkader, se inicia la colonización por europeos, muy especialmente españoles, que integran más de la mitad de la población de origen europeo en Orán y un alto porcentaje en Argel. Argelia será desde entonces un centro de expansión francesa hacia el Sáhara, hacia Túnez y, más tarde, hacia Marruecos*¹⁸.

Os habitantes de Tlemcen ficaram inquietos perante a invasão francesa, tendo solicitado proteção ao sultão marroquino, Mulei Abd el-Rahman Ben Hisham¹⁹ que consultou os *ulémas*²⁰ de Fez, que o aconselharam a aceitar o pedido, nomeando seu primo, Mulei ben Soleiman, então com apenas 15 anos de idade, Califa²¹ de Tlemcen.

¹⁷ - Michel Abitbol, «Du XVIII Siècle à 1844: une politique d'ouverture jusqu'à la défaite de l'Isly», in Paul Dahan e Sylvie Lausberg (dirs.), *Le Maroc et l'Europe Six Siècles dans le Regard de L'autre*, Re-Bus (Italie), Quart'Coul (Toulouse), 2010, p. 110.

¹⁸ - Apud José Crespo Redodo, *Historia de Marruecos*, Rabat, Consejería de Educación en Embajada de España en Marruecos, s.d. p. 154.

¹⁹ - Mulei Abd el-Rahman Bem Hisham era o vigésimo quarto descendente da dinastia alauita. Nasceu em Fez em 1789 onde foi designado por seu tio mulei Soleiman como imperador de Marrocos em 1752. O seu reinado foi marcado por uma viragem na história do império xerifino causada pela instalação da França no Norte da África que costuma fazer se remontar ao mês de junho, em 1830, e a vizinhança imediata duma Europa expansionista eivada pela divergência e antagonismo dos múltiplos interesses nacionais. Isso fez Marrocos entrar no mundo ocidental. O rei faleceu em 1859. Cf. Henri Terrasse, *Histoire du Maroc*, Ed Abrégée, Casablanca, Atlantides, 1952, p. 149.

²⁰ - *Uléma* refere-se a pessoas com extensos e profundos conhecimentos na religião Islâmica.

²¹ - Título dado ao comandante supremo dos muçulmanos.

O jovem Califa não permaneceu muito tempo na Argélia, já que a França, vendo que este movimento prejudicava os seus interesses coloniais, ameaçou o sultão com medidas mais severas, colocando-o perante duas escolhas: ou enfrentava os franceses ou retirava as suas tropas do território argelino. E como a primeira alternativa era inviável, devido ao desnível entre as duas partes em todos os setores, o sultão decidiu retirar o seu exército de Tlemcen, embora sem deixar de continuar a apoiar indiretamente o movimento de resistência organizado no país, sob a liderança do Abd al-kader, que lançou a *al-jihad* contra os franceses.

O apoio do sultão à resistência argelina provocou hostilidades militares com a França, tendo aquele sido batido pelas tropas do marechal Bugeaud, em 1844, na batalha de Isly. Só a intermediação britânica evitou maiores consequências. Pode dizer-se o mesmo de Marrocos, quem preservou a independência e integridade do seu território não graças ao Mahzem (o governo ou autoridade suprema em Marrocos), mas sim à Grã-Bretanha, tal como demonstraremos mais adiante.

A Batalha de Isly foi o primeiro confronto direto entre Marrocos e forças militares europeias - neste caso, francesas - desde a batalha de Alcácer Quibir, travada em 1578²², que tinha derrotado desde então todas as incursões estrangeiras no seu território. Mas os marroquinos não acompanharam o progresso tecnológico e militar, dos equipamentos militares e as novas táticas, herdadas dos exércitos de Napoleão. Os franceses enfrentaram um oponente sem capacidade militar, mal armado e equipado, baseado essencialmente no serviço voluntário. Pela primeira vez na história de Marrocos, era impossível um confronto frontal, apesar da forte crença dos combatentes na *jihad*. Face a isto, o sultão viu-se forçado a adoptar uma estratégia mais sinuosa, baseada na exploração das rivalidades entre os países europeus, para assim conseguir manter a independência do seu país e afastar o fantasma de uma guerra contra um exército moderno, que bateu à porta de Marrocos a partir dessa data (1844).

²²- Em 1578, a batalha de Oued Al-Makhazem, conhecida também com o nome de Batalha dos Três Reis, viu enfrentarem-se as forças do sultão Abu Marwan Abd Al-Malik, ou conhecido pelos historiadores portugueses como Mulei Maluco, e os exércitos do sultão Mulei Mohammed, que foi destronado em 1576 pelo seu sobrinho o sultão Abu Marwan Abd Al-Malik. O sultão marroquino destronado Mulei Mohammed (Mutaokil) fugiu para Portugal e aliou-se às forças portuguesas de D. Sebastião para recuperar o seu trono, em troca, cedendo a cidaa de Larache. Este acordo entusiasmava o rei D. Sebastião, que se deslocou com o seu exército a Marrocos para apoiar o seu aliado local, com o intuito de recuperar o prestígio da Cristandade em terra islâmica. A batalha saldou-se pela morte dos três soberanos. Não obstante este resultado, o grande derrotado foi Portugal: dois anos mais tarde, o trono português caía nas mãos do rei Filipe II de Espanha. O vencedor foram os Saaditas, que em breve se veriam forçados a defender o norte do país contra os apetites expansionistas otomanos.

Não é estranho que a França tenha bombardeado, ao mesmo tempo, duas cidades sensíveis no Estado marroquino. A primeira foi Tânger, pela sua importância estratégica e diplomática, e a segunda Mogador (Essaouira), nessa altura um porto importante. Com este ataque, a França pretendeu demonstrar ao Sultão a sua força para impor condições a seu favor. Por conseguinte, efetuou bombardeamento desde o extremo leste de Marrocos até ao extremo Norte e Sul, pontos sensíveis para envolver o país num estado de pânico generalizado.

Perante essa pressão militar, o sultão não teve uma outra opção senão a de aceitar a assinatura do Acordo de Tânger, em 1844, no qual reconheceu a presença francesa na Argélia e cessou todo e qualquer apoio oficial ao emir (príncipe) Abd el-Kader, que foi declarado fora da lei em Marrocos e na Argélia. Volvido um ano, as duas partes assinaram o Tratado de Lalla Maghnia²³, em 1845, que fixou as fronteiras entre Marrocos e Argélia herdadas do período turco. No entanto, a indeterminação de fronteiras entre as duas partes iria permitir à França expandir a sua hegemonia e dominação ao Sudeste do Marrocos.

²³- A la suite du conflit armé franco-marocain de 1844, un traité de délimitations frontière est conclu entre le représentant du gouvernement du Roi Louis-Philippe, le général Comte de la Rue, et le représentant du sultan mulei Abd el-rahman, Ahmid-Ben-Ali-el-Sudjaai, à Lalla Maghnia (en Algérie, à 26 Km de Oujda au Maroc). Ce traité contient plusieurs articles pour déterminer la frontière entre les deux pays. Dans l'article 1, Les deux Plénipotentiaires sont convenus que les limites qui existaient autrefois entre le Maroc et la Turquie resteront les mêmes entre l'Algérie et le Maroc. Puis dans l'article 3, la frontière n'a été déterminé que sur seulement environ 140 km, Cette ligne commence à l'embouchure de l'oued (c'est à-dire cours d'eau) Adjeroud dans la mer, jusqu' au col de Teniet-sassi. Au sud de ce tronçon, il n'y a pas de limite territoriale à établir entre les deux pays, puisque la terre ne se laboure pas et qu'elle sert seulement de pacage aux Arabes des deux Empires qui viennent y camper pour y trouver les pâturages et les eaux qui leur sont nécessaires (article 4). Enfin, l'article 5, détermine encore la frontière plus au sud, dans l'Atlas saharien, l'appartenance de plusieurs ksour (village au désert) au Maroc ou à l'Algérie. Ce traité a ouvert la possibilité de l'occupation du Maroc par la France, en raison du manque de détermination avec précision de la frontière entre les deux pays. Cf. Abd el-Rahman Bem Zaidan, *Op. cit.*, pp. 166-169.

Após a morte do sultão Mulei Abd el-Rahman²⁴, em 1859, subiu ao trono xerifino o seu filho e sucessor, Muhamad IV²⁵, e a pressão militar acentuou-se. Os franceses aproveitaram a ambiguidade do convénio de fronteiras e utilizaram o pretexto da insegurança para enviar uma expedição contra os Banu Isnasin (tribo) e perseguir os Banu Guil na região de Figuig. O seu propósito principal era o de demonstrar a fragilidade de poder central do sultão. Esta ação não podia senão despertar as ambições espanholas, no sentido de saírem finalmente dos seus redutos coloniais para reviver os tempos heróicos da Reconquista²⁶.

Desde então, os espanhóis passaram a reivindicar direitos históricos em Marrocos, pretendendo afirmá-los custasse o que custasse: em primeiro lugar, face aos marroquinos, desenvolveram uma animosidade impulsionada por razões históricas e religiosas; em segundo lugar, face à França e à Grã-Bretanha, que desde a batalha de Isly, em 1844, e o tratado de comércio de 1856, como veremos mais adiante, se tinham convertido nos parceiros europeus essenciais do Makhzem (o governo ou autoridade suprema em Marrocos)²⁷.

A Espanha continuava a ocupar no norte de Marrocos as praças de Ceuta, de al-Hoceima, do Pénon de Vélez e de Melilla, bem como as três Ilhas Chafarinas na foz do rio Moulouya, acrescentadas às suas possessões, em 1848. Sofriam continuamente pressão por parte das tribos do Rif. Neste último caso, e com o pretexto de outros incidentes, tais como a captura do navio *Nuestra Senhora del Carmen*, em 1854, e em 1856, do *San Joaquín*, e os ataques corsários às embarcações espanholas que se aventuravam nas costas marroquinas ou que tinham a desgraça de encalhar devido a tempestade, a Espanha clamou por uma guerra contra Marrocos, para pôr um fim a esse tipo de ações hostis. Graças à interferência e mediação da Grã-Bretanha, após uma sucessão de negociações diplomáticas, os dois países vizinhos conseguiram a assinatura do acordo de Tetuão em 24 de Agosto de 1859, o qual

²⁴ - Veja-se a nota de rodapé 19 na página 13.

²⁵ - O sultão Mulei Mohammed IV era o filho primogénito do soberano Mulei Abd el-Rahman, falecido em 1859. Logo após a morte do seu pai, foi aclamado soberano em Fez e Meknès, onde fora califa durante o reinado do seu pai. A sua aclamação foi celebrada em Tânger no dia 12 de Setembro do mesmo ano. A subida ao trono de Sidi Mohammed teve o infortúnio de ocorrer quando as relações do seu governo com a Espanha viviam um momento muito difícil, devido sobretudo às fronteiras de Ceuta e Melilla, cujas guarnições haviam sido muito incomodadas pelas tribos vizinhas. Por esse motivo, não pôde evitar a guerra que aquele país lhe declarou, a qual durou de 1859 até março de 1860, tendo terminado com a sangrenta batalha de Uad-ras, considerada como o segundo choque militar que demonstrou a debilidade do poder central do império. A partir daí, sidi Mohammed deixou de atacar as regiões dissidentes, embora tenha estabelecido por parte dos países estrangeiros uma rede de espões e informadores em todo o seu império, tendo sabido negociar e contemporizar em prol da manutenção da paz no reino. Faleceu em 1873. HENRI Terrasse, *Histoire du Maroc*, *Op. cit.*, 150-151.

²⁶ - Abdallah Laroui, *Op. cit.*, p. 304.

²⁷ - Michel Abitbol, *Art. cit.*, p. 128.

previu a extensão dos limites de Melilla, tendo ainda sido tomadas as medidas necessárias para assegurar a segurança das restantes possessões espanholas.

A lógica de confronto esteve sempre presente na história dos dois vizinhos mediterrânicos, mas desta vez, a situação fora exacerbada devido à fortificação, por parte da Espanha, de alguns postos de observação até então sem defesas. A tribo de Anyera²⁸, limítrofe com o território espanhol, considerou esta ação uma intromissão abusiva nas suas terras e destruiu as obras de fortificação empreendidas pelos espanhóis. Esta circunstância constituiu novo pretexto para iniciativas do governo espanhol, a saber, uma série de exigências que foram crescendo ao longo do outono de 1859: entrega dos culpados, ampliação territorial e fortificação das montanhas vizinhas, incluído o monte Bullones (Belyounech). Marrocos recusou o cumprimento das exigências, o que levou o governo de Madrid, em vista dos seus interesses económicos, a planear a conversão das antigas praças em bases para a penetração política, militar e económica no país vizinho, tendo finalmente desencadeado uma guerra, que durou de Outubro 1859 a Março 1860)²⁹.

Em consequência da batalha do Tetuão, o império xerifino viu-se obrigado a aceitar pela segunda vez severas punições de vários tipos³⁰:

- 1) Extensão dos limites de Ceuta até estes parecerem convenientes para a segurança da cidade e a nomeação de um Caíde³¹ nas fronteiras entre Espanha e Marrocos, e criação de uma zona neutra entre os dois territórios (como em Melilla);
- 2) Evacuação da cidade de Tetuão, uma vez terminado o pagamento imposto pela Espanha no valor de 100 milhões de pesetas (o equivalente a 21 milhões de rials marroquinos, 105 milhões de Francos, como indemnização da guerra), uma quantia significativa à época;
- 3) Concessão à Espanha de um território em Santa Cruz de Mar Pequeña (Sidi Ifni), que permitia instalar um estabelecimento pesqueiro;
- 4) Ambas as partes se comprometiam a assinar um novo tratado de comércio, como veremos mais adiante.

²⁸ - Cabila cujo território circunda a cidade de Ceuta.

²⁹ - Vide. José Crespo Redodo, *Op. cit.*, pp. 162-163.

³⁰ - *Idem. Ibidem.*

³¹ - Chefe de tribo que representa o sultão e os seus administrados.

Marrocos não conseguiu pagar o montante supra indicado, aliás ultrajante e irrealizável à luz das suas possibilidades. Por esse motivo, foi decidido utilizar as suas taxas aduaneiras para pagar as dívidas. Durante mais de vinte e seis anos o orçamento marroquino foi destinado, em grande parte, ao pagamento da dívida externa³².

Era a primeira vez desde há séculos que o reino xerifino concedia uma parcela do seu território a favor de uma potência estrangeira. A batalha considerada pelo historiador marroquino Naciri como segundo ato violento que acabou o prestígio externo do sultanato: «Cette affaire de Tétouan a déterminé la chute du prestige du Maghreb et l'invasion du pays par les chrétiens. Jamais pareil ne s'était abattu sur les musulmans»³³.

Deste modo, abriu-se um novo capítulo nas relações de Marrocos com as potências ocidentais. Um capítulo doloroso, caracterizado, anos após anos, por novas e sucessivas concessões comerciais, como não tardaremos em ver, com desastrosas consequências que mergulharam o Reino Xerifino numa situação de grande precariedade e miséria até ao fim do Marrocos independente. Esta política serviu para minar o Estado a partir de dentro e preparou o caminho para a introdução do sistema capitalista.

³²- José Crespo Redodo, *Op. cit.*, p. 146.

³³- Apud Michel Abitbol, *Art. cit.*, p. 130.

2. Pressão económica

No início do século XIX, as relações de Marrocos com os países europeus encontravam-se focadas na procura de soluções para os problemas relativos ao corso, à troca dos prisioneiros e ao respeito da bandeira, etc. Os tratados assinados pelo sultão Muhammed III³⁴ são, no essencial, idênticos aos do período medieval. Mas quando o sultão Soleiman³⁵ subiu ao trono em Fez no dia 14 de Março de 1792, diminuiu ao mínimo estas relações por ter tido consciência da anarquia interna que se vivia no seu país e, ao mesmo tempo, da alteração sobrevinda nas relações da força entre os países europeus e o seu reino³⁶.

O sultão Soleiman morreu em 28 de novembro de 1822 em Marraquexe, deixando ao seu sucessor, Mulei Abd al-Rahmane, um país militarmente fraco e isolado, mas sem querelas sobre a sua legitimidade.

Durante o reinado do Mulei Abd el-Rahman, Marrocos viu-se confrontado com a política imperialista das potências europeias. Quando o novo soberano restabeleceu a tranquilidade e a união do seu sultanato, interessou-se em seguida por desenvolver o comércio exterior, tendo nomeado dois agentes comerciais com esse objetivo em vista: o primeiro era o abastado comerciante Fassi, originário de Fez, Al-Haji Talib ben Jelloun, cuja função consistia em vigiar o comércio estabelecido entre o Oriente e o sul da Sahara, e o segundo era o negociante judeu, originário de Mogador, Meir Macnin, reconhecido com o título de cônsul e embaixador do sultão junto das potências cristãs; a ele foi-lhe confiada a administração

³⁴ - Mohammed III ou sidi Mohammed ben Abdellah foi rei de Marrocos entre 1757 e 1790. É considerado, segundo a autora Joana Neto, o construtor do Marrocos moderno. Chegou ao poder após um período de trinta anos de caos político, que deixaram o sultanato em situação de grande precariedade e miséria. Esta crise foi uma lição para o sultão de forma a reconstituir o poder alauita com novas bases. O seu reinado conheceu uma intensa atividade diplomática, com a celebração de mais de trinta tratados e acordos de paz. Destaque-se, entre outros, os das Províncias Unidas (1752), Grã-Bretanha (1760), Dinamarca (1753, 1754 e 1756), Suécia (1763), Veneza (1765), Espanha e França (1767), Portugal (1773); também foi o primeiro chefe de estado que reconheceu a independência da jovem república dos Estados Unidos em 1797. Mohammed III foi sem dúvida um homem político de grande estatura: correspondia-se com os soberanos cristãos, com os quais mantinha as melhores relações, especialmente com D. Maria I de Portugal. Transcrevemos aqui uma passagem das muitas cartas que o sultão dirigiu a D. Maria: *À mais nobre e poderosa dos Reis cristãos, D. Maria, Rainha de Portugal e dos Algarves, etc. Pelo nosso servo Mohammed Ahaia, que enviamos embaixador à vossa presença, vos remetemos seis caixotes de roupas fabricadas n'este paiz, que recebereis em signal de nossa sincera amizade, e da grande estimação que vós fazemos, a qual é em grau tao elevado qua a ella ainda não chegou seguez algum do Messias, e por estarmos também certos de vossa pura e sincera amizade para connosco vos enviamos pelo mesmo embaixador cem caixotes com 200:200 duros para ahi ficarem depositados até que lhes demos destino. 3 de Setembro de 1780.* O seu desaparecimento levou ao regresso das guerras dinásticas e da anarquia tribal- Cf. Barão de Colaço e Macnamara, *Soberanos Marroquinos*, Lisboa, Editora de A.M. Teixeira, 1906, pp. 40-41.

³⁵ - Mulei Soleiman era o vigésimo quinto descendente da dinastia alauita.

³⁶ - Abdellah Laroui, *Orígenes Sociales e Culturales del Nacionalismo Marroquí (1830-1912)*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1997, p. 263.

direta dos portos de Larache, Casablanca, El-Jadida, Safi e Tânger. Macnin foi o único capaz de definir o montante das tarifas alfandegárias sobre a importação e a exportação dos produtos que transitavam pelos portos das referidas cidades³⁷.

Com o objetivo de manter a sua liberdade de ação, bem como um comércio mais igualitário entre os diferentes estados, sem qualquer tipo de discriminação, o sultão marroquino cedeu alguns esforços em celebrar acordos comerciais com diversos países, como Portugal (1823), a Grã-Bretanha (1824) e a França (1825). Recuperando assim o respeito do estrangeiro, incrementou igualmente nesta altura a atividade de corso, através da marinha. Com efeito, esta atitude levou a algumas reações adversas, vindo da Áustria, em 1830, uma das mais expressivas. A superioridade naval das potencias europeias viria a dissuadir desta decisão política do sultão, que adotando uma atitude mais prudente nestes assuntos³⁸.

A derrota na batalha de Isly, em 1844, e mais tarde, em batalha de Tetuão, em 1860, envolveu Marrocos no jogo das estratégias políticas e comerciais dos países europeus, que o obrigaram a assinar vários tratados de comércio em condições vantajosas para os países ocidentais.

Estes tratados foram três:

- Com a Grã-Bretanha, o principal parceiro comercial de Marrocos. A relevância do comércio anglo-marroquino remontava ao século XVIII. Mas a pressão crescente dos países europeus, sobretudo a França e a Espanha, após as batalhas de Isly e Tetuão e o auge do comércio francês no tráfico terrestre entre Marrocos e Argélia, inquietou muito os britânicos, como defende Jean-Louis Miège:

*Londres songeait surtout à contrebalancer, par l'accroissement des relations maritimes, l'influence que les échanger par la frontière algéro-marocaine risquaient à donner à la France. Souci constant de Hay, perceptible à travers nombre de ses dépêches et qui n'échappait point a ses interlocuteurs*³⁹.

³⁷ - Michel Abitbol, *Art. cit.*, p. 110.

³⁸ - José Crespo Redodo, *Op. cit.*, p.142.

³⁹ - Jean-Louis Miège, *Le Maroc et L'Europe (1822-1906)*, Tome II. L'ouverture, Rabat, Editions la porte, 1996, p. 261.

Assim, o governo britânico deu instruções ao seu cônsul em Tânger, John Drummond Hay⁴⁰, no sentido de consolidar e acentuar a sua influência e os laços comerciais com o sultão através de um acordo comercial.

Apesar da pressão crescente dos países europeus, sobretudo, após a derrota de exército marroquino na batalha de Isly e, mais tarde, na batalha de Tetuão, e apesar também da influência e do prestígio de Hay na corte xerifiana, foi necessário esperar mais de sete anos para que o Makhzem aceitasse, por fim, o Tratado de 9 de dezembro de 1856. Este tratado reproduzia literalmente em alguns pontos no tratado de 1836 entre Marrocos e os Estados Unidos da América⁴¹. Mediante este tratado a Grã-Bretanha:

1. Estabeleceu as disposições do carácter económico e comercial:

- A liberdade do comércio;
- A abolição dos monopólios do país (excepto no caso de alguns produtos específicos; como o tabaco).
- A redução dos direitos aduaneiros a 10% dos produtos importados.

2. Fixou a instituição de privilégios capitulares nos artigos 8º e 9º:

⁴⁰ - Sir John Drummond Hay, filho de um cônsul, nasceu em Gibraltar, em 1816. Aos vinte e quatro anos era já funcionário na embaixada britânica, em Constantinopla. Quatro anos depois, foi enviado para Tânger como agente consular para manter um contacto pacífico com o sultão numa fase de crise franco-britânica entre 1846-1848 devido ao curso das tribos de Rif. Em 1856, na qualidade de ministro residente, negociou e assinou o tratado de comércio entre a Grã-Bretanha e Marrocos. Continuou sempre com a carreira diplomática em Marrocos, chegando a plenipotenciário e a enviado extraordinário. Reformou-se em 1886, mas continuou a residir durante parte do ano em Tânger. Morreu na Escócia, em 1893. Teve uma grande influência em todos os assuntos marroquinos. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 271-277.

⁴¹ - Le traité américano-marocain signé le 16 septembre 1836 entre Sa Majesté Chérifienne et le gouvernement des Etats-Unis d'Amérique. Il proclame dans ses articles 15 et 17:

1. La Liberté de commerce.
2. Il institue un privilège de juridiction consulaire : reconnaissant aux consuls américains une compétence juridictionnelle pour :
 - Connaître des litiges entre américains et protégés américains.
 - Suivre au pénal la procédure mixte, C'est à dire que la justice sera alors rendue en présence du consul américains qui assiste en observateur ; appelé chez les anciens: le droit du consul de «**regarder juger ses nationaux**». Cf. Houcine Sefrioui, *Historiques des Capitulations du Maroc Diplomatique Événementiel: traités- accords-conventions et arrangements du Maroc avec L'Europe et les Etats Unis D'Amériques*, Casablanca, Najah el Jadida, 2002, pp. 30-31.

- Reconheceu ao cônsul inglês o direito judicial para resolver ou arbitrar em todas as dificuldades civis e as disputas legais, entre outros, que podiam ocorrer entre os súbditos ingleses e marroquinos ou só entre ingleses⁴².

Tratou-se, portanto, de um amplo sistema de capitulação⁴³, comparável ao que fora concedido à Espanha pelo Tratado de 1799, mas claramente superior ao Tratado de Meknès assinado em 1836 com os Estados-Unidos da América⁴⁴. Além disso, o tratado anglo-marroquino trouxe uma novidade muito vantajosa para as restantes potências europeias: estabeleceu um tribunal internacional, competência dos cônsules estrangeiros, para derimir litígios entre os súbditos estrangeiros⁴⁵.

Efetivamente, este Tratado teve consequências deveras graves para a autonomia de Marrocos, nomeadamente a perda de controlo do comércio marítimo na sua zona e, além disso, abriu o seu próprio mercado às importações vindas da Europa. Como já referimos em capítulo anterior no que concerne à pressão militar, as vantagens obtidas pelos britânicos com este tratado inquietaram outros países europeus como a França e a Espanha, que a seu tempo pressionaram Marrocos de modo a conseguirem o mesmo tipo de privilégios.

Quanto à Espanha, e como já tivemos oportunidade de referir, acabou por beneficiar de conflito com tribo Anyera, limítrofe a Ceuta para avançar com a declaração de guerra a Marrocos, país vencido na batalha de Tetuão em 1860. Assim, no seguimento dos acontecimentos, a Espanha impõe a assinatura de dois Tratados: o Tratado de 1860 já mencionado anteriormente e o Tratado de comércio de 1861.

⁴²- *Idem. Ibidem.*

⁴³- « En un sens large, on entendit par capitulation les traités qui garantissaient les droits économiques, législatifs et sociaux des sujets chrétiens, qui résident temporairement ou d'une manière permanente dans les pays musulmans. Bien avant la proclamation du protectorat français au Maroc, L'empire Chérifien a conclu avec diverses puissances, des traites qui instituent des privilèges capitulaires et un régime de liberté économique égalitaire. On distingue ces traites de capitulations en deux sorts:

1. Les traites conclus avant 1830: ce sont des traités de paix, d'alliance de commerce et d'installation des consultas sans leur conférer des pouvoirs juridictionnels.

2. Les traités conclus à partir de l'an 1830: aboutissant à l'internationalisme du Maroc et à l'établissement d'une égalité économique entre les puissances intéressées et aussi avec des privilèges capitulaires dont le début était avec le traité américano-marocain de Meknès de 1836 et le traité Marroco-espagnol de 1799, qui conférait aux consuls espagnols une très large compétence en matière civile et pénale: c'était une compétence juridictionnelle sans précédant qui comportait également la réciprocité pour faire bénéficier les marocains en Espagne de ces mêmes dispositions. Par le jeu de cette clause dite de la nation la plus favorisée, les autres nations, pouvaient alors se prévaloir de ce traité des capitulations particulièrement profitable à leurs nationaux ».

Idem. Ibidem, p. 22.

⁴⁴- *Idem. Ibidem*, p. 31.

⁴⁵- *Idem. Ibidem*, p. 32.

Graças a este acordo de 1861, a Espanha obteve as mesmas vantagens concedidas à Inglaterra:

- A liberdade de comércio;
- Reforço do poder judicial do cônsul espanhol que já tinha sido previamente concedido à Espanha no tratado de 1799 (ver a nota de rodapé 43 na pagina 23).

No que diz respeito à França, inquietou-se também com o Tratado firmado com a Grã-Bretanha em 1856. Dois anos passados sobre a assinatura do tratado espanhol-marroquino, a França concluiu novo acordo comercial com o Reino Xerifino: a convenção do Bêlcard (batizada com o nome do ministro da França em Marrocos). Mediante este tratado, os franceses visavam proteger o seu comércio de lã (numa fase em que os preços do algodão se encontravam em alta, devido à Guerra Civil Americana), e reforçar a sua influência e liberdade de movimentos em Marrocos através dos protegidos⁴⁶.

Segundo o *Dahir*⁴⁷ de 4 de junho de 1864 assinado pelo xerife alauita, consagrou-se a liberdade do comércio em todo o Império, sinónimo de uma falha do sistema imperial e da perda definitiva do controlo das atividades económicas a favor dos europeus⁴⁸.

Consequentemente, a partir da assinatura dos tratados, as grandes potências industriais europeias ganharam a possibilidade de entrar no mercado de Marrocos. O povo marroquino, desde sempre dependente de modos de produção tradicionais, deixa de produzir e torna-se dependente da indústria que passa a florescer no país com o investimento estrangeiro. À semelhança de outros países pré-industrializados que contactaram com o *modus operandi* europeu, a população marroquina sentiu-se fascinada com a novidade dos produtos industriais e bens de consumo de fabrico aperfeiçoado trazidos pelo investimento das potências europeias no seu país. Não obstante, o choque de tão diferentes culturas económicas foi inevitável e trouxe naturalmente consigo tanto benefícios quanto malefícios.

No caso em apreço, Marrocos foi a vítima. O choque desencadeado pelo encontro entre dois modelos económicos tão díspares teve consequências gravosas, nomeadamente uma inflação catastrófica e galopante e um défice comercial; os preços de alguns produtos caíram, enquanto a oferta de outros se reduziu significativamente; como se não bastasse, estes

⁴⁶ - José Crespo Redodo, *Op. cit.*, p. 147.

⁴⁷ - *Dahir* refere-se ao decreto real.

⁴⁸ - *Idem. Ibidem.*

problemas estiveram na origem da inflação e confusão monetária que se instalaria no país. Por outro lado, as exportações e as importações europeias sem restrições⁴⁹ prejudicaram imenso os artesãos urbanos, ao passo que o mercado agrícola acabaria por sofrer o efeito de contágio induzido pela nova situação económica. Este cenário de crise económica saldou-se por repercussões sociopolíticas quase imediatas, uma vez que a procura crescente de produtos agrícolas, por parte dos mercados europeus, conduziu, ao fim de alguns anos, à escassez e, com ela, a uma subida descontrolada dos preços e a grandes fomes, em 1887-91, e, em última instância, à emigração.

Nas cidades, a intensa actividade comercial nos portos favoreceu o surgimento de um novo grupo social marroquino. Protegidos e grandes caídes⁵⁰, serviram-se dos seus contactos comerciais com os residentes estrangeiros para amealhar grandes fortunas. Estes concediam empréstimos a proprietários arruinados, pressionando-os no sentido de abdicarem das suas propriedades a troco do perdão das suas dívidas. Na sequência deste processo de acumulação ilícita de riqueza, a sociedade marroquina viu-se dividida em duas classes, separadas por um fosso social: uma minoria abastada e uma maioria mergulhada na miséria⁵¹.

Inevitavelmente, este pequeno grupo sob a proteção europeia tornou-se indesejado e mesmo odiado pelos populares. Mesmo nas cerimónias religiosas, os *úlemas*, sublinhando a sua atitude anti-marroquina, incentivavam o auditório a tratá-los com desprezo e a isolá-los na sociedade. Assim se foi construindo um efetivo processo de hostilização da nova elite socioeconómica de influência europeia, executado pelo povo, mas liderado principalmente pelo clero muçulmano⁵².

Os sultões acabariam por enveredar pela senda reformista, encetada por Mohammed IV e depois continuada pelo seu filho e sucessor, Hassan I. Este último, desde a sua subida ao trono em 1873, abraçou a causa da modernização do país, o que incluiu a reforma militar, a

⁴⁹ - Entre 1895 e 1900, o valor das importações e exportações ascendeu de 63.030.049 a 89.162.765 de pesetas. A Grã-Bretanha era a potência que mais monopolizava a balança do comércio marroquino com o exterior. Em 1900, por exemplo, importou produtos equivalentes a um montante de 21.064.000 de pesetas, tendo exportado 18.897.395 durante o mesmo ano. A França, por seu turno, realizou importações no valor de 11.827.060 de pesetas, tendo exportado 8.188.145. Quanto à Espanha, alcançou a cifra de 3.078.000 de pesetas em importações e 9.968.000 em exportações. Quanto à Alemanha e ao seu comércio com Marrocos, durante o mesmo ano alcançou 3.369.605 no campo das importações e 6.108.740 no das exportações. Cf. Youssef Akmir, *Op. cit.*, p. 89.

⁵⁰ - Veja-se a definição da palavra Caíde na nota de rodapé 31, na página 18.

⁵¹ - Cf. Youssef Akmir, *Op. cit.*, p. 92.

⁵² - Cf. José Crespo Redodo, *Op. cit.*, p. 170.

criação de um corpo de *Askar* (militar), decalcado do modelo europeu coevo, a abertura de escolas técnicas de Engenharia, um novo impulso às ciências e o recurso a técnicos estrangeiros militares e civis, necessários para a formação de jovens marroquinos em disciplinas modernas. Contudo, este programa bem-intencionado padecia de um problema fulcral: a escassez de recursos financeiros, tornada mais aguda pela despesa gerada pelas reformas modernizadoras. A única solução ao alcance do governo marroquino passava pela reforma fiscal⁵³.

A decisão de fazer avançar a nova lei fiscal foi repudiada entre os aristocratas teocráticos, pois estes receavam perder os benefícios fiscais, em consequência *Xerifes*⁵⁴ e as *Zaguaias*⁵⁵ exigiram ao sultão a revogação desta nova lei. Não obstante, a pressão não surtiu o efeito desejado, pois o país atravessava profundos problemas socioeconómicos e o sultão não tinha alternativa senão avançar. Em jeito de protesto, *Xerifes* e *Zaguaias* incitaram à instabilidade e à oposição às decisões do governo principalmente de duas formas: Em primeiro lugar viraram-se para o povo, tentando instigar a ira contra o poder instituído e as suas decisões. Em segundo lugar, tentaram aproximar-se das potências estrangeiras procurando a sua proteção e simultaneamente colocando o futuro de Marrocos nas suas mãos. Com efeito, dois exemplos práticos denunciam estas práticas: o trabalho executado pelo Xerife Raisuni⁵⁶ a Espanha; e a oferta da família Wazani⁵⁷ dos seus terrenos para exploração agrícola e mineira aos franceses. Na verdade, esta situação levou a que a França e a Espanha considerassem os *Xerifes* e as *Zaguaias* como uma mediação essencial para o controlo da sociedade marroquina, bem como um meio eficiente de pressionar o sultão tendo em vista a ocupação efetiva do país⁵⁸.

⁵³ - *Idem. Ibidem*, p. 167.

⁵⁴ - Tratava-se de uma aristocracia religiosa muito implantada em Marrocos, privilegiada social e economicamente, beneficiando de um grande respeito popular por estarem imbuídos de *Baraka*.

⁵⁵ - As *Zaguaias* ou confrarias, grupos sociais de base religiosas, são compostas por indivíduos sem distinção de classe social ou etnia.

⁵⁶ - É um Caíde marroquino.

⁵⁷ - Família protegida pela França.

⁵⁸ - Cf. Youssef Akmir, *Op. cit.*, p. 76.

3. O estabelecimento europeu

Após a assinatura dos respetivos tratados comerciais, a Grã-Bretanha, a França e a Espanha aumentaram significativamente as suas representações consulares. Os funcionários com altos cargos políticos residentes em Tânger chegaram à categoria de ministros plenipotenciários. As suas legações eram representadas em todos os portos no Império Xerifino pelos cônsules, vice-consulados e agentes consulares⁵⁹.

A estes funcionários, deverá acrescentar-se um número crescente dos seus protegidos que eram, em grande parte, judeus e marroquinos, que se adaptaram às práticas europeias tanto nas questões económicas, como judiciais e administrativa.

Para Marrocos este sistema de proteção significava uma perda de soberania e uma condenação ao imobilismo: cada vez mais a população marroquina (muçulmana ou judia) tentava escapar à jurisdição do sultão para não pagar impostos e beneficiar das imunidades concedidas aos protegidos⁶⁰. Esta situação provocou o descalabro do Tesouro Público, sobretudo pelo facto da parcela mais abastada da população de Marrocos, formada por judeus, deixarem de pagar os seus impostos. O fenómeno espalhou-se por todo o corpo da sociedade marroquina paralelamente à corrupção de alguns funcionários do Estado por parte das potências que, assim aumentaram a sua influência dentro do país. Isso contribuiu para a eclosão de problemas de diversa índole, tal como afirma o autor Michel Abitbol:

*Dans toutes les parties du royaume s'amoncelaient sur les bureaux des agents du pouvoir les plaintes relatives aux exactions et provocations qu'ils (les protégés) commettaient. Les plus remarques étaient les excès émanant des protégés juifs dont l'insolence paraissait d'autant plus insupportable à la population qu'ils bénéficiaient automatiquement ou presque du soutien des représentants européens, qui pour leur être agréable allaient parfois jusqu'à menacer des pires représailles le gouvernement chérifien*⁶¹.

Ante a importância e gravidade do assunto, a par da complexidade das relações económicas com os países europeus e da oposição da elite teocrática da reforma fiscal proposta pelo sultão, Há

⁵⁹ - José Crespo Redodo, *Op. cit.*, p. 156.

⁶⁰ - *Idem. Ibidem.* p. 155.

⁶¹ - Henri Terrasse, *Op. cit.*, p. 216.

sam I, levaram este último à convicção de que as novas reformas baseadas numa política de abertura eram a única alternativa capaz de salvar a Marrocos de uma crise desastrosa. A convocação da Conferência de Madrid, em 1880⁶², pelo presidente do Conselho de Ministros espanhol, António Canovas del Castillo, a pedido do sultão Hassan I, correspondia a este fim.

O sultão pretendia, com a Conferência de Madrid, reformular o direito do sistema de proteção e manter um equilíbrio possível entre a pressão dos países europeus e o fanatismo das tribos. Contudo, o resultado da referida Conferência foi, por um lado, o contrário do que o sultão pretendia, visto que, além das vantagens mercantis adquiridas nos tratados que já mencionados, as potências europeias participantes no evento exigiram novas concessões para os estrangeiros: o direito de residência, de aquisição de propriedades e de renovada proteção de súbditos. Por outro lado, foi um triunfo da diplomacia marroquina, uma vez que a competição entre as potências em torno de interesses económicos e estratégicos de cada uma delas em Marrocos levaram-nas a um impasse traduzido na política de *Statu quo*, ou seja, nenhuma mudança podia ser introduzido em Marrocos sem o acordo internacional.

Assim o sultão, junto com seu governo, conseguiram aproveitar o confronto dos interesses das potências para atrasar a dominação exterior, a fim de salvaguardar a integridade territorial do país e a sua independência.

A Conferência de Madrid, em 1880, foi considerada um primeiro acordo internacional entre as potências europeias, que garantiu os direitos de instalação e o comércio em Marrocos. Este, a partir deste momento, converteu-se num espaço aberto à ação dos missionários, das empresas de comércio e da imprensa estrangeira.

No que diz respeito às missões religiosas, destacamos as franciscanas espanholas, já estabelecidas em Marrocos, mas com maior presença no interior do país após a Conferência de Madrid de 1880. Conduzidas pelo irmão José Lerchundi, estudioso arabista, fundador de uma tipografia hispano-árabe e promotor de uma rede de contatos e amizades intensas com muçulmanos. Estas missões de pregadores cristãos, foram, aliás, uma excelente fonte de

⁶²- As potências participantes na Conferência de Madrid foram: Alemanha; Áustria-Hungria; Bélgica; Espanha; França; Grã-Bretanha; Estados Unidos; Portugal; Marrocos; Itália; Suécia, Noruega; Países Baixos além da Noruega e da Dinamarca que prescindiram da sua presença na Conferência de Algeiras de 1906.

informações sobre a situação real do país, e também propagandistas da cultura europeia ocidental.

Relativamente às empresas de comércio, pode dizer-se que começaram a instalar-se com intensidade no Império Xerifino, após o acordo internacional de Madrid: com elas, Marrocos ficou incluído no âmbito económico europeu. O exemplo da empresa North West Africa Company corrobora esta tentativa de sabotagem por parte das potências estrangeiras, estipulando preços sem concorrência, fabricando imitações de produtos locais, etc. Este tipo de medidas levaram as potências industriais europeias a controlar praticamente todo o comércio marroquino.

O direito da aquisição das propriedades alcançado pelas potências na Conferência de Madrid foi aproveitado pela imprensa europeia editada em Tânger, que dedicou um espaço específico para a compra e arrendamento de propriedades⁶³. A publicação dos jornais foi também uma das consequências mais visíveis da penetração europeia no território marroquino; convém referir que cinco dos seis jornais em língua estrangeira publicados (*Al Maghreb Al-Aksa*, *Reveil du Maroc*, *Eco Mauritano*, *Times of Morocco*, *La Africana*) eram pertença de pessoas sob jurisdição britânica, enquanto *Le Commerce au Maroc* era propriedade de um alemão. Eram todos publicados em Tânger e o grosso dos seus leitores era composto por membros das legações estrangeiras, das colónias europeias e judeus europeizados⁶⁴.

As instituições (embaixadas, consulados, missões, empresas comerciais) encorajaram a imigração da população estrangeira para Marrocos.

O autor Michel Abitbol afirmou-se que, Durante séculos, os judeus eram a única minoria não muçulmana residente em Marrocos. Além dos prisioneiros de guerra, dos renegados cristãos e dos presos fugidos das praças ibéricas, os únicos europeus que podiam atravessar a fronteira em Marrocos, até ao século XVIII eram cônsules ou marinheiros encalhados nas suas praias, além de alguns comerciantes de passagem nos hotéis das grandes cidades e até mesmo o número insignificante de clérigos responsáveis pelo resgate de cativos. Esta situação mudou radicalmente na sequência das convenções comerciais e da evolução das

⁶³ - Youssef Akmir, *Op.cit.*, p. 90.

⁶⁴ - João Cosme, «Marrocos (1886-1894) Visto Através da Correspondência da Legação Portuguesa em Tânger», in Mohammed Salhi (coord.), *Marruecos, España y Portugal: hacia nuevos espacios del dialogo*, Rabat, Universidad Mohammed V- Publicaciones de la Facultad de Letras y Ciencias Humanas- serie: Coloquios y seminarios n° 82, 1999, p. 271.

ligações marítimas entre Marrocos e a Europa, que contribuíram para o crescimento da população estrangeira em Marrocos⁶⁵.

Este crescimento variou de um período para outro: o seu número total era menos de 400 pessoas no início do séc. XIX. Ultrapassando um milhar em 1836 para chegar aos 1500 em 1867, 2900 em 1877, 3500 em 1885; tratava-se da maior taxa de crescimento, jamais registada no país⁶⁶.

O número dos grupos nacionais da população estrangeira residentes em Marrocos não era igual. Até meados do século XIX, os cidadãos britânicos (na sua maioria descendentes de habitantes de Gibraltar), compunham a mais numerosa colónia estrangeira no país, constituída em grande parte por comerciantes, artistas endinheirados, reformados.

Segundo o autor Jean-Louis Miége, o aumento dos ingleses no país xerifino «n’était ni dangeureux ni prejudiciable pour les indigenes», ao contrário da colónia espanhola que era de «proletaires sans moynes d’existence»; traziam consigo uma mentalidade conquistadora, a ponto de intervirem nos assuntos marroquinos e exercerem influência numa minoria da população do país que, com eles, estabeleceu fortes laços económicos. Entre esta minoria há que ter em conta os judeus⁶⁷.

Os britânicos preferiam instalar-se nas cidades costeiras, sobretudo, em Essaouira e Tânger. Mais tarde, serão substituídos pelos espanhóis que viriam a constituir 90% da população europeia residente em Marrocos no final do século e 20% do total da população de Tânger, onde impõem a sua língua. Também foram muito numerosos em Tetuão, Larache, Rabat e El Kasar e constituíam 50% dos cidadãos de Casablanca e da El-Jadida⁶⁸. O gráfico seguinte assinala o crescimento da população espanhola entre 1832 e 1894⁶⁹.

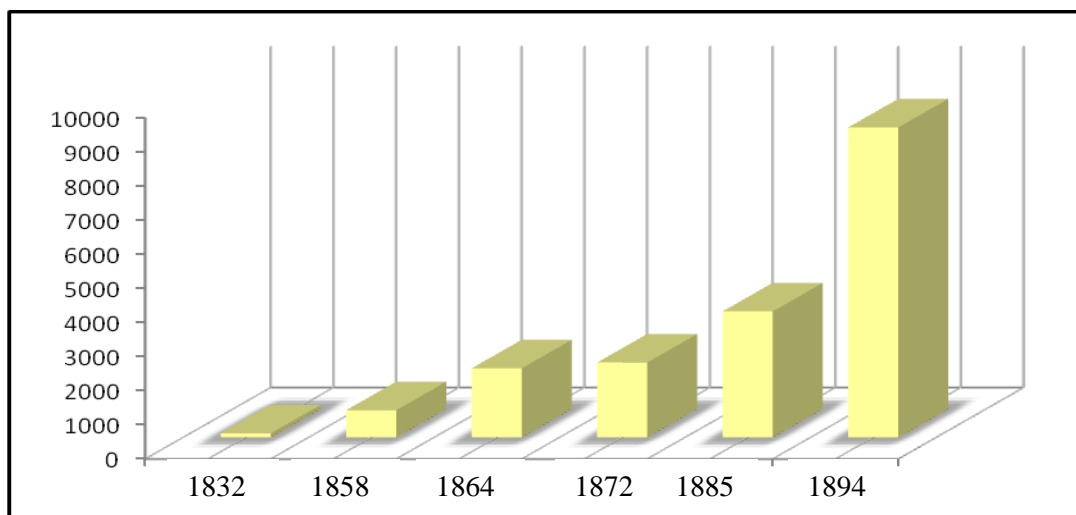
⁶⁵ - Michel Abitbol, *Art. cit.*, p. 140.

⁶⁶ - *Idem. Ibidem.*

⁶⁷ - Vide. Jean-Louis Miége, *Op. cit.*, Tome IV. Vers la Crise, p. 290.

⁶⁸ - Cf. José Crespo Redodo, *Op. cit.*, p. 157.

⁶⁹ - *Idem. Ibidem.*



Os franceses eram, na sua maioria oriundos, de L'Herault e dos Bouches-du-Rhone. Constituíam 7% da população europeia em Marrocos e formavam a principal colónia estrangeira em Casablanca até aos meados do século XIX mas, depois de 1860, diminuíram consideravelmente.

Além dos espanhóis, ingleses e franceses o resto dos grupos nacionais representava apenas um pequeno número de indivíduos: portugueses 120, italianos 110, duas famílias da Suécia em Tânger, quatro famílias dos Estados Unidos da América em Tânger e Casablanca, um belga, finalmente, em Marrocos inteiro.

Em síntese, podemos distinguir três etapas na política europeia para penetrar em Marrocos: o uso da força, cujo objetivo era destruir o estado marroquino ou, pelo menos, obrigá-lo a ser submeter-se aos interesses das potências ocidentais. Por outro lado, há que referir a pressão económica, cujo fito era converter Marrocos em país dependente do capitalismo europeu e, por último, o incremento da comunidade estrangeira dedicada ao comércio, espionagem, missões religiosas e a utilização de personagens com muita influência social (caide Raisuni e Xerife Wazani) para preparar as tribos a uma futura colonização. Estas etapas formaram as principais estratégias da política estrangeira para penetrar em Marrocos.

II. A conferência de Algeciras

1. Contextualização

A conferência de Algeciras começou em 16 de Janeiro de 1906 e terminou a 7 de Abril desse ano. O objetivo da conferência, segundo o autor Agustín F. del Valle Pantojo, consistiu em estabelecer um conjunto de acordos sobre as questões do Império Otomano, onde as diversas potências estrangeiras tinham interesses particulares e contraditórios, resolvendo assim a primeira crise marroquina ou a *questão marroquina*, como os historiadores contemporâneos ocidentais lhe chamavam, que marcou aquele país, tanto desde o ponto de vista interno, como dentro da complexa política internacional⁷⁰.

Para compreender melhor as alterações que cuja génese teve início durante o período histórico em que se insere a Conferência, devemos, em primeiro lugar, contextualizar a realidade da época.

A realização da conferência de Algeciras de 1906 situa-se no período que corresponde ao último terço do século XIX e o primeiro terço do século XX, momento histórico caracterizado pela Conferência de Berlim (1885) e por um impulso dado à colonização em África. Em pleno auge da concorrência e luta pela hegemonia entre as chamadas grandes potências, devido ao expansionismo fora da Europa, que provocou a guerra entre a Rússia e o Japão e as desinteligências, chefiada pela Alemanha contra a *Entente Cordiale*. Segundo a expressão de Juan Prat y Coll, vivia-se na época designada de choque entre imperialismos. Entre os múltiplos conflitos que o choque desencadeou junto de velhas e “jovens” potências, conta-se a chamada *questão marroquina* que causou uma grave ameaça à paz geral⁷¹.

Em meados do século XIX, assistiu-se a um incremento considerável do comércio e da indústria, como resultado da transição da manufatura para a máquina-fatura. Com a crescente aplicação das máquinas à agricultura, à indústria e ainda aos meios de

⁷⁰ - Cf. Agustín F. del Valle Pantojo, «El Papel de Italia en la Conferencia Internacional de Algeciras de 1906», in Juan Manuel de Faraminan Gilbert e Víctor Luís Gutiérrez Castillo (coords.), *La Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Algeciras, Fundación Tres Culturas del Mediterráneo, 2006, p. 340.

⁷¹ - Juan Prat y Coll, «De Algeciras a Estambul: España Ante la Actual Situación en el Mediterráneo», in Juan Manuel de Faraminan Gilbert e Víctor Luís Gutiérrez Castillo (coords.), *La Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Algeciras, Fundación Tres Culturas del Mediterráneo, 2006, p. 271.

comunicação, transformou-se por completo a vida dos povos, como realça J. Isaac na sua obra *Histoire Contemporaine*.

«Os meados do ultimo seculo até aos nossos dias houve mais mudanças no mundo em que anteriormente em milhares de anos. A rapidez crescente das transformações é a característica fundamental da época contemporânea»⁷².

Estas transformações foram responsáveis pelo surgimento duma nova era na História da Humanidade, a que poderemos chamar a era da industrialização.

Os avanços na medicina, o conhecimento da anatomia humana e o aumento e difusão das coisas necessárias à vida, contribuíram para uma aceleração do crescimento populacional no hemisfério ocidental, incluindo o continente norte-americano. A população europeia duplicou durante o século XIX, de cerca de 187 milhões de habitantes para 330 milhões, enquanto nos Estados Unidos da América, que contavam apenas cinco 5 milhões, passou-se no último quartel do referido século a 50 milhões.

O desenvolvimento sempre crescente da industrialização e de comércio mudou para sempre o processo de produção, que alcançou proporções em larga escala sem quaisquer precedentes, o que levou as empresas a organizar a defesa dos mercados, pela racionalização, como a que se verificou nas grandes concentrações da indústria e a proteção dos mercados: cartéis, trusts, comptoires. Mas tudo isto não bastava, na medida em que a produção apresentava cada vez mais exigências⁷³.

A evolução nesse sentido já se começa a revelar nos anos de 1870-1871, mas só se tornará verdadeiramente notável no final de século. Este facto compeliu os países industriais a procura matérias-primas para as suas indústrias e, ao mesmo tempo, melhores mercados, longe das possibilidades da saturação, ou seja, mercados capazes de absorver os seus produtos manufaturados.

Nesta fase, os países industriais entram numa fase da grande concorrência, onde o confronto das forças capitalistas aumentou igualmente a intervenção dos políticos de cada país. Estes últimos, movidos por interesses económicos, alimentados pelo nacionalismo dessa altura lançaram numa competição sem precedentes. Essa atividade conduz a nova política

⁷²- Apud António Rebello da Silva, *Imperialismo e Capitalismo*, Arquivo Histórico-Diplomático de Ministério de Negócios Estrangeiros, Relatório relativo ao ano de 1943, p. 1.

⁷³- Vide. António Barata Freire E Silva, *Situação História da Conferência de Algeciras*, Arquivo Histórico-Diplomático de Ministério de Negócios Estrangeiros, Relatório relativo ao ano de 1949, p. 4.

imperial dos países industrializados e não industrializados. Daqui resulta o problema das colónias.

A este respeito, convém recordar algumas das declarações mais significativas dos líderes políticos das potências industrializadas, no período em questão, que foram incontestavelmente um dos animadores da política colonial e com interesse diretamente na *questão marroquina*: Jules Ferry⁷⁴ disse «la politique coloniale est la fille de la politique industrielle»; Chamberlain⁷⁵, proclamou «l’empire, c’est le commerce»; na Alemanha, B. Dernburg «fait appelle à l’intérêt»⁷⁶. É de salientar que estas declarações relevam que o império significa realidades e objetivos muito diferentes para cada um dos políticos referidos.

Em meados do século XIX, nomeadamente, em 1852, David Livingstone⁷⁷, iniciou as suas expedições a fim de explorar o interior do continente africano (Zambeze, Luanda, as quedas de água Victoire Falls). Este explorador revelou que este continente era uma das últimas regiões do mundo ainda não afetada pelo Imperialismo formal e à civilização, e que ofereceria às nações industriais um mercado aberto no qual se aproveitaria o grande excedente de produção, além de ser construir um espaço, comercial mercado que importaria mais da metrópole do aquilo que exportaria.

Quase ao mesmo tempo, Mohamed Said, Paxá de Egipto, assinou a concessão, no dia 30 de Novembro de 1854, a Ferdinand de Lesseps, de construção de um canal unindo o Mediterrâneo e o Mar Vermelho, facilitando as comunicações entre a Europa e a Ásia. No espaço de 16 anos, foi inaugurado o Canal de Suez com festas magníficas, na presença de

⁷⁴- Jules Ferry, primeiro-ministro francês entre 1880-1884, considerado um dos defensores da política colonial francesa. Em 1883, dizia na câmara dos deputados: “As colónias são para os países ricos a mais vantajosa colocação de capitais. A França que regurgita de capitais e que exporta em quantidade consideráveis para o estrangeiro, tem especial interesse em considerar este lado da questão colonial. A fundação de uma nova colónia e a criação dum novo mercado”. A frustração de uma *Entente* franco-alemã provocou uma campanha de críticas dirigidas pelo partido da oposição que culpou Ferry por ter abandonado a Alsácia-Lorena, em troco de uma expansão colonial incerta e arriscada. Um mês depois da Conferência de Berlim o governo de Jules Ferry caía.

⁷⁵- Joseph Chamberlain (1863-1914), Líder político inglês dos unionistas liberais no fim do século XIX e início do século XX, foi o ministro das colónias do governo conservador (1895-1903) e provocou uma cisão no seio do partido liberal por causa de sua discordância com Gladstone sobre a questão irlandesa. Foi o grande promotor do acordo secreto anglo-alemão de 1898 e de uma aliança anglo-alemã. Retirou-se da vida política em 1905.

⁷⁶- Jean-Louis Miège, *Op. cit.*, p. 153.

⁷⁷- David Livingstone (1813-1873), explorador britânico. Dedicou trinta anos da sua vida a explorar o continente africano. Atravessou a África do Atlântico ao Índico. Seguiu o curso do Zambeze até à sua foz e, juntamente com o americano Stanley, explorou o norte do Lago Tanganica e descobriu o Lago Niassa. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XV vols., Lisboa, Editorial Enciclopédia Limitada, Rio de Janeiro, sd, pp. 321-322.

Imperatriz Eugénia, de representantes dos numerosos países, de uma multidão de todas as ascendências étnicas, que aplaudia a passagem de oitenta navios, dos quais cinquenta eram navios de guerra⁷⁸.

A sua construção foi muito importante do ponto de vista do transporte marítimo, pois sem a sua existência, uma embarcação que saísse da Itália, por exemplo, com destino à Índia, teria que contornar o continente africano pelo Cabo da Boa Esperança. Também, entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho, o fluxo de mercadorias ocorria em terra. Mas, do ponto de vista estratégico, será, segundo o comentário de Antonio Trucharte: *En un porvenir no lejano, (en el Mediterráneo)... será donde se decida la suerte de las naciones*⁷⁹.

Estas duas questões: A viagem de Livingstone e abertura do canal Suez, juntamente, com a necessidade de obtenção de matérias-primas e novos mercados capazes de absorver os produtos manufaturados, transformaram o continente africano no cenário de uma disputa permanente entre as chamadas potências coloniais com interesses em África, que eram a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Itália, a Espanha, Portugal e a Bélgica (esta última representada pelo rei Leopoldo II).

Na Europa, o país que, em primeiro lugar e com mais eficiência, se industrializou foi a Inglaterra. Para tal contribuiu incontestavelmente a riqueza do seu subsolo e a sua favorável posição geográfica. Possuía grandes reservas de carvão e ferro, algumas das principais matérias-primas utilizadas para, no primeiro caso, alimentar, e no segundo, providenciar material para a produção de algodão. Dispunha de mão-de-obra em abundância desde a lei dos Enclosures, que provocou um significativo êxodo rural. Graças ainda aos hábeis financeiros, comércio internacional, frota mercante e mercados de consumo (o próprio país e seu enorme império colonial) que a serviam, a Grã-Bretanha possuía, nos seus bancos um stock de ouro que lhe permitia não só financiar as múltiplas atividades económicas, como ainda acudir aos embaraços monetários de outros Estados⁸⁰.

Até aos anos setenta e inícios de oitenta do século XIX, a posição gladstoniana parecia ainda dominar ainda a política externa britânica. O objetivo primordial do Gladstone

⁷⁸- Humberto Pinto Lima, *A Política Financeira da França em Marrocos. Fim de Acta de Algeciras*, Arquivo Histórico de Ministério de Negócios Estrangeiros, Relatório relativo ao ano de 1946- 1947, p. 1.

⁷⁹- Apud Francisco Manuel Pastor Garrigues, *La Ruptura del 'Statu Quo' y los Problemas interiores de Marruecos vistos por la Publicística Espanola de principios del Siglo*, in *Revista Hespéris Tamuda*, XXXVI vols., Rabat, Faculte des Lettres et des Sciences Humaines, p. 32.

⁸⁰- Vide. António Rebello da Silva, *Op.cit.*, p, 8.

era o de manter o livre comércio no mundo, sem barreiras protecionistas. Mesmo que, em 1882, esta nação tivesse tomado o controlo do Egipto, não o anexara formalmente ao seu império. Esta ação fora, sobretudo, determinada por razões estratégicas, pois Londres tinha todo o interesse em defender a rota do canal de Suez⁸¹. Contudo, não se tratava de construir um novo império, mas de proteger os diversos membros do seu império como afirma o autor E. J. Hobsbawm em *A Era de Império*.

*As explicações essencialmente estratégicas do imperialismo atraíram, pois, alguns historiadores que procuram apreciar a expansão britânica na África em função da necessidade de defender as rotas para a Índia e de proteger o correspondente glacial marítimo e terrestre contra potências ameaças. É, na verdade, importante relembrar que, falando em termos globais, a Índia era o coração da estratégia britânica destinada a controlar não somente as curtas rotas marítimas para o subcontinente (Egipto, Médio Oriente, Mar Vermelho, Golfo Pérsico e Arábia do Sul) e as longas rotas marítimas Cabo da Boa Esperança e Singapura) mas também todo o oceano Índico, incluindo sectores cruciais da costa da África e do interior desta. Os governos britânicos estavam agudamente atentos a tudo isto*⁸².

Mas a Europa continuava a industrializar-se e, com a decorrer dos anos, a Grã-Bretanha viu o seu predomínio industrial e económico ameaçado pela Alemanha e, em grau menor, pela França. Fora do velho continente, os países que lhe faziam frente em termos de concorrência industrial e mercantil eram O Japão, potência emergente no Extremo-Oriente, e os Estados Unidos da América.

A França entrou na fase de industrialização, depois da burguesia chegar ao poder, como resultado da Revolução Francesa. A França já contava com várias condições necessárias para a industrialização, mas foi basicamente o fator político que atrasou o processo, por contraposição ao que ocorrera no caso do Reino Unido.

A economia francesa, quando comparada com as de outras potências imperialistas, tinha uma característica diferente, que residia na sua maior centralização financeira, devido à sua força económica na acumulação de grandes fortunas privadas. O imperialismo francês teve, por este facto, um carácter nitidamente financeiro, estribado no empréstimo de dinheiro no estrangeiro em detrimento do desenvolvimento industrial interno.

⁸¹ - Cf. Gisela Guevara, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*, Lisboa, Colecção Biblioteca do MNE- Série D, 2006, pp. 30-31.

⁸² - E. J. Hobsbawm, *A Era do Império*, 1.ª ed., (trad. de Henrique de Barros), Lisboa, Editorial Presença, 1990, p. 92.

Este aspeto económico passou a ser o lema da política francesa, como relata J. Alarcão em *O Problema de Mediterrâneo*.

*A sua política externa, fiel representativa do seu conservadorismo burguês, baseado num capitalismo financeiro de carácter usurário o qual preferia os empréstimos ao estrangeiro ao desenvolvimento da aparelhagem industrial interna, demonstrara quási sempre pelas suas atitudes dúbias a contradição fundamental do seu sistema económico: expansão financeira mundial sem o necessário reforço duma idêntica supremacia industrial mundial*⁸³.

Os seus interesses coloniais levaram a França a realizar a sua expansão que remonta ao ano de 1830, quando o exército francês desembarcou numa praia argeliana. No espaço de trinta anos, o que começara como uma expedição punitiva, transformou-se numa empresa colonial de grande sucesso, abrangia tudo um vasto território, do Mediterrano ao deserto, dos confins da Tunísia aos de Marrocos⁸⁴.

A Alemanha consolidou a sua industrialização depois de se ter unificado sob o domínio da Prússia, após da Batalha de Sadowa em 1866 e a guerra franco-prussiana de 1870. Era um país essencialmente agrícola que passou a desempenhar o papel de grande potência industrial. Graças à presença de carvão e de ferro no seu subsolo, aos métodos de trabalho, à sua admirável capacidade técnica e à preparação científica, a nação alemã alcançou dentro de pouco anos ao pelotão das nações industrializadas e um temível concorrente que incomodava as restantes potências imperialistas.

Após da unificação alemã, Bismarck tinha, pelo menos na primeira face da sua carreira, uma visão exclusivamente continental da política externa. As tendências expansionistas encontravam nele um opositor, apesar da França ter já em curso nesse momento a sua empresa colonial no Norte da África, mas esta ação não fosse do seu agrado. Nesse sentido, “o chanceler de ferro” afirmou que “o galo francês tinha nas áreas de África bastante por onde se entreter e gastar as unhas”⁸⁵.

A prioridade de Bismarck era a de proteger o recém-criado Império Alemão no continente europeu por meio de um sistema de alianças, contra os seus vizinhos, temerosos de uma hegemonia alemã, nomeadamente, a França que desde a derrota de 1871 olhava para o

⁸³ - João Alarcão, *O Problema do Mediterrâneo*, Lisboa, Cosmos, 1943, p. 135.

⁸⁴ - Cf. Eduardo Manuel Fernandes Bugalho, *A Questão Marroquina*, Arquivo Histórico Diplomático do Ministério de Negócios Estrangeiros, Monografia para Concurso de promoção a Conselheiro de Legação e Cônsul Geral, Rabat, Janeiro, 1955, p. 171.

⁸⁵ - Cf. António Barata Freire E Silva, *Op. cit.*, p. 5.

relógio, contando os segundos para a *revanche*, além de receosa pela necessidade de preservação de soberania nacional.

No contexto de aumentar o isolamento diplomático da França na Europa e impedir uma aproximação entre a Terceira República e a Rússia, Bismarck assinou uma aliança com a Áustria-Hungria e o Império Russo, que ficou conhecida como a Liga dos Três Imperadores, em 1872. Contudo, esta aliança não durou muito, devido ao expansionismo austro-húngaro no Balcãs (1875-1878): a Áustria-Hungria anexou a Bósnia-Herzegovina, frustrando o nacionalismo eslavo da Sérvia apoiado, por sua vez, pela Rússia. Assim, o avanço austríaco fez os russos retirarem-se da aliança⁸⁶.

Após a dissolução da união dos três imperadores, Bismarck formou uma Dúplice Aliança com a Áustria-Hungria, a fim de garantir a assistência militar mútua contra um possível ataque russo. A formação da Dúplice Aliança viria a ser reforçada a adesão da Itália, em 1882, formando-se então a Triple Aliança. Os italianos procuravam defender os seus interesses no Norte de África contra a política colonial francesa. Em troca do apoio alemão e austríaco, a Itália comprometeu-se a socorrer a Alemanha em caso de agressão militar francesa.

A formação da Dúplice Aliança, e posteriormente da Triple Aliança, levou a Rússia a adotar uma posição mais conciliatória e a celebrar, em 1887, com a Alemanha, o tratado de Resseguro. Os dois países concordavam em fornecer o apoio militar mútuo em caso de ataque francês contra a Alemanha ou de ataque austríaco contra a Rússia.

A política alemã, em relação à França, desde 1871, política concebida por Bismarck, que implicava o isolamento diplomático da França e a defesa do *Reich* alemão através de um sistema de alianças mudou a partir de 1880-1884. Essa mudança teve muito a ver com o descontentamento de vários estratos da sociedade germânica, afetados gravemente pela crise económica de 1873-1895, designada como uma das crises que constituem a *grande depressão do séc. XIX*. Estes grupos tornaram-se assim propensos a ser manipulados por uma campanha, difundida por intelectuais de diversas tendências, que apontavam a obtenção de colónias como solução dos problemas sociais, por um lado, e por outro, pelas queixas dos nacionalistas radicais, que acusavam o governo alemão de negligência dos verdadeiros interesses do *Reich*

⁸⁶- Vide. Amado Luiz Cervo, «Hegemonia Coletiva e Equilíbrio: a Construção do Mundo Liberal (1815-1871)», in José Flávio Sombra Saraiva (org.), *Relações Internacionais: Dois séculos de História. Entre a preponderância Europeia e a Emergência Americano-soviética (1815-1947)*, 1 vols., Brasil, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001, p. 127.

no mundo, e por fim, a procura de mercados e fornecimento de matérias-primas para a sua indústria⁸⁷.

Assim, Bismarck para evitar os conflitos socioeconômicos e políticos, permite a expansão colonial das empresas alemãs. Contra esta política insurgiram-se vários opositores como o social-democrata Wilhlem Liebknecht que criticou os novos desígnios imperiais alemães da seguinte forma:

*A corrida atual às colônias, a que eu chamo a dança dos mortos da sociedade burguesa atual, jogou as últimas cartas e proclamou a sua bancarrota. É no próprio país que a questão social deve ser resolvida, ela nunca será uma política colonial além-mar*⁸⁸.

Os Ingleses também pareciam não ter previsto a metamorfose da política bismarquiana, sobretudo, quando o *Reich* concedeu cartas de proteção na região Angra Pequena, que é uma zona situada apenas a quatro dias de viagem do Cabo e, também a viagem de Paul Kruger⁸⁹ a Potsdam, onde foi muito bem recebido pelo imperador Guilherme I e teve uma audiência com Bismarck. Estas duas ações foram entendidas pelos britânicos como uma ingerência alemã direta na sua esfera de influência.

Assim vinha à luz do dia o confronto entre a Inglaterra e a Alemanha. A política de Gladstone, que visava assegurar as rotas de comércio, começou a confrontar-se com as novas aspirações da política colonial alemã. Além disso, as expedições como as de Stanley, no Zaire, ao serviço do rei Leopoldo da Bélgica e de Brazza, ao serviço da França, despertaram particular preocupação entre os decisores britânicos, que logo decidiram mudar a sua política a partir de 1880, utilizando Portugal como estado-tampão em África contra as ambições de potências rivais⁹⁰.

Em 1884, a Grã-Bretanha assinou com Portugal o Tratado do Zaire, com o propósito de pôr fim aos choques entre as pretensões das potências na zona da costa ocidental Africana. Neste tratado Londres reconhecia ao rei de Portugal a soberania na bacia do Zaire. Em troca,

⁸⁷ - Gisela Guevara, *Op. cit.*, pp. 45-46.

⁸⁸ - *Idem. Ibidem*, p. 45.

⁸⁹ - Paul Kruger (1825-1904), participou, quando era jovem, no grande Trek que levou os Boers até ao Natal. Quando da anexação do Transvaal pelos britânicos, em 1877, Kruger converteu-se o líder de movimento de resistência. Desempenhou um papel fundamental na guerra dos Boeres contra os ingleses, iniciada em 1881. Foi reeleito sucessivamente presidente do Transvaal.

⁹⁰ - Gisela Guevara, *Op. cit.*, p. 36.

Portugal fazia concessões respeitantes à liberdade de comércio e navegação nesta zona, concedendo vantagens à Grã-Bretanha no âmbito das pautas aduaneiras⁹¹.

O tratado possibilitou a união das potências com interesses nessa foz, nomeadamente, a França e a Alemanha, que reclamaram vigorosamente contra a sua assinatura. A 4 de Agosto de 1844, o ministro dos negócios estrangeiros alemão, Conde de Hatzfeldt, sugeriu ao ministro francês, Courcel, a formação de uma *entente* franco-germânica sobre as questões da África Ocidental, de modo a defender interesses mútuos.

A conversação entre os dois diplomatas, segundo o cônsul Humberto Pinto Lima, antecipava as mudanças na política mundial que passou a ser uma base colonial⁹².

Então ficou de forma esclarecida:

- A Alemanha interessada no comércio de Congo e noutras zonas africanas não são limitadas;
- A França interessada no Egipto e desconfiava o comércio de Congo, mas pretendia que as zonas do comercio livre ficassem bem limitadas;
- E, por fim, a *entente* era a expressão da hostilidade de dois países contra Grã-Bretanha por ter ignorado o poder e as pretensões, em África, da França e, nomeadamente, da Alemanha, que estava decidida a fazer tudo doravante, para passar a ser tratada em pé de igualdade com a Grã-Bretanha.

O nascimento de corrente boulangista, chefiada pelo general Boulanger, contraria a qualquer entendimento com a Alemanha que, por seu turno, negligenciou os interesses franceses em Egipto, acabou por pôr termo à *entente*.

A perda pela França do seu domínio estratégico e económico no Egipto, adquirido desde 1869, na sequência da dissolução de *Entente* franco-alemã e a influência britânica nestes país, que se consolidava, com a compra das 176 ações do Canal do Suez, em 1875, com o controlo das receitas do governo egípcio, em 1876, com a ocupação militar pelas tropas inglesas, em 1882, levou Paris a mergulhar na questão marroquina, onde os seus interesses colidiam com os da Alemanha e de outras potências interessadas no campo marroquino.

⁹¹-Vide. Gisela Guevara, *Op. cit.*, p 36.

⁹²-Vide. Humberto Pinto Lima, *Op. cit.*, p. 3.

A questão marroquina nasceu, então, da incompatibilidade absoluta verificada entre o Marrocos isolado e anárquico, tal como tivemos oportunidade de referir no primeiro capítulo, e a vizinhança de uma Europa expansionista, eivada pela divergência e antagonismo dos múltiplos interesses nacionais.

O Império Xerifino converteu-se, assim, presa cobiçada pelas potências, a fim de dominar e controlar o acesso ao Mediterrâneo. Isto é devido, em princípio, à sua posição estratégica. Por um lado, supõe a entrada do Mediterrâneo (mar "revalorizado" após a abertura de Canal de Suez) e, por outro, constituía uma porta de penetração no interior da África⁹³.

⁹³- Cf. José Crespo Redodo, *Op. cit.*, p. 152.

2. Definição de objetivos diplomáticos

Dois processos conjugados foram postos em marcha para levar a cabo ações em Marrocos: a via diplomática e a ação militar. A Grã-Bretanha e a maioria das potências europeias contentaram-se com a primeira opção, enquanto a França e a Espanha adotaram simultaneamente as duas fórmulas⁹⁴.

A **França** afirmou a sua presença diplomática em Marrocos, recorrendo a uma ofensiva militar prolongada, que remontava ao ano de 1844, quando o sultão prestou ajuda militar aos argelinos, tendo então sido derrotado pelos franceses na batalha de Isly pelo marechal Bugeaud, fato que ocasionou também uma perda territorial, origem das lutas políticas ainda existentes entre Marrocos e a Argélia. O poderio militar francês, muito mais avançado do que o marroquino, e o receio inspirado por uma potencial ocupação, foram determinantes para a assinatura do Tratado de Lalla-Marnia (veja-se atrás na página 15), em 1845, que fixou as fronteiras entre a Argélia e Marrocos.

O conflito fronteiriço nos confins argelino-marroquinos nunca foi resolvido entre os franceses e os marroquinos, visto que o Sultão não tinha a força necessária para manter a ordem e a autoridade em todo o império e as ações dos berberes rifenhos fugiam ao seu controlo. Por seu turno, os franceses não tinham interesse em hipotecar o futuro. Isto, sucedeu sob regimes tão díspares como a Restauração, a Monarquia de Julho, o Segundo Império e a Terceira Republica, ainda que todos reconhecessem ser necessário seguir uma política de prestígio: *O statu quo*, sem tentar explorar os excelentes pretextos oferecidos pelos cada vez mais frequentes incidentes de fronteira.

A política de *statu quo*, traduzida na manutenção das estruturas existentes num território, conforme os objetivos das potências interessadas na influência formal e ou informal sobre o mesmo característica da última parte do século XIX, iria ser rompida, em primeiro lugar, pelo acosso militar francês que se produziu aquando da viragem do século. A partir deste momento, a França mudou a sua política com respeito à Alemanha e Marrocos. Tratava-se de uma nova manobra diplomática, chefiada pelo ministro francês, T. Delcassé, que consistiu, por um lado, na consolidação da posição francesa na Europa, em face da Alemanha. Por outro lado, pretendia estabelecer o seu protetorado sobre o mais apetecível pedaço do Norte da África, Marrocos.

⁹⁴ - Vide. Abdelkaleq Berramdane, *Le Maroc et L'Occident (1800-1974)*, Paris, Karthala, 1987, p. 20.

Até então, nunca fora possível realizar estes dois interesses nacionais franceses, na sequência da política tradicional da Alemanha, em relação a França, seguida desde 1871, lançada por Bismarck e depois continuada pelo imperador Guilherme II⁹⁵, que ambicionava converter o Império Alemão em uma potência naval capaz de rivalizar a Grã-Bretanha. As costas marroquinas eram bastante cobiçadas por países como a Alemanha com o propósito de instalar bases de apoio naval. Na verdade, Berlim só poderia fazer cumprir o seu projeto de controlo do Mediterrâneo e do Atlântico Norte quando conseguisse obter uma base mediterrânea.

Do lado inglês, esta manobra política de ministro francês T. Delcassé encontrou também oposição, visto que este país não estava disposto a desistir dos seus interesses comerciais no império xerifino e pugnava sobretudo por defender as bases navais que formavam a coluna vertebral de seu império ultramarino (Gibraltar era uma delas). A mesma manobra ameaçava também os interesses da Espanha que, desde o final do século XVI, vinha exercendo a soberania sobre suas possessões históricas no Norte da África (as antigas praças-Ceuta e Melilla-, o Penedo de Vélez da Gomera, o Penedo de Hoceima e as três ilhas chafarinas)⁹⁶.

Mesmo perante a oposição das potências europeias, o ministro francês T. Delcassé nunca hesitou em procurar alcançar estes dois interesses nacionais franceses. O meio utilizado doravante para ter as mãos livres no Império Xerifino e isolar a Alemanha no cenário político, seria o da negociação,- através de um sistema de alianças cuidadosamente urdido,- com os parceiros interessados na questão marroquina e, ao mesmo tempo, temerosos da crescente supremacia naval alemã. Estes países eram a Grã-Bretanha, a Itália e a Espanha. Com o seu sistema, T. Delcassé propunha-se cumprir três objetivos: consolidar a aliança franco-russa, obter a neutralidade italiana na eventualidade de um conflito franco-alemão e assegurar o controlo de Marrocos através de um compromisso com a Itália, a Espanha e, especialmente, a Grã-Bretanha, como abordaremos mais adiante.

⁹⁵- Guilherme II, imperador da Alemanha e rei da Prússia desde 15 de junho de 1888, filho do imperador Frederico III e da princesa inglesa Vitoria, coroada imperatriz Frederica. Em 1890 dispensou Otto von Bismarck e liderou a Alemanha rumo a uma nova política mundial de alcance mundial chamada *Weltpolitik*, apoiada no desenvolvimento da frota mercante e de guerra. O imperador alemão era um líder muito pouco eficiente, algo que lhe custou o apoio do exército e levou à sua abdicação em novembro de 1918. Passou os seus restantes anos de vida no exílio na Holanda.

⁹⁶- Cf. Carlos Jiménez Piernas, Millan Requena Casanova, «El Papel de España en la Conferencia de Algeciras de 1906», in Juan Manuel de Faraminan Gilbert e Victor Luís Gutiérrez Castillo (coords.), *La Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Algeciras, Fundación Tres Culturas del Mediterráneo, 2006, p. 249.

Segundo Rosário de la Torre del Río, este sistema de Delcassé, observado do ponto de vista da conjuntura política, no período em questão, não se afigura razoável, se se tiver em conta que o ministro francês não procurou o consentimento alemão que o contexto internacional lhe aconselhava. Tratava-se de isolar a Alemanha e submetê-la a uma nova correlação de forças no Mediterrâneo, socorrendo-se para tal propósito, dos entendimentos com a Itália, a Espanha e a Grã-Bretanha⁹⁷.

Mesmo com a crise de Tânger, em 1905, T. Delcassé, contando com o apoio do governo britânico, mostrou-se disposto a permanecer firme face à jogada de Berlim. Contudo, o presidente do Conselho dos Ministros francês, Maurice Rouvier, considerou que a crise poderia levar a uma guerra e preferiu procurar chegar a um acordo com a Alemanha. T. Delcassé resistiu à intimidação, mas continuou a pressionar o sultão marroquino. Depois do fracasso das reformas fiscais, Mulei Abd-el-Aziz⁹⁸ e seu governo optaram por outras alternativas. Tratava-se de conseguir créditos do estrangeiro para reforçar o aparelho estatal, melhorar a administração e fornecer o exército com armamento sofisticado. O mesmo evento foi aproveitado pelo governo de Paris para estabelecer a sua proteção financeira. Em junho de 1904, o governo imperial obteve do Banco de Paris e de outras sociedades financeiras francesas um empréstimo de 62.500.000 francos, reembolsáveis em trinta anos. Como a garantia deste empréstimo, o sultão ofereceu 60% das suas receitas aduaneiras à França e, se estas rendas não se revelassem suficientes, o sultão, Mulei Abd el-Aziz, prometia destinar outros rendimentos do seu tesouro para o reembolso do crédito⁹⁹.

A França conseguiu assim o primeiro passo do seu projeto, que consistia em criar um regime de protetorado financeiro. O segundo passava pelo protetorado militar, mas a diplomacia alemã adiantou-se à de Paris e convenceu as chancelarias europeias que se a França não abdicasse do seu projeto, isso seria considerado *casus belli*. No dia 6 de Junho, o presidente Rouvier, forçou a renúncia de Delcassé em pleno Conselho de Ministros, argumentando que a política deste último ameaçava inevitavelmente arrastar a França para uma guerra para a qual não estava pronta. Berlim tinha alcançado um dos seus objetivos¹⁰⁰.

⁹⁷- Vide. Rosário de la Torre del Río, «La Crisis Internacional de 1905», in Pilar Pinto Alonso, Rosabel O'Neill Pecino, *Actas del Congreso Internacional, La Conferencia de Algeciras de 1906. Cien años después*, Algeciras, Fundación Municipal de Cultura José Luis Cano, 2008, p 89-90.

⁹⁸- O sultão Mulei Abd el-Aziz era o filho do sultão Mulei Hassan I, a quem sucedeu ao trono, em 1894.

⁹⁹- Vide. Youssef Akmir, *Op. cit.*, p. 83.

¹⁰⁰ - Cf. Eduardo Manuel Fernandes Bugalho, *Op. cit.*, p. 86.

A **Espanha** afirmou, por seu turno, a sua presença diplomática em Marrocos na sequência de uma ofensiva militar que remontava a 1859-1860. Em certo sentido, Madrid empreendia uma reconquista: respondendo ao sucesso das colonizações efetuadas pela França, utilizaria de imediato a melhor ferramenta de que dispunha para esse desiderato, as suas praças em Ceuta e Melilha, para uma penetração no *hinterland* marroquino. Como já tivemos oportunidade de referir atrás, nomeadamente, no primeiro capítulo, os permanentes ataques por parte dos tribos do Rif às posições espanholas, foram um dos pretextos usados pela política externa espanhola para declarar a guerra de Tetuão em 1859-1860.

A guerra de Tetuão foi o segundo ato violento pelo qual uma potência europeia obrigou o Makhzem a aceitar condições severas de vários tipos, tal como já vimos no capítulo primeiro. Do lado espanhol, a guerra de Tetuão representou uma ocasião para encontrar uma causa nacional, como referiu à época o capitão geral da expedição, Leopoldo O'Donnell, às cortes, a 22 de Outubro de 1859: *vamos a vengar nuestro honor y a exigir garantias para el futuro*¹⁰¹.

A guerra desencadeada pelos espanhóis foi coroada com êxito militar, embora tivesse sido necessário ultrapassar algumas reticências diplomáticas, como as expressas pela Grã-Bretanha, que advertiu Madrid que não iria tolerar *ningun cambio de posesion sobre las costas moriscas del estrecho*¹⁰² e, também pela França que via com mau olhos quaisquer atos militares que implicassem a ocupação de território africano. De qualquer modo, os espanhóis voltaram à sua pátria com um enorme crédito sobre Marrocos, com o aumento do campo exterior das praças africanas e uma vaga promessa de reconhecimento de uma zona pesqueira na costa atlântica do país.

Os anos seguintes trouxeram a perda da importância de Espanha em Marrocos principalmente por duas ordens de razões: por um lado, como consequência do célebre recolhimento canovista¹⁰³ e, por outro, pela internacionalização da questão de Marrocos na Conferência de Madrid em 1880. A posição da política conservadora seguida por Canovas del

¹⁰¹- Alberte, García Balana, «Patria, Plebe y Política en la España Isabelina: La Guerra de Africa en Cataluña (1859-1860)», in Eloy Martín Corrales (ed), *Marruecos y el Colonialismo Español (1859-1912) – De la Guerra de África a la Penetración Pacífica*, Barcelona, Bellaterra, 2002, p. 13.

¹⁰²- *Idem. Ibidem.*

¹⁰³- O célebre recolhimento canovista é um espírito político isolacionista e defensivo do próprio Cánovas del Castillo, o grande estadista da Restauração, resultava da debilidade da nação espanhola de intervir num cenário internacional de rivalidades entre as grandes potências. António José Telo e Hipólito de la Torre Gomez, *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Lisboa, Cosmes, 2000, p. 214.

Castillo na questão de Marrocos refletiu, em parte, o delicado estado deste problema, revelando, paralelamente, a inteligência da diplomacia espanhola que procurava evitar o envolvimento em quaisquer atos bélicos.

Embora esta posição de prudência tivesse sido necessária, Espanha nunca deixou de manifestar o seu agudo interesse na questão marroquina ao longo de toda a segunda metade do século XIX. Desde que foram encetadas as primeiras explorações diplomáticas e científicas até à guerra de Melilha¹⁰⁴ no final do século (1893-1894), Marrocos foi uma presença premente no plano político e histórico de Espanha, uma espécie de problema multimodal onde se incluíam a segurança, a honra patriótica, os interesses económicos e uma alternativa à perda, em 1898, das colónias em território americano¹⁰⁵.

Em 1881, os liberais sucederam aos conservadores e mal acederam ao governo, deram mostras de grande ousadia e de inegável disposição para conduzir uma política externa capaz de superar os limites adotados pelo governo anterior. O esforço dedicado por Moret na pasta de ministro de Estado, tornou possível manter relações estreitas com diversas potências estrangeiras, inaugurando uma etapa da relativa abertura¹⁰⁶.

O início da política imperialista, definida pelo autor Michel Abitbol como “grignotage du territorial”¹⁰⁷, pelos franceses a leste de Marrocos, a partir de 1881, bem como a ocupação de Figuig tiveram efeitos em Espanha, que passou a monitorizar mais atentamente a situação. A possibilidade de um avanço bélico francês sobre Muluya foi recebida por Madrid como uma ameaça à segurança de Melilha, tornando a cidade vulnerável a uma ocupação francesa. Confrontada com estes acontecimentos, a Espanha deu início a um

¹⁰⁴ - A Guerra de Melilla, também conhecida como Primeira Guerra de Rif ou a guerra de Margalho, foi um dos episódios bélicos da história hispano-marroquina. A sua iniciada expressa, por um lado, o desejo do governo espanhol de cumprir um dos artigos que foram definidos no Tratado de 1861. Por outro lado, revela as intenções da Espanha em termos de possibilidade de assegurar a sua permanência em Ceuta e Melilla contra as ambições imperialistas que rodeavam Marrocos. A 21 de fevereiro de 1893, a guarnição de Melilla recebeu instruções para iniciar obras ao lado do sítio da mesquita e santuário de Sidi Guariach. A reação dos rifenhos foi rápida; no mesmo dia, destruíram as obras estabelecidas expressando, desta forma, seu desafio qualquer ato que ofendeu seus sentimentos culturais e religiosos. Esta demolição foi outro novo pretexto para que a Espanha clamou por uma guerra contra Marrocos, mas o temor de Madrid de que o problema de Melilla converter se a uma crise internacional a favor das potências, levou a Espanha a resolver o problema por via diplomática, assim os dois países vizinhos conseguiram a assinatura do acordo de Marraquexe em 5 de Março de 1894, o qual previu o pagamento de uma indenização no valor de 4 milhões de duros, a extensão dos limites de Melilla, tendo ainda sido tomadas as medidas necessárias para a assegurar a segurança das restantes possessões espanhola. Cf. Youssef Akmir, *Op. cit.*, pp. 124-125.

¹⁰⁵ - *Idem. Ibidem*, p. 108.

¹⁰⁶ - *Idem. Ibidem*, p. 106.

¹⁰⁷ - Michel Abitbol, *Art. cit.*, p. 147.

processo diplomático que tentava assegurar de todas as formas e a todos os níveis a presença e soberania do país em Ceuta e Melilha. Com estratégia de resposta a esta ameaça, Espanha espera contar com a Tríplice Aliança no sentido de excluir França do território de Marrocos, contando para isso especialmente com a cumplicidade de Itália na mediação, uma vez que este país já tinha experienciado frustração com a ocupação de Tunes pelos franceses¹⁰⁸.

Para o ministro de estado espanhol, Segismundo Moret, a aproximação à Tríplice Aliança pretendia alcançar vários objetivos. Em primeiro lugar, visava-se assegurar a sobrevivência da monarquia espanhola, ameaçada por conspirações republicanas, que atuavam a partir da França. Em segundo, pretendia-se zelar pelos interesses espanhóis no Mediterrâneo e consolidar a posição de Madrid em Marrocos, ameaçada pelas ambições francesas. Por último, a Espanha procurava uma aproximação à Itália, uma potência da Tríplice afetada pelos acontecimentos na Tunísia, pronta a apoiar a Espanha na defesa dos seus interesses marroquinos¹⁰⁹.

Em virtude do terceiro objetivo atrás enumerado, os dois Estados chegaram a assinar, junto com outros, que abordaremos mais adiante, a Entente Mediterrânica, em 1887. Uma condição axial que todos os acordos e objetivos partilhados pelas diplomacias das duas nações latinas deviam ter em linha de conta era o consentimento da Áustria-Hungria, Alemanha e Grã-Bretanha para cada decisão tomada. Moret tinha ganho algum apoio internacional para política espanhola no que respeitava a Marrocos. Contudo, os acordos conseguidos serviriam de pouco.

No início do século XX, a Espanha encontrava-se debilitada internacionalmente pela humilhante derrota de 1898 na guerra Hispano-Americana, que havia provocado uma crise de identidade nacional e um sentimento de malogro generalizado. A questão marroquina depressa seria percecionada como a única saída capaz de assegurar ao país uma presença internacional e compensação suficiente para o desastre colonial sofrido às mãos dos Estados Unidos, como afirma Jerónimo Juan y Clar:

*La cuestión de Marruecos deviene pues para la monarquía española en un asunto de vida o muerte. Nuestra intervención en este asunto es necesaria e imprescindible si hemos de seguir viviendo como nación*¹¹⁰.

¹⁰⁸ - *Idem. Ibidem*, p. 100.

¹⁰⁹ - *Idem. Ibidem*, pp. 101-102.

¹¹⁰ - Apud Francisco Manuel Pastor Garrigues, *Op. cit.*, p. 31.

A partir daí, a posição de Espanha face a Marrocos oscilava, por um lado, entre o respeito pela manutenção da estabilidade e unidade do Império Xerifino e, por outro, o desejo de participar na colonização e divisão, a fim de compensar, pelo menos simbolicamente, as perdas traumáticas de 1898¹¹¹.

Assim, a sua oportunidade para participar de alguma maneira na regulação jurídica dos interesses das grandes potências europeias em Marrocos deveu-se principalmente à conjunção de dois fatores centrais: um de carácter geopolítico (a rivalidade entre as potências europeias na área atlântico- mediterrânica) e o outro de teor geográfico (pela sua posição geoestratégica no estreito de Gibraltar e no Mar Alboran)¹¹².

A rivalidade entre as potências coloniais na zona supra indicada foi dirimida pela declaração franco-inglesa relativa a Marrocos e a Egipto de 8 de Abril de 1904, mediante a qual os dois governos reconheciam, no seu artigo 8º os direitos e interesses espanhóis devido à sua posição geográfica e às possessões na costa marroquina mediterrânica. O artigo 8º dizia:

Ambos gobiernos inspirados en sentimientos amistosos para con España, toman en particular consideración los intereses que para ella derivan de su posición geográfica y de sus posesiones territoriales sobre la costa mediterránea de Marruecos, y acerca de los cuales el gobierno francés se concertara con el gobierno español.

Deste modo, a Espanha ficava à mercê das decisões coloniais tomadas pela França e a Grã-Bretanha, devido exclusivamente à sua posição geoestratégica - o estreito de Gibraltar-na entrada do Mediterrâneo, por um lado. Por outro lado, as suas ambições eram satisfeitas na medida do suficiente, para desta forma evitar o alinhamento do governo de Madrid com a Alemanha. Assim, a Espanha seria convidada a pactuar com a França nas suas respetivas zonas de influência em Marrocos. O resultado desse pacto ficaria plasmado na declaração hispano-francesa de 3 de Outubro de 1904, que abordaremos seguidamente. Depois do longo parêntesis isolacionista mantido ao longo do último terço do século XIX, a Espanha voltava a apresentar-se no concerto das nações europeias na qualidade de potência colonizadora no Norte da África, graças à política de mútua aquiescência entre Paris e Londres.

A Grã-Bretanha, o protetorado francês sobre a Regência de Tunes, em 1881, pelo tratado de Bardo havia inquietado o governo de Londres. O seu domínio no mediterrâneo, estribado no eixo Egipto-Gibraltar, via-se ameaçado pelo novo eixo vertical França-Norte de

¹¹¹- Cf. Carlos Jiménez Piernas, Millan Requena Casanva, *Art. cit.*, p. 248.

¹¹² - *Idem. Ibidem*, p. 249.

África. Face a este risco, Londres viria a tentar conservar a todo custo a distância entre a diagonal Tânger-Gibraltar e a França. Dito de outra forma, Gibraltar era britânico, mas a Tânger não; e se por infortúnio caísse nas mãos de uma terceira potência com veleidades imperialistas, as comunicações marítimas do Império britânico passariam a estar seriamente ameaçadas.

Por esta razão, a Grã-Bretanha sentiu necessidade de intervir no sentido da preservação da estabilidade em Marrocos. Da perspetiva britânica, uma intervenção deste tipo servia para assegurar o equilíbrio do Mediterrâneo Ocidental e simultaneamente o importante controlo do Estreito de Gibraltar. Na verdade, o governo inglês estaria disposto a fazer tudo ao seu alcance para prevenir outras intervenções europeias no Império Norte-Africano, recorrendo nesse sentido aos serviços do seu engenhoso ministro Sir John Drummond Hay, que escreveu o seguinte: *Morocco is ticklish ground, and it is here that we might be exposed to a movement on the part of France, which prove a severe check to us in our naval preponderance in the Mediterranean*¹¹³.

Hay tornou-se grande amigo do Sultão, beneficiou de grandes vantagens de sua relação com o governo marroquino, aconselhando e propondo a sua mediação em questões de foro internacional. A verdade é que a Grã-Bretanha sabia que, mediante um fiel servidor como Hay, poderia controlar todas as pretensões de alterar o equilíbrio em Marrocos. Ali permaneceu mais de quarenta anos, revelando-se imprescindível em toda a atuação diplomática no império. Podemos dizer o mesmo de Marrocos, uma vez que quem preservou a independência e a integridade do seu território não foi o Mahzem (o governo ou autoridade suprema em Marrocos), mas sim, em última instância, a Grã-Bretanha.

Essa atitude britânica manteve-se inalterada durante muitos anos, mas nos inícios de século XX, a Grã-Bretanha veria dois países disputarem-lhe a supremacia naval: os E.U.A e a Alemanha, sendo que a última entrou numa corrida naval sem precedentes com a Inglaterra no Atlântico. É neste contexto que se enquadra a primeira crise de Marrocos inaugurada pelo Guilherme II nas ruas de Tânger (ver, a este respeito, mais adiante, na página 64., o discurso proferido pelo imperador alemão, em 1905).

A apresentação das leis navais no Reichstag minou as relações com a Rússia e a Grã-Bretanha: a Rússia não aprovou o estreitamento da aliança entre a Alemanha e a Áustria-

¹¹³- Apud Eduardo Manuel Fernandes Bugalho, *Op. cit.*, p. 54.

Hungria, nem o apoio aberto dado pelos alemães à Turquia; a Grã-Bretanha, já prejudicada com a concorrência industrial e comercial alemã, incomodou-se com os planos do Kaiser no sentido de criar uma importante marinha de guerra e construir um caminho-de-ferro ligando Berlim a Bagdad. Como consequência desse descontentamento, ocorreu então um rearranjo de posição entre as potências europeias. O resultado foi a formação de dois blocos opostos e antagônicos: a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente.

A **Itália** era um jovem país que tinha alcançado a sua unidade nacional quase completa poucos anos, entre 1860-1870, e que, portanto, estava ainda numa fase de consolidação nacional, muito necessária antes de dar o salto para a esfera internacional como potência. Como país jovem que era, o Reino da Itália, depois de ir articulando aos poucos a sua coesão interna, procurou afirmar-se a nível internacional através de uma política expansionista, tão à necessidade da época e que lhe conferiria prestígio aos olhos das outras potências¹¹⁴.

A Itália visava garantir a posse de territórios ultramarinos para que pudesse vir a ser reconhecida como nova potência internacional. Contudo, para que isso acontecesse, era necessário proceder à construção de um império, à semelhança daquelas que outras potências europeias já possuíam ou estavam em vias de edificar. A aquisição de colónias era, por si só, um símbolo de *status*, independente do seu valor, ao mesmo tempo que serviria para suprir algumas das duas necessidades internas, que podem ser descritas sobretudo em termos económicos e sociais. A Itália procurava mercados para colocar os produtos da sua indústria nascente. Socialmente falando pretendia-se acalmar a agitação política reinante nos últimos anos do século XIX.

Por conseguinte, a posse de um império era um símbolo de poder inequívoco e muito desejado para a recente nação italiana, tanto a nível externo quanto interno. Essas ideias encontraram em Francesco Crispi (1818-1901) um defensor no sentido de concretizá-las. Foi com esse ideal em mente que ocorreu a conquista das primeiras colónias italianas em África.

As aspirações expansionistas de Itália em relação ao Norte de África e ao Mediterrâneo deram novo fôlego a uma antiga tensão entre este país e a França. O protetorado que a França impendeu sobre a Tunísia com a assinatura de um acordo com o Bey em 1881 provocou um incómodo generalizado em todas as potências europeias, mas sobretudo em

¹¹⁴- Cf. Agustin F. del Valle Pantojo, *Art. cit.*, p. 340.

Itália. O governo de Roma tinha o projeto antigo de estabelecer o domínio colonial entre a Tripolitânia e a Tunísia, para desta forma desenhar no Mediterrâneo central a esquadria de uma espécie de “lago” exclusivamente italiano. Assim, a consequência da presença francesa na Tunísia manifestou-se essencialmente em dois aspetos: a aproximação da Itália aos Impérios Centrais, o que veio a originar a Triple Aliança. Contribuiu, em segundo lugar, para um agravamento da crise norte africana, em especial em Marrocos, o que motivou simultaneamente um ambiente de tensão e de interesse em quase todo o território europeu¹¹⁵.

Na perspectiva da política colonial Italiana, a questão marroquina não surgiu como um problema colonial, mas sim como uma garantia para preservar o equilíbrio entre os interesses das potências naquele país, em particular, e no Mediterrâneo, em geral. Em 1887, a Itália assinou com a Grã-Bretanha, a Espanha e Áustria-Hungria, com a mediação de Bismarck, a Entente do Mediterrâneo, uma série de tratados cujos objetivos primários consistiam em conter a expansão russa no Mediterrâneo e nos Balcãs, assim como o desejo do governo de Moscovo controlar os estreitos do Bósforo e Dardanelos, garantido ao mesmo tempo a sobrevivência do Império Otomano, protegendo os interesses dos italianos contra a França e, por último, travar qualquer iniciativa colonial francesa na zona do Mediterrâneo.

O início da política francesa de “grignotage du territorial” a leste de Marrocos, a partir de 1881, levou a Itália a aproximar-se das duas potências centrais. Em 1882, a Itália, como já referimos, aliou-se com o Império Alemão e a Áustria-Hungria em clara linha defensiva contra a França, na Triple Aliança. Na realidade, esta política nunca foi popular na Itália, sobretudo devido aos problemas fronteiriços que persistiam sem resolução entre a Áustria e a Itália, já que esta última reclamava ao Império Austro-húngaro territórios no Tirol e no Trentino, onde uma grande percentagem da população falava italiano e convivia com uma minoria de língua alemã, súbditos do Império Habsburgo. A Itália juntou-se à Triple Aliança com o intuito, sobretudo, de obter um contrapeso contra o poder da França e assegurar-se que a Áustria não a atacaria por ser sua aliada¹¹⁶.

¹¹⁵ - Cf. Youssef Akmir, *Op. cit.*, p. 97.

¹¹⁶ - Cf. Agustin F. del Valle Pantojo, *Art. cit.*, p. 341.

Contudo, a desilusão na batalha de Adowa¹¹⁷, em 1896, levou a Itália a rever a sua política africana em profundidade. O único país africano onde ela podia desempenhar um papel era a Líbia. Para atingir os seus fins, Roma devia cair nas boas graças da França¹¹⁸. Nesse sentido, iniciou-se uma reaproximação à França e assim os laços que ligavam a Itália à Tríplice Aliança foram afrouxando, sobretudo quando Roma começou a procurar fazer acordos por separado com a França, como veremos mais adiante.

A Alemanha evidenciou uma atitude desinteressada, no início (por volta de 1880), no que dizia respeito à questão marroquina, na sequência da política continental de Bismarck e de amizade com a Itália, que tinha pretensões na região. Mas esta posição de aparente desinteresse quanto a Marrocos mudará nos anos seguintes, com as permanentes ameaças da França ao Império de Maghreb, pois a competição europeia em relação àquele país representava não somente um problema colonial, mas também uma questão de equilíbrio entre as potências europeias no Mediterrâneo Ocidental, com implicações importantes para o valor estratégico dos arquipélagos da Madeira e das Canárias, não muito longínquos da costa marroquina.

Bismarck, recusou-se ceder às aspirações do Guilherme II, de fazer da Alemanha uma potência através da aquisição de colônias ultramarinas, "um lugar ao Sol" no dizer de Bernard Von Bulow¹¹⁹. Porém, quando a Alemanha, em 1890, ouviu o Kaiser proferir a famosa frase *o futuro da Alemanha está sobre os mares*, percebeu o anúncio de uma nova política externa *Weltpolitik*, apoiada no desenvolvimento das marinhas de guerra e mercante, que proporcionaria a Berlim capacidades para intervir em questões internacionais, com possibilidade de obter compensações coloniais, principalmente naquilo que dissesse respeito a bases marítimas, portos e baías.

¹¹⁷ - Em 1882, a Itália tinha adquirido uma base militar na baía de Assab, na costa africana do Mar Vermelho, a partir de onde se foi expandindo, primeiro pela costa e depois no interior. Em 1890, o governo italiano avisou que Abissínia seria no futuro um protetorado italiano. Mas em 1896, o exército etíope (com 110.000 homens), sob a liderança de Menelik II da Abissínia, um dos grandes estadistas da história africana, derrotou os italianos na batalha de Adua, pondo fim temporariamente aos sonhos coloniais italianos e ocasionando a queda do governo liderado por Crispi. *Idem. Ibidem*, p. 340.

¹¹⁸ - Vide. Henri Wesseling, *Le Partage de L'Afrique*, Paris, Éditions Denoel, 1996, pp. 645-646.

¹¹⁹ - Bernahrd Heinrich Martin, Príncipe de Bulow (1849-1929), foi um político alemão que ocupou vários cargos políticos, incluindo o de ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1897-1900 e o de chanceler do Império alemão entre 1900-1909. As pretensões do kaiser de converter o Império Alemão em uma potência naval que pudesse vir a enfrentar a Grã-Bretanha em pé de igualdade, levaram Bulow a seguir uma política colonial que facilitasse estes objetivos. Contudo, a crise de Marrocos fê-lo pôr em causa esta política, virando-se cada vez mais para uma política continental. Acabaria por demitir-se, em 1909, na sequência de escândalos entre nacional-liberais e conservadores.

Não obstante, a Alemanha, segundo a autora Gisela Medina Guevara, só poderia ser um sério competidor se conseguisse alcançar bases navais ou bons portos no Mar do Norte, no Atlântico e no Mediterrâneo. A sua política iria pois consistir na tentativa de conquistar concessões em zonas estrategicamente importantes: as costas marroquinas eram uma delas, e para obtê-las aí, a estratégia da política alemã consistia em provocar dificuldades aos britânicos a fim de recolher compensações. Assim, o acordo sobre as colônias portuguesas seria utilizado, em 1899 e 1900 (veja-se mais adiante, na página 89, o contexto deste acordo), como meio de pressão para levar Salisbury¹²⁰ a ceder na questão vital, para a Alemanha, das bases na costa atlântica marroquina¹²¹.

Isto não significa, no entanto, que os alemães não estivessem interessados nas colônias portuguesas, mas o eixo fundamental da política da Alemanha com vista à expansão da sua influência no exterior girava em torno da aquisição de bons portos ou bases portuguesas em África e, nomeadamente, em Marrocos. Como realça Bulow num telegrama enviado a Hatzfelde¹²², em junho 1900:

*Por conseguinte, nós não ficaríamos satisfeitos com a posse da Baía dos Tigres enquanto que a Inglaterra reivindica para si a exclusividade de Lourenço Marques. (...) O que nós visamos é a execução do conteúdo de todo o Tratado sobre as colônias portuguesas. (...) Se se manifesta nesta relação uma disposição amigável, então proporciona-se talvez **um ponto de partida** para abordar a questão marroquina e esboçar a ideia que a mesma questão possa levar ao concluir de um tratado preventivo, diria eu, tão específico como o das colônias portuguesas*¹²³.

Face a isto, é evidente que Portugal e Marrocos tornaram-se dois lados do mesmo projeto naval alemão. Os britânicos porém, apesar do acordo secreto anglo-alemão, não aprovavam uma aproximação entre os dois países, principalmente se essa aproximação dependesse de Portugal e de Marrocos. Com efeito, a governo britânico liderado por Salisbury estaria disposto a intervir para evitar um empréstimo anglo-alemão ao governo português. A

¹²⁰- Robert marquês de Salisbury (1830-1903), foi o primeiro-ministro dos três governos conservadores britânicos. Foi considerado mais relutante a acordos com a Alemanha, ao contrário, de Chamberlain, que estava convencido que aqueles permitiriam impedir ou atenuar a construção da frota alemã de alto mar.

¹²¹- Gisela Medina Guevara, *Op. cit.*, p. 17

¹²²- Paul, conde de Hatzfeldt (1831-1901), estudou direito na Universidade de Berlim. Foi considerado um dos mais importantes elementos do exército prussiano, durante a guerra franco-prussiana, onde ganhou a confiança de Bismarck. Em 1885, foi proposto pelo (chanceler de ferro) para ser embaixador em Londres. Ali, não tardou em revelar dotes de estadista e devido à sua ação diplomática, a Grã-Bretanha, a Espanha, a Itália e a Áustria-Hungria chegaram à assinatura da Entente do Mediterrâneo, em 1887. Em 1898, negociou o tratado anglo-alemão que permitiu à Alemanha cobiçar as colônias portuguesas. Morreu em Londres no ano 1902. Foi considerado segundo a expressão de Bismarck *o melhor cavalo da cavalaria*.

¹²³- Apud Gisela Medina Guevara, *Op. cit.*, p. 27.

solução surgiu apenas em 1902, quando, depois de anos de negociações com os credores da dívida portuguesa, se chegou a conclusão que o melhor seria o pagamento ser feito através dos rendimentos alfandegários de Portugal continental.

É claro que, nesta época, os alemães podiam utilizar sempre como meio de pressão, no caso dos seus pedidos não serem tidos em conta, utilizando a conjuntura desfavorável para a Grã-Bretanha da Guerra dos Boers, a questão da Baía de Delagoa (prioritária para o britânicos, já que por aí pretendiam cortar a passagem de armas para o Transvaal), o conflito franco-inglês motivado pela crise de Fachoda. Por fim, a conjuntura favorável para os alemães do desastre espanhol de 1898, uma vez que após esta humilhação, a Espanha virar-se-ia para o Mediterrâneo- Portugal e Marrocos, para sarar as suas sequelas da perda de Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam, sem esquecer a traição inglesa na guerra contra os Estados Unidos da América¹²⁴.

Perante a pressão alemã, os britânicos ficaram conscientes que apenas poderiam obter a neutralidade dos alemães nas questões atrás enumeradas, se lhes fossem concedidos pontos estratégicos na costa atlântica africana como a Baía dos Tigres, no sul da Angola portuguesa, e Walfisch Bay, na África ocidental alemã, assim como na costa marroquina. A verdade é que as pretensões alemãs no sentido de obter bases navais no Atlântico, nomeadamente, em Marrocos, pesaram significativamente nas negociações anglo-alemãs, complicadas sob o lema salisburiano: *Pede demasiado em troca da sua amizade*¹²⁵.

Já vimos que, a política vital inglesa em relação a Marrocos consistia em manter a independência do império xerifino, barrando qualquer tentativa que pudesse pôr em causa a alteração do *statu quo*, para assim assegurar a fluidez das comunicações navais britânicas. A importância estratégica de Marrocos no panorama económico mediterrâneo era muito importante para os britânicos, logo, estes não desejavam de todo perder Tânger e a sua localização privilegiada na contra-costa de Gibraltar, esquadria essencial para assegurar o controlo da rota do Suez.

Mas o momento em que a Grã-Bretanha iria pensar em mudar a sua política em relação a Marrocos, só viria a ocorrer quando fossem tomadas todas as medidas para salvaguardar os seus interesses estratégicos (a neutralização de Tânger e da costa do Rif). Em

¹²⁴ - *Idem. Ibidem*, p. 28.

¹²⁵ - *Idem. Ibidem*, p. 29.

Abril 1902, o hábil embaixador francês em Londres, Paul Cambom, convencia Lord Lansdowne¹²⁶ das vantagens de um entendimento geral entre as duas nações sobre o império xerifino, assegurando-lhe que os interesses nacionais da Grã-Bretanha na região iriam ser salvaguardados (veja-se mais adiante, na página 59, a conversa entre os dois embaixadores).

A França escolheu um momento favorável para atrair a Grã-Bretanha em seu favor, já que esta última começou então a inquietar-se com o perigo representado pelo desafio alemão, que a levou a abandonar a política de *Splendid Isolation*. Em janeiro de 1902, ultrapassado o insucesso das negociações anglo-alemãs, o governo inglês opta por incrementar duas alianças alternativas: um acordo com o Japão e, em abril de 1904, assina com a França a conhecida *Entente Cordiale*.

A Entente Cordiale constituiu um passo atrás na diplomacia entre a Inglaterra e a Alemanha, tendo em conta que, anos antes, o governo inglês havia-se comprometido a não intervir em Marrocos sem um acordo prévio com Berlim. A referência de Bulow aos relatórios do seu Embaixador em Londres, o Snr. Metternich, permite-nos perceber melhor os verdadeiros fundamentos da atitude germânica contra a *Entente Cordiale*:

*Si malgré tout, L'Angleterre s'entend avec la France pour un partage complet du Maroc- et je continue à en douter (Outubre de 1903), car l'abandon de quelques droits possédés par les français en Egypte, ne compense pas une renonciation au Maroc,- c'est accord aura comme unique raison le désir de l'Angleterre de fortifier à tout prix sa nouvelle amitié avec la France. Contre la France, nous avons un moyen de pression bien plus efficace, si on se passe de nous pour organiser le partager : le cas échéant, nous pourrions dire au gouvernement français qu'il beaucoup très sage pour mettre en jeu à la légère les relations pacifiques que depuis plus de trente ans il entretient prudemment avec l'Allemagne. Il inutile de mobiliser dans ce but un corps d'armée et les français ne le feront pas non plus de but en blanc. Mais le Maroc est un game of bluff sérieux*¹²⁷.

O fracasso dos objetivos estratégicos germânicos em termos territoriais em Marrocos, conduziu a Alemanha à valorização dos objetivos económicos, domínio em que poderia obter algumas compensações. Mas antes de nos debruçarmos sobre a manobra alemã, convém relembrar que a Alemanha não tinha somente interesses estratégicos (nomeadamente, obter bases nas costas marroquinas), mas que também perseguia interesses económicos, que a França e a Grã-Bretanha foram obrigadas a ter em consideração antes de pactuarem entre ambas a declaração de 1904. O boletim publicado pelo *Deutsche Export-bank*- subordinado às

¹²⁶-Lansdowne (1845-1927), foi ministro dos Negócios Estrangeiros britânico entre 1900-1905. Em 1917, empreendeu uma campanha ativa para um compromisso de paz com a Alemanha.

¹²⁷- Apud Eduardo Manuel Fernandes Bugalho, *Op. cit.*, pp. 63-64.

exportações alemãs - informou que as relações comerciais germano- marroquinas alcançaram entre 1901-1902, cerca de quinze milhões de marcos, fato que colocava o comércio alemão em segundo lugar no total do comércio de Marrocos¹²⁸. Foi, em virtude dessas relações que o imperador alemão reclamou o Princípio da *Porta Aberta* na cerimónia feita na legação alemã em Tânger:

*Oui, c'est un beaux pays que le Maroc, surtout au point de vue commercial. J'espère que les nations européennes feront le nécessaire pour sauvegarder leurs intérêts commerciaux en ce pays. En ce qui me concerne, je suis bien décidé à de faire respecter les intérêt du commerce allemand*¹²⁹.

Pouco depois da vista do Kaiser a Tânger, os germânicos estabeleceram contacto com os signatários do Tratado de Madrid – onde se garantira a igualdade de direitos – com o intuito de angariar apoio para a sua ação política em relação ao problema marroquino.

¹²⁸ - Vide. Mohammed Omar El-Hajoui, *Op. cit.*, p. 48

¹²⁹ - *Idem. Ibidem*, p. 50.

3.Caracterização das diplomacias europeias em confronto e seus protagonistas

Em 1902, na verdade, na perspectiva de Joseph Chamberlain, o entendimento com a Alemanha tornara-se cada vez mais difícil, principalmente devido ao crescimento anormal da sua força militar marítima. Consequentemente os ingleses aproximam-se da França.

A França, por seu turno, chegou à conclusão de que o *statu quo* marroquino dificultava a prossecução dos interesses franceses no Império Xerifino. Assim, M. Delcassé tomou a iniciativa de quebrar o *statu quo* e procurar por via diplomática os meios que lhe permitissem dar efetiva satisfação aos seus interesses nacionais (veja-se atrás na página 43, o interesse nacional francês relativo a Marrocos). Declarando nas instruções ao seu novo ministro em Tânger, Sainte-René Taillandier:

*Malgré le besoin d'expansion industrielle qui travaille les nations européennes, nous ne mettent pas un zèle indiscret à hâter l'heure où le Maroc s'ouvrira à la civilisation moderne. Mais le jour le Makhzen accepterait l'idée d'entrer progressivement dans voies nouvelles. Nous n'en serions que plus fondés à compter qu'il s'adresserait de préférences à la grande puissance voisine et amie toujours prête à lui fournir les ressources dont il aurait besoin*¹³⁰.

Essa decisão de M. Delcassé não podia deixar de suscitar forte oposições por parte das outras potências europeias interessadas. Não obstante esse facto, o ministro iniciou um intenso jogo diplomático com as chancelarias europeias, a fim de fazer aceitar uma exclusiva influência francesa sobre Marrocos. Esses países escolhidos para a referida campanha foram a Itália, a Grã-Bretanha e a Espanha.

Começamos pela Itália, então uma jovem potência mediterrânica, que via no Mediterrâneo a oportunidade para realizar a herança romana do *mare nostrum*. Esta intenção expansionista italiana inquietava muito a França, o que levou M. Delcassé a desdobrar-se em inúmeras diligências para afastar a Itália da aliança austro-alemã, aproveitando a humilhante derrota do exército italiano às mãos do exército abissínio, na Batalha de Adowa, em 1896, os fracassos coloniais que fizeram cair Crispi, em 1897, e a morte de Bismark de 1898.

Por outro lado, a ruptura dos acordos comerciais, resultante da crise da Tunísia, prejudicou muito o desenvolvimento do comércio italiano, pelo que os comerciantes italianos começaram a pressionar o seu governo com o intuito de resolver o diferendo com a França. Alguns grupos mostravam-se receosos da política de aproximação com a França: esse era, por

¹³⁰ - Eduardo Manuel Fernandes Bugalho, *Op. cit.*, p. 73.

exemplo, o caso dos agricultores do Sul de Itália, com uma produção mais pobre, e os industriais do Norte, especialmente as firmas metalúrgica da Lombardia. No entanto, o governo italiano, constrangido pela necessidade de contrair empréstimos, optou por dar mais um passo na aproximação à França. No dia 26 de Novembro de 1898, a Itália e a França assinaram um tratado comercial que pôs fim à guerra das tarifas entre os dois países.

Esta atmosfera de paulatina cooperação acabou por contribuir no início do século XX, para a aproximação da França e da Itália, sobretudo depois do desastre da Abissínia. A Itália decidiu, então, rever a sua política colonial e dirigir a atenção para as regiões da Tripolitânia e Cirenaica (correspondentes à atual Líbia), uma área pela qual a França nunca demonstrara grande interesse.

As negociações entre ambos os Estados foram longas; começaram em 1898, mas só em 1900 foi possível alcançar um entendimento com o ministro dos negócios estrangeiros italiano, o Marquês de Visconti¹³¹, que se traduziu a um acordo secreto, nos termos do qual a Itália conferia toda a liberdade aos Franceses para se expandirem em Marrocos e a França apoiava a expansão italiana nos territórios que hoje conhecemos como Líbia. Em 1902, a Itália assinou um outro acordo secreto com a França, mediante o qual Roma comprometia-se a permanecer neutral em caso de um ataque alemão¹³².

No que respeitava à Grã-Bretanha, a França compreendia que uma política efetiva de aproximação franco-britânica só teria êxito se fossem removidas todas as dificuldades coloniais pendentes entre os dois países. Em Abril de 1902, iniciavam-se as negociações destinadas a resolvê-las, das quais nos importamos mais, no quadro deste estudo, as diligências que se referentes a Marrocos. Em Londres, Paul Cambon, convenciu Lord Lansdowne das vantagens de um entendimento geral entre as duas nações sobre o Império Xerifino:

¹³¹- Emilio de Visconti-Ventosa, cavaleiro da Suprema Ordem da *Annunziata*, Senado do Reino da Itália, diplomático, delegado e plenipotenciário para a Conferência de Algeiras. Visconti-Ventosa tinha grande prestígio internacional. Durante a conferência, todos os diplomáticos estavam familiarizados com o grande valor deste velho estadista. Recordamos por uns momentos esta figura da história, não somente da Conferência de Algeiras que nos ocupa, mas da história da política italiana de *ottocento*, ligado, portanto a unidade da Itália, e de começos do século XX, em plena fase de construção nacional da Itália do Risorgimento. Visconti-Ventosa obteve a sua licenciatura em Direito pela Universidade de Pavia. Tomou parte ativa nas ações militares e na vida política do seu tempo, primeiro juntando ideais republicanos e depois seguindo as tendências liberais de Cavour, um dos arquitetos da unidade italiana. Em 1852, casou com uma a sobrinha neta de Cavour, Maria Luisa Alfieri, tendo assim obtido o título de Marquês. Quando começou a sua carreira política, não tardou em revelar grandes dotes de estadista, mas o seu êxito esteve sobretudo associado ao cargo de ministro dos negócios estrangeiros, pasta que chegou a ocupar sete vezes. Cf. Agustin F. del Valle Pantojo, *Art. cit.*, p. 332.

¹³²- Vide. Mohammed Omar El-Hajoui, *Op. cit.*, pp. 4-5.

Nous étions, dit-il au secrétaire d'Etat britannique, des partisans du statu quo. Ayant reconstitué notre empire colonial, notre attitude générale était conservatrice. Commercialement, notre production compétait celle de l'Angleterre plutôt qu'elle ne rivalisait avec elle. Politiquement, nous ne voyions nulle part aucune raison pour les deux puissances ne marchassent pas d'accord. Au Maroc, cependant, notre situation réclamait de nous une vigilance exceptionnelle. Nos intérêts y étaient de toute nature, politique, économiques, commerciaux. Le Maroc était une porte ouverte sur notre domaine africain. L'intrusion manifeste ou masquée d'une autre puissance y menacerait notre domination sur l'Algérie. Nous ne pouvions à aucun prix laisser se constituer là une force qui échapperait à notre influence. L'Angleterre, elle, n'avait au Maroc, Tanger excepté, que des intérêts commerciaux. Tanger pourrait convenir laisser l'Angleterre jouir, pour un temps à déterminer, de la liberté commerciale. Tous les intérêts de L'Angleterre au Maroc ayant ainsi leur sauvegarde, elle n'aurait pas à s'inquiéter de notre expansion. Une troisième puissance, L'Espagne, avait au Maroc des intérêts particulière et des prétentions justifiées. Dans la pensée de M. Delcassé, il convenait de réserver à L'Espagne une certaine zone d'expansion autour de ses présides pour le cas ou viendrait à s'imposer un règlement général de la question du Maroc. Au sud de cette zone, la France, le cas échéant, aurait sa liberté d'action. M. Delcassé espérait que cette hypothèse ne se réaliserait pas de longtemps. Il souhaitait, pour plusieurs générations, le maintien di statu quo. Il travaillerait pour sa parte à le maintenir. Mais il estimait qu'à cet effet le mieux était d'échanger franchement ses vues d'avenir. On couperait court ainsi à des rivalités qui pouvaient précipiter la solution

133

A declaração do embaixador Cambon atrás citada constitui um perfeito resumo dos verdadeiros interesses da França em Marrocos, demonstrando também a argucia dos métodos empregues pelo embaixador francês para os fazer valer. Volvidos dois anos, seria assinado o acordo franco-britânico, a 8 de abril de 1904. Inglaterra deixava assim as mãos livres à França em larga medida devido à desconfiança suscitada pela crescente ameaça da política mundial *Weltpolitik* alemã, salvaguardando o postulado de que Tânger permaneceria como zona internacional e que o flanco Mediterrâneo marroquino fosse entregue a mãos espanholas (e não francesas). Mas, contudo, isto implicava o respeito das seguintes quatro condições:

A primeira condição: não se alteraria o estado político de Marrocos; nada de conquistas. A segunda condição: a neutralidade do estreito de Gibraltar, a proibição da fortificação das quaisquer zonas estratégicas desde Melilha até à margem direita de Sebou, exceto, naturalmente, os territórios de soberania espanhola sobre os quais não tinham ação as nações contratantes. A terceira condição: igualdade económica entre as duas partes durante trinta anos. A quarta condição, inscrita no Art. 8º: ambas as partes tomaram em consideração

¹³³ - Saint-René Taillandier, *Les Origines du Maroc Français-Récit d'une Mission (1901-1906)*, 6.^a ed., Paris, Librairie Plon, 1930, pp. 86-87.

os direitos e interesses espanhóis devido à sua posição geográfica e às possessões (plazas de soberania) na costa marroquina mediterrânica¹³⁴.

Em virtude desta quarta condição, tiveram início negociações entre a França e a Espanha para salvaguardar os direitos e, ao mesmo tempo, garantir os interesses espanhóis. O espírito de diálogo por parte dos negociadores, a que se somava um genuíno desejo de concordância, traduziu-se na grande rapidez com que o Tratado de 1904 foi redigido, que iremos abordar mais adiante.

Para já, a *Entente Cordial*, segundo o cônsul Lima, pôs fim à independência do velho império Magrebino, cuja existência fora necessária para manter o equilíbrio no Mediterrâneo. Este equilíbrio, uma vez garantido pelo Tratado de 1904, subtraía relevância ao Reino Xerifino, nas perspetivas anglo-francesa. No limite, a sua existência passava até a construir a um perigo grave para o bloco anglo-francês¹³⁵.

A partir deste momento, iniciava-se informalmente o protetorado francês sobre o Império Xerifino, a conferência de Algeciras e o Tratado de Fez foram expedientes para mascarar aos olhos do sultão desconfiado com os acordos secretos assinados entre as potências interessadas no campo marroquino: a independência de Marrocos tinha acabado e assim compreendeu o sultão jovem Muley Abd-el-aziz, quando declarou ao próprio ministro holandês acreditado na corte xerifina, Mac Lean: *Et bien, puisque tout est fini entre nous, je dois me débrouiller avec les français*¹³⁶.

No dia 10 de Maio, Moulay Abd-el-Aziz ordenou ao seu ministro Bem Shimen de transmitir as cartas de protesto aos representantes estrangeiros acreditados em Tânger. O papel dos delegados franceses desta feita passava por impedir, por qualquer meio, envio destas cartas. Meteram mãos à obra, tendo encontrado apoios importantes no próprio seio do governo marroquino. Depois de várias tentativas a delegação francesa conseguiu ser recebida pelo sultão e após uma longa conversa, o imperador marroquino prometeu-lhe de não ia enviar as cartas, declarando: *J'entends agir librement. Quant à subir une pression quelconque, jamais*¹³⁷.

¹³⁴ - Cf. Gabriel Maura Gamazo, *Op. cit.*, p. 13.

¹³⁵ - Cf. Humberto Pinto Lima, *Op. cit.*, p. 5.

¹³⁶ - Mohammed Omar El-Hajoui, *Op. cit.*, p. 35.

¹³⁷ - *Idem. Ibidem*, p. 36.

Em Espanha, em meados do século XIX, nomeadamente, em 1880, era unânime no interesse de Espanha em Marrocos pela manutenção do *Statu quo*, na sequência das tensões internacionais que rodeavam Marrocos, por um lado, e da situação de caos que sofria o Império Xerifino, por outro. Como afirma Gabriel Maura Gamazo, num discurso parlamentar:

*La alteración del statu quo en Marruecos no es culpa de España, que no quería variarlo, y sin censura para nadie, es evidente que no se nos puede echar en cara, y que no se nos puede cobrar. Y el momento era evidentemente inoportuno: inoportuno desde el punto de vista internacional e inoportuno desde el punto de vista interior de Marruecos*¹³⁸.

Em Março de 1901, Sagasta líder do partido liberal, voltou do novo ao poder, entregando a pasta do ministro de Estado para o Duque de Almodóvar e, no mesmo ano, o embaixador espanhol em França, Leon y Castillo, informou através das correspondências trocadas entre ele e o ministro de Estado, que a França estava pronta a negociar exclusivamente com a Espanha uma possível divisão de Marrocos:

*El gobierno francés de acuerdo con la prensa y la opinión, tiene el convencimiento de que su situación en el Norte de África es tan predominante que no admite comparaciones con ninguna otra. Y solo serán plenos haciendo velar constantemente los derechos de España en el orden político e histórico y las razones que aconsejan una buena inteligencia entre nuestra Nación e esta republica*¹³⁹.

As negociações entre ambos os Estados foram conduzidas, sob o mais absoluto segredo, sobretudo do lado espanhol, porque os liberais temiam a reação parlamentar que pudesse provocar a quebra de *Statu quo* da política marroquina da Espanha e, ao mesmo tempo, estavam conscientes da tensão internacional que rodeava Marrocos. Um possível convénio de partilha poderia provocar reações entre terceiras potências¹⁴⁰.

De qualquer maneira, o projeto não chegou a ser materializado. Os conservadores conseguiram ser eleitos em dezembro do mesmo ano e lidaram de forma diferente com a *questão marroquina*. Francisco Silvela, o líder do governo, não aceitou assinar o Tratado pois encarava-o como um grave incidente diplomático – ou mesmo um ato hostil – que poderia ter efeitos negativos na relação da Espanha com a Inglaterra; numa situação extrema, o avanço do Tratado poderia até representar um risco de ataque militar inglês às colónias espanholas das

¹³⁸- Gabriel Maura Gamazo, *Op.cit.*, p. 9.

¹³⁹- Apud Youssef Akmir, *Op. cit.*, p. 139.

¹⁴⁰- *Idem. Ibidem*, p. 140.

Baleares, Canárias e zona do Estreito de Gibraltar. Além disso, depois da crise de Fachoda, seria de certo modo improvável um acordo entre a França e a Inglaterra.

Era um erro político, porque a Espanha de 1902 era uma nação recém-saída do desastre de 1898, que deixou um profundo pessimismo estendido em todos os setores. Tinha uma economia afetada pelos estragos causados pela guerra e uma sociedade decepcionada e afastada da modernização, vivida pelo resto das sociedades europeias¹⁴¹; por isso, Silvela considerou que a Espanha, com essa situação, era incapaz de entrar numa empresa colónia, devido às suas limitadas possibilidades. Esta foi uma das suas afirmações:

*Debemos desterrar de entre nuestras preocupaciones la de que la situación en Marruecos, cerrado al comercio, a la civilización, a la explotación de sus minas y de sus tierras, al aumento de población, al consumo y cambio de productos, sea beneficioso y riqueza para nosotros, cuando, por el contrario, es motivo de pobreza, de esterilidad y de estancamiento para España, y lo aceptamos y lo debemos manter tan sólo para evitar males mayores de orden político e internacional*¹⁴².

Aliás, era uma gravíssima infração constitucional, porque o último artigo dizia que o tratado devia ser secreto, e a constituição mandava que os tratados em que se impunham obrigações aos espanhóis, deveriam ser trazidos ao parlamento com uma lei especial; assim, impor-se obrigações aos espanhóis, a coberto do segredo de um tratado, apenas pelo poder executivo, era algo que não se podia fazer, pois era proibido do ponto de vista constitucional¹⁴³.

A frustração do dito tratado originou acicatado diálogo. Especialmente entre os conservadores e os liberais houve troca de acusações, em que estes apontam uma atitude negligente e irresponsável àqueles. Numa das cartas da correspondência entre o Duque de Almodóvar e o líder do partido conservador Silvela há um pedido de explicações do Duque acerca da recusa de assinatura do acordo. A 17 de julho de 1903, em sessão parlamentar, Silvela tenta justificar as suas ações com a suscetibilidade que atualmente rodeava Marrocos, afirmando o seguinte:

Nosotros no tenemos ambiciones ni aspiraciones próximas ni remotas a intervenir en las grandes cuestiones europeas. Pero nosotros debemos mantener la amistad y la alianza con todas las naciones del mundo, puesto que nuestros intereses no lastiman los de ninguna (...). Esas son las orientaciones de nuestra

¹⁴¹ - *Idem. Ibidem*, p. 133.

¹⁴² - *Idem. Ibidem*, p. 152.

¹⁴³ - Cf. Gabriel Maura Gamazo, *Op. cit.*, p. 12.

política, esas son las orientaciones en la política de todo Gobierno español; nuestra neutralidad, el principio de nuestra cordialidad de relaciones con todas las naciones que las sostiene con nosotros ¹⁴⁴.

Através desta afirmação, ficou claro que Francisco Silvela não estava convencido da mudança de *statu quo* marroquino, devido à conjuntura internacional da época. Mas as ondas de críticas dirigidas pelo partido liberal, levaram a Silvela a renunciar o seu cargo, em 1903.

A 21 de Março de 1904 surgiram as primeiras preocupações por parte do Senado. Havia rumores, aos quais Montero Rios deu voz, de negociações de um acordo entre a França e a Grã-Bretanha e, efetivamente, oito dias depois chegou a notícia de que as negociações haviam sido concluídas em bom termo.

A dita notícia converteu-se no problema de atualidade mais debatido pelos membros do partido liberal e conservador. Agora, a Espanha já não poderia manter como consequência de *Entente Cordiale* anglo-francesa (1904), a situação de *status quo* sobre Marrocos, e viu-se arrastada, perante as ambições territoriais da França neste país e o consentimento da Grã-Bretanha –em troca de Egito-, a ocupar-se da zona Norte com o intuito de não deixar a França controlar as costas do Sul Peninsular.

Como já referimos atrás, a França e a Grã -Bretanha haviam feito um pacto em Abril de 1904, consagrando a preponderância da França em Marrocos e reconheciam a Espanha sua influência sobre duas zonas do império marroquino, que foram delimitadas no artigo 2º do Tratado assinado em segredo, em Paris, em 3 de Outubro de 1904: uma zona estava no Norte ao longo da costa mediterrânica de Marrocos, entre os rios de Sebou e Moulouya. Desta vez a Fez e a Taza ficaram de fora, a que o projeto de 1902 atribuiu a influência espanhola. E a outra zona ao Sul-Oeste, a partir de um ponto da costa atlântica entre Agadir e Ifini, para estender para o sul até à colónia Espanhola do Rio de Ouro.

A Espanha aceitou os factos consumados e aderiu ao proposto pela França e a Inglaterra. Esta adesão conforme o artigo segredo 4º do Tratado franco-inglês era condição indispensável para o mesmo convénio. A Espanha não pôs objeção, aderiu formalmente à Convenção e tomou sobre si as condições idênticas às que eram reconhecidas a França no Tratado franco-inglês de 1904, que já tivemos a oportunidade de ver, mas desta vez com uma série de reservas: “a Espanha não exercerá durante quinze anos, senão com o acordo com a França, limitando esta a informar previamente a Espanha do que tratar com o sultão, a

¹⁴⁴ - Youssef Akmir, *Op. cit.*, p. 156.

respeito da sua zona. Mesmo depois de expirado o prazo de quinze anos, a iniciativa de ação continuará a pertencer a França, enquanto se mantiver o statu quo, sendo que essa ação se exercerá de acordo com o governo espanhol”¹⁴⁵.

A *Entente Cordiale* tornou-se realidade: o medo comum ao imperialismo alemão aproximou os antigos rivais coloniais. A reação de Alemanha não se fez esperar; em telegrama à delegação francesa, o ministro da Alemanha em Tânger, expressou a sua surpresa pelo facto do governo francês não ter notificado o governo alemão sobre as novas disposições propostas no que dizia respeito a Marrocos. O barão de Mentzingen declarou que o seu governo se manifestava ser sistematicamente posto de lado:

*J'ai sollicité de mon gouvernement des instructions formelles, c'est alors que le comte de Bulow m'a fait savoir que le gouvernement impérial ignorait tout des accords intervenus au sujet du Maroc et ne reconnaissait comme lié en aucune manière relativement à cette question*¹⁴⁶.

Então, a Alemanha não foi consultada sobre os acordos franco-inglês e franco-espanhol sobre a *questão marroquina*. O imperador alemão, Guilherme II, que fazia um cruzeiro no Mediterrâneo, de acordo com o desejo do seu chanceler, Bülow, decidiu visitar Tânger a fim de defender interesse económico alemão neste país. A 31 de Março, às 11 horas e meia, o navio *le paquebot Hambourg* chegou a Tânger depois duas horas de desembarque, dificultado pelo mar agitado. Foi recebido de forma faustosa pelo primo do sultão, Mouley Abd-el-Malek. Kaiser Guilherme II proferiria aí um discurso de que toda a imprensa não tardaria a ocupar-se. Proclamou a liberdade de comércio e a igualdade de direitos com as outras potências, anunciou o apoio germânico ao sultão para manter a independência e soberania de Marrocos:

*C'est au sultan, en sa qualité de souverain indépendant, que je fais aujourd'hui ma visite. J'espère que, sous la souveraineté du Sultan, un Maroc Libre restera ouvert à la concurrence pacifique de toutes nations, sans monopole et sans annexion, sur le pied d'une égalité absolue. Ma visite a Tanger a eu pour but de faire savoir que je suis décidé à faire ce qui est en mon pouvoir pour sauvegarder efficacement les intérêts de l'Allemagne au Maroc. Puisque je considère le sultan comme un souverain absolu, c'est avec lui que je veux m'entendre sur les moyens propres à sauvegarder ces intérêts. Quant aux réformes que le sultan a l'intention de faire, il me semble qu'il faut procéder avec beaucoup de précautions, en tenant compte des sentiments religieux de la population, pour que l'ordre public ne soit pas troublé*¹⁴⁷.

¹⁴⁵ - Eduardo Manuel Fernandes Bugalho, *Op. cit.*, p. 82.

¹⁴⁶ - Mohammed Omar El-Hajoui, *Op. cit.*, p.47.

¹⁴⁷ - *Idem. Ibidem.* p. 51.

O discurso era, sem dúvida, a decisão da Alemanha de participar na divisão do Império Xerifino, temendo ficar-se fora da divisão territorial e comercial naquela zona de tanta importância estratégica mundial. Mas, nas entrelinhas, devia ler-se que Alemanha exigia da França e Inglaterra, sobretudo da primeira, que renunciassem ao acordo concluído entre elas.

Dito de forma mais clara, a crise de Tânger era o palco para colocar em marcha uma manobra política de alcance muito maior: o objetivo do imperador alemão e o chanceler Bülow, era atrair de novo a Rússia; para o atingir deviam aproveitar a debilidade duma Rússia derrotada por Japão e a relação de amizade entre o Czar e o Guilherme II. O imperador da Rússia estava no seu cruzeiro nas águas do golfo de Finlândia, quando o kaiser Guilherme II enviou um telegrama ao seu primo, oferecendo-lhe uma entrevista secreta. O imperador Nicolas aceitou o convite e os dois imperadores encontraram-se a bordo do iate, Hohenzollern, em Bjorko¹⁴⁸.

O encontro provocou um ambiente de preocupação em Paris. O embaixador da França em São Petersburgo pediu ao ministro dos negócios estrangeiros da Rússia, Sr. Lamsdorff, uma explicação clara sobre o encontro de Bjorko, sendo que este último não deu uma importância política a este encontro. Essas foram as suas palavras:

La rencontre, qui avait un caractère absolument familier, a laissé à Sa Majesté la meilleure impression. L'échange de vues qui a eu lieu entre les deux monarques abouti, de fait, à la constatation qu'aucun danger ne menace la paix de L'Europe et que notamment la question du Maroc, qui préoccupe la France au premier chef, a toute chance de trouver une solution amiable.

*Il paraissait d'ailleurs qu'en soulevant cette question, l'empereur Guillaume aurait eu moins en vue l'objet même du litige que le désir d'arrêter le développement de L'intimité qu'il juge hautement préjudiciable aux intérêts allemands, surtout si elle est renforcée par l'adhésion de la Russie*¹⁴⁹.

Obviamente, é neste último parágrafo, que devemos entender a chave do mistério da política alemã. A Alemanha procura uma aliança defensiva e antibritânica, que também oferecida à França. No dia 25 de Julho de 1905, O imperador Guilherme II obteve de Nicola a conclusão de um tratado de aliança defensivo. Por esta razão, a Alemanha mostrou-se conciliadora nas negociações que preparam a Conferência de Algeciras¹⁵⁰.

¹⁴⁸ - Cf. Rosário de la Torre del Río, *Art. cit.*, pp. 94-95.

¹⁴⁹ - Maurice Paléologue, *Un Grand Tournant de la Politique Mondiale (1904-1906)*, Paris, Librairie Plon, 1934, p. 391.

¹⁵⁰ - Cf. Rosário de la Torre del Río, *Art. cit.*, 95.

Segundo a autora Rosário de la Torre del Río, a aliança de Bjorko tinha tanto valor que a Alemanha podia, em troca, renunciar a Marrocos, por isso, Berlim tentou atrair a Paris durante as negociações da agenda da Conferência de Algeciras e em 28 de setembro de 1905 aceitou deixar de fora das negociações não apenas disputas fronteiriças entre a Argélia e Marrocos, mas também, e muito significativo, o acordo franco-britânico e franco-espanhol de 1904; a Conferência lidaria apenas com finanças e segurança de pessoas e bens no Estado marroquino. Mas a França rejeitou, vigorosamente, a participação numa aliança continental contra a Inglaterra, ao lado de a Alemanha e a Rússia¹⁵¹.

A aliança de Bjorko era também uma fonte de preocupação para os ingleses, pois temiam que, com uma Rússia debilitada, se chegasse a um acordo russo-alemão que compelisse a França a entrar na dependência da Alemanha, e assim o equilíbrio dos poderes na Europa teria invertido a favor da Alemanha. No âmbito deste processo, era urgente para os ingleses chegar a um entendimento com a Espanha e Portugal, sendo que deste último vamos falar mais adiante acerca da sua posição na questão marroquina, e dentro do tabuleiro internacional.

Ora bem, é importante, salientar que a Espanha não assinou um acordo com a Entente anglo-francesa que compromettesse os seus interesses nacionais em favor desse bloco, isto é, a Espanha tinha-se comprometido com a França a não ceder a outra potência - a Alemanha – nenhum ponto dos territórios marroquinos incluídos na nova zona de influência, mas a Espanha não se havia comprometido nem com a França nem com a Grã-Bretanha, a não ceder à Alemanha- ou a França - qualquer dos muito pontos estratégicos que teve na região do Estreito de Gibraltar, fora da nova zona de influência em Marrocos. O governo de Londres tinha compreendido desde o início a ausência desse compromisso por parte da Espanha, o que enfraqueceu a segurança do Gibraltar, sobretudo, num momento em que a Alemanha não só pretendia atuar contra a expansão francesa na África, senão que previra inclusive ameaçar a soberania da Espanha nos seus territórios peninsulares e insulares¹⁵².

Por esta razão, o marquês de Lansdowne, sugeria a Wenceslao Ramirez Villa Urrutia, ministro de Estado no governo conservador de Fernández Villaverde, que acompanhou o rei na sua visita a Londres, sobre um acordo anglo-espanhol, no qual a última se compromettesse a não construir nenhuma fortificação contra Gibraltar, assim como a não

¹⁵¹ - *Idem. Ibidem*, p. 96.

¹⁵² - *Idem. Ibidem*, pp. 98-99.

alienar nada na linha da costa marroquina, nas Baleares, nas ilhas Canárias e em Fernando Pó. Em troca, os ingleses comprometiam-se a defender estas regiões. Em 8 de Julho de 1905 as negociações entre os dois Estados chegaram a bom termo.

Podemos dizer, em suma, que os acontecimentos tomaram um rumo que a Alemanha não esperava, e ela viu-se totalmente isolada. Nem aproveitou o enfraquecimento do império russo, aliado sobre o qual a França depositava as suas esperanças, no caso de um ataque alemão, nem conseguiu dissolver a Entente Cordiale que saía reforçada da crise, e os próprios Estados Unidos lhe ofereciam agora o seu concurso. Assim, a Alemanha começou a recear que uma guerra, desencadeada por causa de Marrocos, fosse impopular no seu país, pois não seria possível apresentá-la como uma guerra defensiva. Na noite de 8 de Julho de 1905, o adido militar alemão em Paris, major Von Hugo, telegrafou nos seguintes termos ao barão de Holstein, L'Eminence grise de Berlin: *Entbindung glücklich erfolgt, obwohl mit Zange, nach Zweistundigen Wehen.* (Emissão embora felizmente feito com fórceps, após duas horas de dor)¹⁵³.

Então, depois de terem feito da questão marroquina um *casus belli*, os antagonistas verificam que, no fundo, não há tal questão e, desde logo, o chefe do governo francês, Rouvier, e embaixador alemão Radolin trocaram as notas, pelo qual a França concordava a pedido do sultão, estabelecendo esses seguintes princípios aceites pelas duas potências:

1. Garantia da Soberania e a independência do sultão;
2. Integridade do seu império;
3. Liberdade económica sem desigualdade;
4. As reformas financeiras e económicas;
5. Reconhecimento dos direitos da França em Marrocos.

¹⁵³ - Maurice Paléologue, *Op. cit.*, p. 382.

III. A Conferência de Algeciras

1. Os trabalhos preparatórios e a percepção dos diplomatas portugueses

A Alemanha conseguiu, por fim, convocar uma conferência internacional depois de um ano de crise que ameaçou a paz na Europa. Entre 16 de janeiro e 7 de abril de 1906, teve lugar a Conferência de Algeciras, com a participação das potências que se tinham representado na conferência de Madrid de 1880, à exceção da Dinamarca e da Noruega, que se prescindiram, desta vez, da sua presença por consideraram que se tratava de uma reunião sobre assuntos que não lhes interessavam. Aliás, as suas relações íntimas e familiares com a corte britânica, e a necessidade de não se malquistarem com a vizinha e poderosa Alemanha poderiam tornar embaraçosa a presença dos dois países escandinavos em Algeciras¹⁵⁴. Por outro lado a sorte de Marrocos era-lhes indiferente. Assim, a sua abstenção revelava um misto de prudência.

O propósito de realização da Conferência de Algeciras de 1906, segundo a política colonial das potências presentes na referida Conferência, assentava na premissa que Marrocos, à semelhança de outras áreas geográficas em disputa, precisava da ajuda externa para poder levar a cabo toda uma série de reformas; este país era considerado como um “homem doente” que precisava de ser submetido a uma cirurgia. Esse “enfermo” devia aceitar integrar-se na sociedade internacional, segundo as fórmulas propostas pelo Ocidente¹⁵⁵. Marrocos aceitou esse argumento e aceitou jogar a partida tal como lhe era proposta. Mas, nas entrelinhas, tratava-se menos de modernizar o império xerifino, como veremos.

A justificação clara de Conferência foi dupla: primeiro lugar, a necessidade de regular e assegurar os interesses dos países europeus em Marrocos. O segundo ponto consistia no fim da tensão franco-alemã, dissipando assim o pesadelo de um conflito europeu. Este aspeto está bem explicitado nas seguintes linhas, que nos reproduzimos na íntegra da conversa entre o delegado italiano Visconti Ventosa e o enviado extraordinário de Portugal, o conde de Tovar de Lemos, ocorrido durante a viagem rumo a Algeciras:

De sua própria iniciativa trouxe elle depois a conversa para a questão da conferência dizendo ser optimista e que n'essa impressão o havia confirmado tudo quando ouvi em Paris aos Snrs. Rouvier e Príncipe

¹⁵⁴ - *O Século*, Ano Vigésimo Sexto, n.º 8:640, 15 de Janeiro de 1906, p. 1.

¹⁵⁵ - Muhammed Larbi Mesari, *Art. cit.*, p. 160.

*Radolin e já ali no comboio, pouco momentos antes, a Mr. De Radowitz. Dadas essas disposições entendia S^o. Ex^o. que se devia restringir quanto possível o campo da discussão, pois o objetivo real da conferência menos consistia em reorganizar o Marrocos ou dar-lhe uma constituição, cousas essas d'uma efficacidade mais ou menos problemática ou longinqua, do que evitar um conflito de momento e aplanar as dificuldades que esse assumpto fizêra surgir entre certas potencias. N'uma palavra, procurar sobretudo assegurar a paz e inspirar confiança na sua duração*¹⁵⁶.

No dia 16 de Janeiro começaram as sessões da Conferência. Os representantes dos países iriam discutir e tomar decisões sobre o futuro do Império Xerifino. O receio de não vir a ser possível alcançar um acordo internacional relativo a Marrocos refletia-se nas atitudes das potências mais interessadas na *questão marroquina*. O jornal *Século* salientou o assunto nesses termos:

*O governo allemão, entretanto, parece entregue de corpo e alma ao si vis pacem para bellum, não menos que o governo da nação sua vizinha. Os agentes do ministerio da guerra percorrem a nação, comprando viveres e conservas, cuja qualidade e quantidade não admittem duvidas sobre o fim a que se destinam. E não só no território allemão também ao de outras nações, como Itália, França, Suissa e Paizes Baixos, estendem a sua actividade com proveitoso resultado. A quantidade de conservas armazenadas até hoje nas diversas praças-fortes da Allemanha, e principalmente nas mais próximas da fronteira franceza, é enorme. A importante casa Krupp e as numerosas fabricas allemãs que se dedicam à produção de cartuchame e petrechos militares trabalham sem descanso, mesmo durante a noite*¹⁵⁷.

Neste cenário, era essencial para a paz mundial evitar o fracasso da Conferência, como reconhecia o delegado Italiano Visconti Ventosa no discurso inaugural, onde este enunciava que o objetivo primordial da reunião consistia em ser *oeuvre d'entente International*¹⁵⁸, ou seja, obra de entendimento com vista a estabelecer acordos conciliatórios relativamente aos objetivos da Conferência. Estas palavras foram calorosamente aplaudidas por todos. No mesmo sentido, o presidente americano, Theodore Roosevelt, considerava terrível a perspectiva de uma guerra europeia, e estava disposto a dar o seu apoio total para que tal não acontecesse¹⁵⁹.

¹⁵⁶- Arquivo Histórico Diplomático do Ministério de Negócios Estrangeiros, 3º P AMº 22 Mº 456, A correspondência n.º 2, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 17 de Fevereiro de 1906.

¹⁵⁷- O *Século*, Ano Vigésimo Sexto, n.º 8:631, Sábado, 6 de Janeiro de 1906, p.1.

¹⁵⁸- A.H.D.M.N.E, 3º P AMº 22 Mº 456, A correspondência n.º 3, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 22 de janeiro de 1906.

¹⁵⁹- Vide. Abdelkhaleq Berramadne, *Op. cit.*, p. 28.

O facto de Roosevelt aceitar arbitragem na questão de Marrocos afirmava a violação a um dos princípios estabelecidos e adotados pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos na sua relação com os países europeus durante muitos anos: a Doutrina Monroe.

O recurso desses países à arbitragem americana constituía um óbvio indicador da emergência dos Estados Unidos no xadrez geopolítico mundial como potência económica digna de consulta e, ao mesmo tempo, da aventura diplomática de Roosevelt, tendo em vista concretizar a paz, muito embora o senado e o público americano estivessem contra a sua política, em larga medida devido à visão isolacionista prevalecente.

Para gerir a referida questão, Roosevelt assumiu uma atitude cuidadosa por medo de fazer eclodir uma guerra no Mediterrâneo e, mais tarde, no Pacífico. Algo que podia pôr em risco os interesses económicos dos E.U.A então em busca de novos mercados para as suas mercadorias e empresas.

Os esforços destes estadistas supra mencionados, revelaram-se notáveis em duas questões que estiveram a ponto de fazer com que a Conferência fracassasse: a organização da polícia nos portos marroquinos e a criação de um Banco do Estado, que iremos abordar mais adiante na secção dedicada às áreas de interesse e influência de Portugal na Conferência.

Quanto à primeira questão, foi, segundo as correspondências n.º 16 a 18 da legação portuguesa na Conferência enviados para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o mais polémico de todos os temas abordados. A proposta de confiar a organização da polícia nos portos marroquinos unicamente à França e à Espanha chocou com a oposição da Alemanha. Os responsáveis alemães pensavam que a atribuição dessa tarefa a duas potências era contrária à liberdade de comércio e com repercussões inevitáveis no plano económico. Grosso modo, a Alemanha preconizava uma internacionalização da polícia e que o seu mandato fosse confiado a oficiais de todos os países representados na Conferência. Ao ser rejeitada esta proposta, por ser considerada de difícil aplicação, o delegado alemão, Tattenbach, propôs então que a organização de serviço da polícia fosse encomendada ao próprio governo marroquino, atendendo-se a certas regras. Esta possibilidade foi afastada pelo delegado francês, Révoil, com o argumento de que era precisamente a incapacidade de Marrocos na organização de uma força policial a razão da Conferência. O profundo desacordo entre a França e a Alemanha sobre esta questão fez com que a ameaça de rutura da Conferência

pairasse até ao último momento¹⁶⁰. Previa-se inevitável como se deduz da declaração do delegado inglês, Arthur Nicolson, quando desabafava durante um almoço com o enviado extraordinário português, o Conde de Tovar de Lemos:

*Sir Arthur Nicolson com quem almocei hoje, disse-me que a situação não tinha mudado de hontem para cá, e que se nenhum dos dois cedesse, Allemanha e França, o fracasso da conferência era certo. O que elle não comprehendia era porque, em taes disposições de animo, a Allemanha mostrava evidente empenho em “faire trainer les choses en longueur”, sem rompêr, nem dizer clara e positivamente o que queria. Por isso é que elle n’uma das ultimas sessões lembrára a conveniencia de se andar um pouco mais depressa. Não podia nem lhe convinha fazer mais, mas sabia haver pelo menos um Representante de grande potencia “que se propunha accentuar a necessidade de pôr termo a semelhante estado de cousas”, dispendioso, prejudicial e humilhante para todos, governos e delegados. Sob pretexto de dar tempo para preparar nos bastidores os acôrdos para as grandes questões antes de os levar à conferencia, tem-se graduado, espaçado e arrastado as sessões na discussão de minudencias anodinas. E assim continua a fazer-se ainda, apesar de se saber já que não há acôrdo na questão de que depende a validade de tudo quanto se têm feito e se está fazendo: A impaciência e a precipitação seriam de certo lamentáveis e imperdoáveis, mas tudo tem limites, e passar mais de um mez sem affrontar uma só das questões importantes, é realmente excessivo*¹⁶¹.

Este problema também preocupou os negociadores portugueses, sobretudo quando nenhuma potência aceitou recuar nas suas ambições, o que levou o delegado francês, Révoil, a pedir o voto nominal dos outros participantes na Conferência. Esse pedido deixou de constituir uma declaração política perigosa, pois alguns países acompanhavam fielmente a política do bloco anglo-francês mas sem melindrar a Alemanha, tal como sucedia com Portugal. Face a essa situação, o enviado português enviou um telegrama para o ministro dos Negócios Estrangeiros, solicitando instruções sobre como pôr em prática essa atitude, explicando-lhe que a questão podia causar problemas aos interesses políticos de Portugal a breve prazo. Essas foram as suas palavras:

Não julgo provável repito, que tal extremidade se apresente, mas dando-se, não sei se a nossa abstenção seria muito recomendável. Nada teríamos talvez a ganhar e só a perder, mostrando-nos neutraes ou indecisos entre França, Inglaterra e Hespanha cujos interesses n’esse caso concreto da Policia concordam absolutamente com os interesses políticos de Portugal, e a Allemanha cuja intervenção na Policia marroquina,

¹⁶⁰- Cf. María Rosa de Madariaga Álvarez-Prida, «La Conferencia de Algeciras de 1906: Una Tregua en el Reparto de Marruecos», in *Actas del congreso Internacional La conferencia Internacional de Algeciras de 1906. Cien años después*, Algeciras, Fundación Municipal de Cultura José Luciano Cano, 2006, p. 176.

¹⁶¹ - A.H.D.M.N.E, 3º P AMº 22 Mº 456, A correspondência n.º 17, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 16 de Fevereiro de 1906.

especialmente na costa ocidental do Imperio, só poderia constituir para nos também uma ameaça e uma vizinha perigosa¹⁶².

O documento n.º 266¹⁶³ que reproduzimos abaixo, é demonstrativo de grande proximidade que Portugal se esforçava por manter no acompanhamento da política do bloco franco-britânico (ao qual se juntava então a Espanha):

Le représentant du gouvernement portugais à la Conférence de Algéciras a informé celui de la Grande-Bretagne qu'il avait reçu l'instruction de s'associer à la ligne de conduite que celle-ci pourrait adopter dans la question de la police marocaine, et qu'il était prêt à faire valoir son appui en votant pour le projet français. Le gouvernement de sa Majesté Britannique désire exprimer la grande satisfaction avec laquelle il a appris combien était loyal et amical l'appui prêté à Sir Arthur Nicolson par le comte de Tovar au nom du gouvernement de sa Majesté très-fidèle, et il espère vivement pouvoir compter sur le même appui lorsque les questions de haute importance dont il s'agit seront soumises à l'appréciation de la conférence.

Esta posição provocou uma maré de críticas contra o governo português, que abordaremos mais diante.

Para já, a extrema divergência entre a França e a Alemanha levou o presidente de Estados Unidos da América, Theodore Roosevelt a intervir nesta questão no sentido de pressionar Berlim, dando a entender aos alemães que se a Conferência falhasse seria por sua e única responsabilidade. Como desejava evitar uma rutura, a Alemanha acabou por renunciar à sua proposta e estava disposta a aceitar o projeto, acordado entre a França e a Espanha¹⁶⁴. Segundo este acordo, a força policial ficava sob a autoridade do sultão. Era constituída por

¹⁶² - *Idem*, A correspondência n.º 16, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 15 de Fevereiro de 1906.

¹⁶³ - *Idem*, A Conferência de Algeciras, documento n.º 266.

¹⁶⁴ - Perante a tentativa intervencionista e a influência alemã sobre as elites políticas espanholas e sobre a rainha mãe María Cristina, em busca de apoios para a Conferência de Algeciras, o membro do governo francês, sob o olhar atento da Grã-Bretanha, propôs à Espanha a negociação de um compromisso que assegurasse a estreita cooperação franco-espanhol na Conferência de Algeciras. Em 1 de setembro de 1905, os dois Países assinaram um acordo, que teve como objetivo determinar a extensão dos direitos de Espanha e de França e a garantia de seus interesses mútuos em Marrocos. O acordo composto de quatro artigos, o primeiro dos quais atribuiu a ambos os Países o controlo da polícia dos portos, sendo os oficiais espanhóis responsáveis pela instrução das tropas em Tetuão e Larache, e franceses em Rabat e Casablanca, enquanto Tânger seria confiada a um corpo franco-espanhol, sob o mandato francês (art.I); além disso, se regulava a vigilância e repressão do contrabando de armas (art.II); através deste acordo tratou-se também de esclarecer as disposições do convénio de 1904 no que diz respeito à participação franco-espanhola nas empresas económicas, prevendo a criação de um Banco de Estado em que as duas potências participaram e, simultaneamente, aceitaram que a moeda de prata espanhola continuará a ter o curso legal no império xerifino (art.III). Por fim, os dois governos comprometeram-se a aumentar por acordo mútuo, o número real de cidadãos espanhóis que serviam nessas alfândegas reorganizadas como garantia do empréstimo recentemente contraído pelo sultão nos bancos francês, empréstimo no qual se encontra englobado o empréstimo contraído pelo sultão nos bancos espanhóis. Cf, Rosario de la Torre del Rio, *Preparando la Conferencia de Algeciras: el Acuerdo Hispano-francés de 1 de Septiembre de 1905 sobre Marruecos*, vol. Extraordinario, Cuadernos de Historia Contemporánea, 2007, pp. 318-320.

efetivos marroquinos cujo número oscilava entre 2000 e 2500 homens, cuja formação e instrução estariam a cargo de oficiais dos exércitos francês e espanhol, de acordo com a repartição geográfica decalcada a partir das respectivas zonas de influência¹⁶⁵. Este êxito permitiu habilmente à França reduzir a pressão e aceitar que a polícia dos portos marroquinos fosse inspecionada pelo oficial sueco que fazia relatórios, observações e sugestões ao sultão e ao corpo diplomático em Tânger.

Enfim, a Alemanha desistiu da proposta da polícia de Casablanca ser confiada a um Estado neutral. A 7 de Abril de 1906 foi assinada a ata da Conferência. Os assuntos tratados foram os seguintes¹⁶⁶:

1. Declaração relativa à organização da polícia marroquina;
2. Regulamento organizando a fiscalização e a repressão do tráfico de armas;
3. Criação de um Banco de Estado de Marrocos;
4. Declaração sobre a melhor forma de cobrar os impostos e a criação de novas receitas;
5. Regulamento das Alfândegas e repressão da fraude e contrabando;
6. Declaração relativa aos serviços públicos e obras públicas.

Estes seis capítulos, segundo o cônsul Humberto Pinto Lima, constituíram as regras de aplicação dos seguintes princípios estabelecidos nos acordos franco-britânico de 8 de Abril de 1904, franco-espanhol de 3 de Outubro de 1904 e 1 de setembro de 1905¹⁶⁷ e franco-alemão de 28 de Setembro, sendo o último um documento de base sobre o qual se debateriam as questões a tratar na Conferência¹⁶⁸:

1. Garantia da soberania e independência do sultão;
2. Integridade do seu império;
3. Liberdade económica sem nenhuma desigualdade;
4. As reformas financeiras e económicas;
5. Reconhecimento dos direitos da França em Marrocos.

¹⁶⁵ - Os instrutores espanhóis seriam destinados a Tetuão e Larache, e os franceses a Rabat, Safi e Mazagão, enquanto em Tânger e Casablanca os instrutores seriam de ambos os países.

¹⁶⁶ - Humberto Pinto Lima, *Op. cit.*, p. 17.

¹⁶⁷ - Veja-se a definição do Tratado franco-espanhol de 1 de Setembro de 1905 na nota de rodapé 162 na página 72.

¹⁶⁸ - Humberto Pinto Lima, *Op. cit.*, p. 17.

Finalmente, a França depois de defender os seus interesses em Marrocos através dos acordos supra mencionados, estava satisfeita e concordava na reunião da Conferência, convocada a pedido do Sultão. A 3 de Outubro de 1905, o encarregado de negócios de Alemanha em Madrid informou Montero Rios, presidente de Espanha, da intenção de celebrar uma Conferência sobre os assuntos marroquinos, o programa das questões a tratar e a solicitação de que se reunirá na cidade de Algeciras¹⁶⁹.

Neste clima político, a pequena cidade andaluza de Algeciras foi escolhida como sede de uma das conferências mais importantes da nossa história recente. A princípio houve uma série de dúvidas e hesitações sobre o local da reunião. O sultão e o Imperador Guilherme II propuseram Tânger, mas a Grã-Bretanha, a França e a Espanha mostraram-se hostis a essa sugestão devido à carga simbólica da escala imperial e às pressões marroquinas que poderiam ser lá exercidas¹⁷⁰. Também se eliminava a escolha de uma capital dos governos implicados com pretensões na zona, como poderiam ser Londres, Paris, Berlim ou Madrid, pois era indubitável que a seleção de uma entre essas quatro capitais teria provocado ou despertado a oposição dos dois Estados atrás mencionados.

Na disputa entre essas capitais e após intensas negociações, a opção recaiu sobre Algeciras, por diversas razões. Em primeiro lugar, porque a cidade estava situada próximo do foco do conflito, Marrocos. Essa circunstância certamente tornaria os delegados marroquinos presentes na Conferência mais operativos, sobretudo quando chegasse o momento de trocar informações e estabelecer consultas secretas com o Makhzem. Em segundo lugar, Algeciras dispunha de uma boa comunicação com a capital de Espanha, pelo caminho-de-ferro. Em terceiro lugar, o facto de, na época, existirem em Algeciras dois bons hotéis, o Anglo, e Cristina, este último de primeira classe naquele tempo e, segundo se dizia, o melhor de Espanha. Por fim, a sua proximidade com Gibraltar, centro de valor económico e turístico, assim como possessão inglesa, e portanto também lugar favorável à Grã-Bretanha, mas considerado muito humilde pelos árabes, lembrando-os que no seu porto tranquilo desembarcaram-se, por mais de uma vez, os exércitos enviados pelos reis do Maghreb para

¹⁶⁹- Vide. Carlos Jiménez Piernas, Millán Requena Casanova, *Art. cit.*, p. 253.

¹⁷⁰- Jean- Marc Delaunay, «Competidores y cómplices? España y Francia en el Noroeste de África. Alrededor de la Conferencia de Algeciras», in *Actas del congreso Internacional La conferencia Internacional de Algeciras de 1906. Cien años después*, Algeciras, Fundación Municipal de Cultura José Luciano Cano, 2006, p. 70.

conquistarem os inimigos da fé, tal como nos relata Javier Betegón na sua obra *La Conferencia de Algeciras, diario de un testigo*.

Algeciras no tiene recuerdos arqueológicos, pero tiene historia. Antes de que se levantasen los edificios modernos, antes de que se construyesen sus calles anchas y regulares y de tener plazas y jardines, Algeciras fue la Al-Yerizah de los árabes, y en su costa desembarco Musa cuando la invasión agarena ¹⁷¹.

Contudo, à data em que foram escritas estas linhas, bem pelo contrário, era da conquista de Marrocos que iriam ocupar-se, em Algeciras, os embaixadores da onnipotente Europa, além dos Estados Unidos. Doze nações, sem esquecer Marrocos, iriam sentar-se à mesa verde para começar a negociar o futuro do Império Xerifino.

A delegação que representava os interesses de Portugal era encabeçada pelo Conde de Tovar de Lemos, enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário em Madrid. Em 14 de Dezembro de 1905 foram-lhe conferidos plenos poderes para representar o país na Conferência Internacional de Algeciras, a fim de estudar as disposições necessárias para a reforma da atual situação do Império Xerifino ¹⁷². O conde de Tovar teria como adjunto o ministro plenipotenciário de Portugal em Marrocos, com sede de Tânger, o Conde de Martens Ferrão por decreto de 21 de Dezembro de 1905 ¹⁷³ foi nomeado para coadjuvar o plenipotenciário português na referida Conferência, para onde partiu a 13 de Janeiro de 1906 a bordo do cruzador francês *Galiée*, acompanhado pelo primeiro secretário de legação portuguesa em Tânger, Martinho Teixeira Homem de Brederode.

Desta cidade, que era a capital diplomática de Marrocos, até Algeciras, chegaram os seguintes diplomatas acreditados para assistirem às sessões da Conferência: o ministro da Bélgica, conde de Buisseret Steenbecque de Blarenghien; o ministro da Áustria, conde de Bolesta Koziebrodzki; o ministro dos Estados Unidos, Samuel Gummeré e o ministro da Rússia, Basili de Bacheracht.

O conde de Tovar chegou a Algeciras vindo de Madrid, naquele famoso comboio especial que partiu da estação do Mediodia da capital de Espanha, às 15 horas e meia da tarde, acompanhado pelo secretário do legação portuguesa, Armando Navarro, pelo adido honorário

¹⁷¹- Javier Betegón, *Op. cit.*, p. 14.

¹⁷²- Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático e Consular português*, referente ao ano 1906, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p.93.

¹⁷³- *Idem. Ibidem*, p. 94.

da legação portuguesa em Madrid, Alfredo Casanova, e com uma parte importante dos delegados das nações interessadas no evento: de Itália, o delegado extraordinário e plenipotenciário, Visconti-Ventosa¹⁷⁴; de Espanha, o duque de Almodóvar, acompanhava-o como segundo delegado, o diplomata profissional e embaixador de Espanha em Bruxelas o sr. Juan Pérez Caballero; da França, Paul Révoil¹⁷⁵; da Alemanha, Radowitz, embaixador em Madrid, e como adjunto o conde de Tattenbach. Estes delegados foram acompanhados pelos seus secretários, subsecretários, diretores-gerais, funcionários, pessoal assistente, além disso, algumas das esposas tal como Madame Sager (da Suécia), Madame Decherisey (de França), Condessa Welsersheimb (da Áustria) e condessa de Tattenbach (da Alemanha), e ainda assim um numeroso grupo de jornalistas, mais de setenta.

O comboio chegou no dia 15 ao ponto do destino, às 11 horas. Na estação esperava-os, acompanhada pelos intérpretes, a delegação marroquina, que tinha chegado no dia anterior a bordo do cruzador espanhol *Rio de la Plata*. A delegação portuguesa instalou-se no hotel Maria Cristina juntamente com os representantes das outras nações, com exceção da delegação francesa, que foi alojada no mesmo bairro do hotel, numa cómoda e espaçosa residência confortável, muito próxima da de Espanha, que foi destinada aos representantes do Sultão. Quanto aos delegados da Grã-Bretanha, instalaram-se numa vila sumptuosa e confortável perto do mar¹⁷⁶.

A conferência realizou-se no edifício do *Ayuntamiento* e a sessão inaugural teria lugar no dia 16 de Janeiro, às três horas da tarde. Acordou-se que os delegados tomariam assento por ordem alfabética dos nomes das suas respectivas nações, com exceção da delegação marroquina que se sentaria à esquerda da sua homóloga espanhola. É de salientar que, antes da sessão inaugural, houve numerosas reuniões privadas entre os delegados, para obter apoios ou para estabelecer posições comuns. A correspondência n.º 23 da legação portuguesa na Conferência de Algeciras referia:

¹⁷⁴- Visconti Ventosa foi nomeado à última hora, em substituição do sr. Silvertrelli. Tudo parece indicar que o governo italiano, consciente da gravidade da crise que atravessava a Europa e que a ninguém afetarà mais do que a Itália, se a sua solução for a guerra, decidiu oferecer na Conferência a sua mediação pacífica pela voz de um homem que se veria rodeado dos seus colegas e cuja opinião se revestia sempre de singular autoridade sempre, podendo fazer lei em momentos mais críticos.

¹⁷⁵- Paul Revoil, foi ministro da França em Tânger, antigo governador-geral da Argélia, especialista eminente nas questões norte-africanas, diplomata fadado para altos destinos, principalmente se o resultado da Conferência coroar os esforços da sua inteligência e da sua energia.

¹⁷⁶- *O Século*, Ano Vigésimo Sexto, n.º 8:641, Terça-feira, 16 de Janeiro de 1906, p. 6.

*Sobre o systema que desde o principio se adoptara de nada sério levar à conferencia, e tudo se tratar nos bastidores em conciliábulos secretos entre as duas partes litigantes, sob o pretexto de preparar o terreno. Podia-se dizer que não existia conferência, e que continuava em Algeciras o tête a tête começado antes d'ella em Paris entre Mr. Rouvier e o Principe Radolin. A essa situação desairosa se referia o Marques Visconti Venosta quando exclamava, como referi no meu officio n°. 20- “se tudo passa fora da conferência, que diable suis-je venu faire ici?”*¹⁷⁷.

A historiadora Maria Álvarez-Prida também confirmou a ideia acima mencionada, ou seja, que em Algeciras só houve um *tête a tête*, e que mesmo na noite antes da sessão inaugural, o ministro espanhol de Estado, duque de Almodóvar, reuniu-se em privado com os negociadores da França e da Alemanha para lhes apresentar o projeto de discurso que havia preparado. A pedido de ambos, foram introduzidas algumas modificações, importantes das quais consistiu na supressão dos parágrafos em que se mencionava *o interesse especial* da Espanha e se enumeravam os dos países assistentes da Conferência¹⁷⁸.

Por sua vez, o embaixador da Grã-Bretanha, Sir Arthur Nicolson¹⁷⁹, visitava o ministro espanhol de Estado para lhe lembrar a conveniência de acrescentar ao primeiro parágrafo do discurso, sobre a igualdade de tratamento em matéria de comércio, a expressão porta aberta que, segundo ele, era a mais aceite para expressar o conceito nos povos anglo-saxões. Também o primeiro delegado do sultão e seu embaixador extraordinário, Hach Mohammed Ben Larbi Torres, apresentou ao duque de Almodóvar o discurso que tinha preparado para a sessão inaugural. Este último informou os seus homólogos da França, da Alemanha e da Itália, sobre o pedido (a leitura do discurso) do primeiro delegado do sultão. Contudo, os delegados rejeitaram a ideia, por recearem que as afirmações do delegado no seu discurso, tais como por exemplo solicitar uma definição acerca da soberania do sultão e da integridade do seu território, podiam representar um ponto de divergência entre Paris e Berlim e que discutir esses aspetos poderia contribuir para aprofundar as distâncias e dificultar o entendimento, por isso, rogaram ao ministro do Estado espanhol, duque de Almadóvar, que adiasse a leitura do documento para outra sessão¹⁸⁰.

¹⁷⁷- A.H.D.M.N.E, A correspondência n° 23, proveniente de Conferencia de Algeciras no dia 23 de Fevereiro de 1906.

¹⁷⁸- Cf. Maria Alvarez-Prida, *Art. cit.*, p. 173.

¹⁷⁹- Foi o primeiro delegado da Grã-Bretanha na Conferência de Algeciras, nessa altura, era embaixador do seu país na Rússia.

¹⁸⁰- Cf. Maria Alvarez-Prida, *Art. cit.*, p. 173.

A notícia do primeiro dia, como foi referido anteriormente, consistiu no discurso inaugural. O Duque de Almodóvar, ministro do Estado espanhol, e primeiro orador da Conferência iniciou os trabalhos com um texto que prendeu o interesse da imprensa portuguesa. Em primeiro lugar pelo tom atencioso e sereno das suas palavras. Em segundo, pela solidez do seu discurso, cujo conteúdo discorria claramente sobre os interesses que a Espanha mantinha no reino vizinho continuavam bem defendidos e inabaláveis. Ao contrário da delegação portuguesa que assistiu à repartição do império xerifino sem afirmar o seu prestígio histórico e diplomático em Marrocos, que foi um lugar muito emblemático para a gente lusitana, tal como viria a relatar o escritor e jornalista Urbano Rodrigues na sua obra *Passeio a Marrocos*.

*Para quem possua alguns conhecimentos da história e tenha o sentido do valor da Raça, visitar Marrocos é ir a um dos nossos lugares santos, ir afervorar o amor pátrio e retemperar a alma, porque ali, diante de ruínas e de criações novas, pode sentir-se bem o que fomos e o que podemos ainda ser. Marrocos foi a primeira tentação de Portugal quando, forte e glorioso da sua independência, levantou as âncoras em busca da grandeza. Falam de nós não só as pedras das velhas fortalezas e o bronze dos canhões abandonados, mas as crónicas as que dormem nos arquivos, escritas por sábios muçulmanos, e as que vivem transmitidas religiosamente de pais a filhos...*¹⁸¹.

Antes de proferir o discurso, o ministro espanhol, Almodóvar, saudou os membros da delegação marroquina sentados à sua esquerda (Seffar, El Mokri, Bennis e Torres), deu as boas-vindas aos assistentes e agradeceu às potências internacionais pela confiança depositada em Espanha por terem escolhido o seu território para a realização do evento. No mesmo sentido, considerou necessário alcançar acordos conciliatórios relativamente aos objetivos da Conferência¹⁸². Segundo as suas próprias palavras, publicadas pelo jornal *O Século*, no dia 18 de Janeiro de 1906, tratava-se, no essencial do seguinte:

*«Tratava-se de estudar os meios de aplicar as providencias mais urgentes e faceis; logo que o corpo de policia estiver organizado, o contrabando de armas reprimido, os recursos assegura dos para as despesas publicas ou o melhoramento dos portos, a tranquillidade restabelecida e as transacções económicas facilitadas, as perspectivas de prosperidade de abrirão Marrocos; a regra de proceder da Conferencia deve ser o respeito mútuo dos interessees reciprocos o desejo de os conciliar; o mundo inteiro aguarda da Conferencia soluções de concordia e de solidariedade universal»*¹⁸³.

¹⁸¹ - Urbano Rodrigues, *Passeio a Marrocos*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, pp. 1-2.

¹⁸² - Youssef Akmir, *Op, cit.*, p. 248.

¹⁸³ - *O Século*, Ano Vigésimo Sexto, n.º 8: 643, Quinta-feira, 18 de Janeiro de 1906, p. 1.

As palavras de Almodóvar satisfizeram a audiência, como ficou patente nas intervenções de Paul Revoil – o plenipotenciário de França – e do embaixador alemão – Radowitz, que referiram e mostraram gratidão pelas ideias do ministro espanhol. O discurso produziu efeitos imediatos entre os representantes das potências presentes na inauguração, já que todos os delegados surgiam em público muito satisfeitos, ansiando que a Conferência fosse um êxito¹⁸⁴.

¹⁸⁴ - Youssef Akmir, *Op. cit.*, p. 284.

2. A posição portuguesa no contexto da Conferência

Em conformidade com a agenda previamente definida pelo presidente da Conferência debateram-se, em prioridade, questões menos fraturantes entre as diferentes partes como por exemplo o contrabando de armas, os impostos e as alfândegas, deixando para a parte final do evento assuntos como o Banco de Estado marroquino ou a organização e segurança policial nos portos marroquinos, questão aliás já debatida anteriormente neste estudo e que permitiu avaliar o papel que Portugal desempenhou na Conferência¹⁸⁵.

Antes de entrar no estudo destas questões supra mencionadas, pretendemos neste tópico abordar, em primeiro lugar, a posição portuguesa face à *questão marroquina*. Como já referimos atrás, o documento n.º 266, abordado no tópico prévio, demonstra que é lícito deduzir que Portugal acompanhou fielmente a política do bloco anglo-francês na Conferência. Esta atitude desencadeou uma vaga de fervor e de entusiasmo patrióticos, sobre a qual se escreveram muitos artigos críticos, que estiveram no cerne de um debate nacional de grande intensidade, que visava influenciar os decisores políticos e mostrar aos governos estrangeiros a posição da opinião pública portuguesa.

Em 4 de abril de 1906, o *Jornal do Comércio* publicou um artigo intitulado “Figura de Portugal na conferência”. Nele, o articulista criticava a manifesta ascendência que a Grã-Bretanha exercia sobre o governo de Portugal e reclamava o fato do seu país não conseguir afirmar do seu prestígio histórico e diplomático na repartição do Império Xerifino, numa demonstração de debilidade civilizacional, explicável, segundo o autor, à luz das frustrações nacionais e as suas inconsistências políticas¹⁸⁶. O *Jornal de Comércio* salientou:

E Portugal, dir-me há algum curioso- não poderei dizer algum patriota- o que fez?

Fez o que fez sempre que o apoio de cima lhe falta, ou que o impulso de dentro

Lhe fenece. Não fez nada. Disse que sim quando e depois da Inglaterra ter dito que

Sim, pela mesma forma e pela mesma razões que diria que não se antes tivesse

Ouvido esta negativa.

Ninguém sabe, afora isto, o que ali fizeram os delegados portugueses por,

¹⁸⁵ - Carlos Jiménez Piernas, Millán Requena Casanova, *Art. cit.*, p. 256.

¹⁸⁶ - Cf Jorge Afonso, *Olhares portugueses sobre o Magrebe: Mitos e Realidades*. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/P.2238871.2011v12n16p137/3690>.
Data da consulta, 15/01/2016, p. 153.

Cujo imenso talento e maior patriotismo temos alias o máximo acatamento.
Mas esse memsos talentos e patriotismos clamam por accao, exigem exercício,
Devem manifestar-se como a lu de sol, para que todos o vejam, reconheçam,
Apreciem e exaltem.
Vimos aqui por elles clamando há mais de um mez. Vox Clamantis in desert !
Soubemos da nossa chancelaria, que outrora fez tremer a Europa, que algo se
Preparava, discretamente, para não ferir melindres E agora cae um ministério,
Soube um outro, fecha-se a Conferencia de Algeciras, e ainda não é licito
Saber do que fizeram os delegados portugueses
Oh cumulo do cúmulo da ingenuidade
Descobrimos, conquistamos, arroteamos a terra, pescamos no mar,
Negociamos a paz, e por fim ... acompanhamos os outros na partilha do
*Que foi nosso e ainda podia voltar a ser nosso*¹⁸⁷.

No último parágrafo do texto percebe-se que o fato de não participar no Banquete do Império Xerifino teve um importante efeito psicológico sobre os portugueses, tornando-os conscientes da dependência diplomática do seu país, ao mesmo tempo que levava uma parte considerável da opinião pública (com destaque para os partidários da solução republicana) a concentrarem a sua atenção sobre um único adversário: a Grã-Bretanha.

Por isso, neste contexto, surgiu um artigo nas páginas do jornal *O Século*, sob o título “Portugal e Marrocos”. O autor deste artigo explicava a difícil conjuntura portuguesa com o uso do neologismo “marroquinisar” para adjetivar negativamente o ambiente vivido em Portugal. Criticava a notória tendência dos portugueses se “marroquisarem”, para serem “marroquinos” sob o ponto de vista administrativo, “marroquinos” sob o ponto de vista financeiro, e, ainda sob vários outros pontos de vista. Nesta perspetiva, Portugal estaria a regredir no seu desenvolvimento moderno, tão mais gravoso dado que “a nossa situação ainda era pior do que a dos marroquinos, pois que aquilo que eles, por atraso de civilização, nunca tinham possuído, estamos nós, por inércia e desleixo, deixando estragar”¹⁸⁸. Referia-se, em particular, às vias de comunicação cujo estado deplorável distava muito do dos principais países da Europa ocidental. O autor demonstrava, através de um mero exemplo prático, que Portugal cada vez se aproximava mais dos países africanos que, segundo o pensamento da

¹⁸⁷ - *O Jornal de Comércio*, Ano 53.º, n.º 15665, 4 de Abril de 1906, p. 1.

¹⁸⁸ - Cf Jorge Afonso, *Art. Cit.*, p. 152.

época, enfermavam de um vincado “atraso civilizacional”. Sem deixar de lembrar que nem sempre a situação vigente em Portugal havia correspondido a essa constatação, refletia também descontentamento com a política nacional por não acompanhava a vaga de modernização em curso na Europa e consequentemente o país encontrava-se cada vez mais isolado e retrógrado face às restantes potências europeias. O jornal concluía:

*O que quiere dizer que, sendo pequena diferença entre uns e outros, materialmente encarada,- o que já depõe muito pouco em nosso favor,-moralmente,-o que depõe muito menos,-ainda é menor por outras palavra: enquanto elles apenas se teem conservado parados, nos retrogradamos! E’ triste mas é assim mesmo*¹⁸⁹.

Na realidade, era notório o exagero na comparação esboçada. Existe, porém, um ponto em que estamos em sintonia com o autor: com efeito, Portugal e Marrocos, não deixavam de estar em situação semelhante no quadro internacional, mesmo descontando o facto de não partilharem o mesmo continente. O advento da era contemporânea trouxera a perda do poder de ambas as nações, devida à aspiração manifestada pelos grandes poderes, mas também a razões de teor interno, nomeadamente a incapacidade de acompanhar os últimos desenvolvimentos técnicos e científicos. Os vizinhos mediterrânicos seriam assim Estados objecto das grandes maquinações internacionais: do lado português, o enfraquecimento remontava ao ano 1807, com a retirada do rei e da corte para o Brasil e, na sequência da industrialização inglesa, acentuou-se uma penosa dependência de Portugal em relação à Grã-Bretanha; do lado marroquino, a perda do poder central, como já tivemos oportunidade de demonstrar neste trabalho, iniciada com a derrota na Batalha de Isly, em 1844, e mais tarde, na derrota na guerra de Tetuão, em 1860.

Quanto a Portugal, a disfunção do poder central girava em torno de dois fatores interligados, tendo por principal responsável a Grã-Bretanha. O primeiro começou com a imposição da tutela política e militar pelos britânicos na sequência das Invasões Francesas e com a hegemonia económica de Londres imposta a Lisboa pelo Tratado luso-britânico de 1810, que fez com que navios e comerciantes ingleses passassem a receber privilégios reforçados, com regalias que, nalguns casos, os colocavam em vantagem mesmo em relação aos comerciantes portugueses. Por exemplo, este tratado fixava direitos de importação muito favoráveis aos produtos ingleses, nomeadamente os lanifícios. Também tinham o direito de cortar madeiras e construir navios, bem como manter uma esquadra de guerra no litoral

¹⁸⁹ - *O Século*, Ano Vigésimo Sexto, n.º8:631, 6 de janeiro de 1906, p. 1.

brasileiro. Além da parte comercial, os tratados incluíam garantias políticas mediante as quais a Grã-Bretanha se comprometia a defender a independência portuguesa e a casa de Bragança, ou seja, a defender a independência e a monarquia do seu “aliado”¹⁹⁰.

Os reflexos a prazo deste tratado foram bastante distintos segundo os interesses de cada uma das nações consideradas. Começando por Portugal, os tratados traduziam uma realidade do sistema mundial de hegemonia britânica. A corte portuguesa no Brasil e o governo de regência que permaneceu em Portugal sabiam ser impossível voltar à situação anterior a 1807 e que qualquer tentativa nesse sentido muito possivelmente conduziria à imediata independência do Brasil e ao fim do apoio da Grã-Bretanha na Europa¹⁹¹. Do lado britânico, este Tratado de 1810 seria uma importante conquista económica que assegurava o incremento das suas receitas.

O segundo fator, desembocou no *Ultimatum* britânico, entregue ao governo português a 11 de Janeiro de 1890. Estes condicionalismos levam-nos a recordar a conversa do escritor Eça de Queirós com um seu amigo, em Agosto de 1891, quando lhe disse “Eu creio que Portugal acabou. Só o escrever isso faz vir as lágrimas aos olhos, mas para mim é quase certo que a desapareição do reino de Portugal há-de ser a grande tragédia do fim do século”¹⁹².

Como já referimos atrás, a época contemporânea arrastou consigo a diluição do poder central e, ao mesmo tempo, uma visão pessimista, expressa por autores estrangeiros e portugueses, na qual Portugal era usualmente apresentado como um elemento passivo na política internacional, levado ao sabor da corrente dos desejos e exigências manifestados pelas grandes potências europeias¹⁹³. O historiador António José Telo, na sua obra *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, demonstrou a injusta e a falsa imagem de inépcia tão difundida na maioria dos estudos sobre esta temática, muito devedora dos escritores coevos dos acontecimentos. Segundo este autor, ocorreu uma “disfunção

¹⁹⁰- Cf. António José Telo, *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais*, Lisboa, Cosmos, 2000, pp. 22-23.

¹⁹¹ - *Idem. Ibidem.*

¹⁹²- Apud, Rui Ramos, «O Fracasso do Reformismo Liberal (1890 1910)», in Rui Ramos *et. al.* (coords), *História de Portugal*, 1.º ed, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 549.

¹⁹³ - Gisela Guevara, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*, *Op. cit.*, p. 20.

nacional” que permitiu ao pequeno país negociar diversas soluções para “obter os apoios necessários para assegurar funções que parecem acima das suas forças”¹⁹⁴.

Aproveitamos a oportunidade para recordar alguns factos que ilustram essa afirmação, sem pretender ser exagerados. Portugal, por exemplo, segundo as próprias palavras do autor António José Telo¹⁹⁵:

1. Era o primeiro Império em África, que remontava ao ano de 1415 (e foi também o último);
2. Mantém a soberania e a independência nas Guerras Napoleónicas e a derrota da França começa no território peninsular e, em particular, em Portugal, onde opera o exército anglo-luso¹⁹⁶;
3. Mantém um vasto Império no período mais aceso da corrida à África, quando a mais poderosa Espanha perde o seu e a Itália ou a Alemanha só conseguem edificar um menor que o português.

Ao constatar essa invulgar condição, de que Portugal usufruiu ao longo dos séculos XIX e XX, a primeira questão que se levanta é a de saber como é que Portugal, um pequeno estado periférico, à partida sem recursos, conseguiu atingir e manter os seus interesses territoriais. Parte da resposta reside no modo expedito como a diplomacia portuguesa soube relacionar-se com a Grã-Bretanha, a antiga aliada e fiel da balança de poderes na Europa. Outra parte da resposta, também importante, recai na forma como foram explorados alguns acontecimentos internacionais, como a corrida para África, a luta pela hegemonia europeia entre a Alemanha e a Inglaterra e a guerra anglo-boer.

Em nosso entender, parece evidente que para descodificar o significado da política portuguesa no âmbito da Conferência de Algeciras, precisamos de ganhar alguma distância e analisar os ajustes através dos quais Portugal se inclinou do apoio da sua secular aliança, nutrindo uma expectativa de cordialidade por parte da Alemanha e da França, a par com um distanciamento com a Grã-Bretanha. Enquadrado na perspectiva da história da política internacional portuguesa do século XIX, esse distanciamento representou toda uma novidade.

¹⁹⁴- António José Telo, *Op. cit.*, p. 65.

¹⁹⁵- *Idem. Ibidem*, p. 15.

¹⁹⁶- É de salientar que, apesar da fragilidade portuguesa face à Inglaterra e, ao mesmo tempo, graças ao apoio desta, Portugal conseguiu manter a independência do regime monárquico e do seu império colonial.

A história da política externa portuguesa entre a segunda metade do século XIX e a implantação da I República foi essencialmente a das relações luso-britânicas. Apesar da dominação da aliança inglesa, houve, certas alturas, em que a política externa portuguesa promoveu uma diversificação dos apoios diplomáticos. É o caso do governo de Barros Gomes que, na tentativa de erigir “um novo Brasil em África”, ligando a costa atlântica de Angola à costa do Índico, em Moçambique, distanciou da ajuda britânica em busca de apoios nas outras potências, nomeadamente, a França e a Alemanha.

A Conferência de Berlim de 1885 tinha posto de parte os direitos históricos de Portugal, ou seja, os direitos que se baseavam no pioneirismo do império português em África, característica que justificava a justeza das suas pretensões no Continente Negro face às dos outros países- alarmaram o governo de Lisboa, que também estava preocupado com a crescente agressividade das pretensões das potências europeias, principalmente da França, da Grã-Bretanha, da Bélgica e da Alemanha. Basta recordarmos, a este respeito, os projetos megalómanos através dos quais os mesmos países procuravam dividir o maior número de territórios no globo, como o Dakar-Djibuti, pela França, a ligação Cairo-Cabo, pela Grã-Bretanha e a Mittelafríka, pela Alemanha. Estes projetos assemelhavam-se, em alguns aspetos, ao projeto português do Mapa Cor-de-Rosa¹⁹⁷.

Portugal encetou então uma atividade frenética para validar as suas pretensões em regiões onde as expedições de outras nações rivais poderiam pô-las em causa. Lisboa estava determinada a tudo fazer para provar os seus direitos, numa época em que a ideia de império assumia uma relevância tão importante no período estudado.

O reconhecimento internacional das áreas de influência portuguesa só tinha sido possível devido ao apoio alemão e francês. Para Barros Gomes¹⁹⁸, a concretização do projeto de império “da costa à contracosta” só seria viável com o apoio daquelas duas potências, que não reclamavam qualquer tipo de soberania nas zonas do interior, ao contrário da Grã-Bretanha que¹⁹⁹, a troco de respaldar politicamente e diplomaticamente as pretensões portuguesas na Conferência de Berlim, levou o governo de Lisboa a não duvidar em tentar

¹⁹⁷- Cf. Gisela Guevara, *Op. cit.*, p. 102.

¹⁹⁸- Membro do primeiro ministério, liderado por José Luciano de Castro Pereira Corte Leal, que governou Portugal entre 20 de Fevereiro de 1886 e 14 de Janeiro de 1890.

¹⁹⁹ Vide. Fernando Costa, «A Política Externa: do Ultimatum à República», in Fernando Martins (Ed.), *Diplomacia & Guerra. Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*, Actas do I Ciclo de Conferências, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 49.

aproximar-se da França e da Alemanha, em busca de apoios em matérias coloniais que não encontrara em Londres. Em 1885, a diplomacia portuguesa iniciou negociações de fronteiras com a França e a Alemanha que desembocariam em convenções com estes países, segundo as quais Paris e Berlim reconheciam a Portugal a posse dos territórios entre Angola e Moçambique.

A Grã-Bretanha mostrou-se desagradada, desde o princípio; as negociações com a França e a Alemanha foram coevas das negociações com a Inglaterra, a qual se mostrou inclinada a aprovar os planos portugueses, por saber que, mais tarde ou mais cedo, o pequeno país iria compreender o seu lugar e voltaria a solicitar o apoio.

Contudo, a questão complicou-se com o envio de Serpa Pinto a Alto Chire para estudar o assentamento de uma linha férrea que assegurasse a ligação do lago de Niassa com o Mar. Quando pelo sul do Catanga, a coluna de Serpa Pinto encontrasse com a que havia de partir a Bié, sob o comando de Paiva Couceiro, o plano do Mapa Cor-de-Rosa teria começo de projeção, em termos de ocupação política e administrativa e militar²⁰⁰. Este projeto contrariava frontalmente o projeto de Cecil Rhodes da ligação Cabo-cairo, apoiada pela Grã-Bretanha, o que levou este comerciante a pressionar o governo britânico para que imponha uma resposta ao governo português.

Londres enviou múltiplas mensagens a Lisboa no sentido de levar os decisores portugueses a corrigir a sua política e a evitar um confronto cada vez mais inevitável. Perante a falta de compreensão por parte do governo português, a conquista da região de Niassa por Serpa Pinto, com ajuda de por João de Azevedo Coutinho, era considerada pelo governo britânico como um *casus belli*. É esta a origem do *Ultimatum*, encarado desde o início pela Grã-Bretanha como um safanão dado a tempo, essencialmente com fins pedagógicos²⁰¹.

Segundo o historiador Joaquim V. Serrão, o *Ultimatum* deixou nos portugueses “uma chaga profunda”,²⁰² que estimulou um pouco por todo o país uma série de manifestações culturais de orgulho nacional exacerbado, que culminaram num clima de instabilidade tanto para os governos como para a própria monarquia. Assim, o Partido Republicano acaba por ser um dos maiores beneficiados deste fenómeno, tendo, muito devido à insatisfação popular,

²⁰⁰ - Cf. Pedro Soares Martínez, *Historia Diplomática de Portugal*, Lisboa, editorial Verbo, 1986, p. 507.

²⁰¹ - Cf. António José Telo, *Op. cit.*, p. 64.

²⁰² - Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, 10 Vols., A queda da Monarquia (1890-1910), Lisboa, Editorial Verbo, 1988, p. 13.

crescido exponencialmente nesta época. Face a isto, o governo de Lisboa viu-se forçado a bater-se em duas frentes, interna e externa; neste estudo, continuaremos a estudar o ambiente externo, devido à estreita ligação com o objeto desta tese.

A nível externo, o *Ultimatum* mostrou que não se deveria abandonar a velha aliança inglesa, apesar das suas múltiplas desvantagens. Por isso, os políticos e diplomatas portugueses procuraram doravante atuar por forma a conseguir, no seio daquela, a maior margem de ação e decisão possível²⁰³. Ocorre-nos, no entanto, a dúvida sobre as motivações do governo português ao reconduzir a política externa do país à aliança secular? E em que termos o concretizou? A resposta passará pela compreensão da ação da disfunção no sistema de hegemonia britânica. Vejamos.

A Grã-Bretanha enfrentava no final do século XIX um problema que se tornava cada vez mais importante e com maiores consequências: derrotar um inimigo que, além de já ocupar nessa altura um lugar cimeiro na economia europeia, também iniciava a composição de uma força militar naval de uma dimensão dificilmente igualável. A verdade é que Alemanha detinha já uma das forças militares terrestres mais poderosas, se, além disto, fortalecesse consideravelmente o seu poderio naval, haveria sem dúvida um desequilíbrio a nível europeu que afetaria a estabilidade da Grã-Bretanha. Efetivamente, o poderio naval era o elemento diferenciador e preponderante dos ingleses perante o mundo, uma ameaça a este nível fragilizaria o país numa altura em que já apresentava alguns sinais de decadência económica²⁰⁴. Neste contexto, o governo de Lisboa, juntamente com o rei D. Carlos, souberam explorar de forma inteligente a intervenção do novo “fator germânico”,²⁰⁵ na política europeia e mundial e o choque de interesses entre várias potências europeias, fortalecendo mesmo a posição do seu país, não só nas colónias, mas também no próprio velho continente, esquivando perigos externos, como o da ameaça anexionista e as duas crises marroquina.

A nova orientação da política alemã, a chamada *Weltpolitik*, que pôs fim à política de conciliação com a Grã-Bretanha, fora encetada por Guilherme II no seguimento da fracassada aproximação franco-alemã e desembocara no chamado Tratado de Heligolândia-Zanzibar,

²⁰³ - Cf. Gisela Guevara, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*, Op. cit., p. 103

²⁰⁴ - Cf. Gisela Medina Guevara, *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial. A Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*, Op. cit., p. 11.

²⁰⁵ - *Idem*, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*, Op. cit., p. 20.

assinado em 1890. Este acordo regularizava as esferas de influência entre os dois países na África austral e no Pacífico e a entrega da ilha de Heligoland ao governo alemão. Por seu turno, a Alemanha desistiu das suas pretensões sobre os sultanatos de Vitu e Zanzibar, o que provocou uma maré de críticas ao novo chanceler Caprivi²⁰⁶. Os protestos levaram mesmo à formação da Liga pangermânica, em 1891²⁰⁷.

A Alemanha promoveu uma inversão de alianças. No que diz respeito a Portugal, a Alemanha procurava um novo protagonismo através da intermediação. O fator que determinou, com maior peso, essa mediação a favor de Portugal, articulou-se com ponderação da ordem da própria política europeia, ou seja, os dirigentes políticos germânicos estavam plenamente conscientes que as extremas exigências britânicas iriam provocar um “terramoto político”²⁰⁸ republicano que podia favorecer a instauração de um regime desse tipo em Portugal. Esta possibilidade representava um perigo assinalável para as velhas monarquias europeias.

Berlim conseguiu, com o auxílio diplomático da Áustria-Hungria que, no dia 11 de junho de 1891, fosse assinada entre Salisbury e Soveral um acordo que regulava os diferendos entre as duas nações causado pelo Ultimato britânico. Para Portugal, este era o tratado de ratificação interna possível, porque os ingleses não tinham demonstrado qualquer reclamação a respeito do estratégico caminho de Lourenço de Marques, por receio da atitude que Berlim poderia ter tocante a esse assunto. Limitava-se assim de receber do governo português o direito de preferência sobre o sul do Zambeze. Esta possibilidade de a Grã-Bretanha poder vir a adquirir Moçambique, levou o Kaiser Guilherme II a protestar, em Londres, contra este direito e a iniciar negociações com Portugal para anular essa hipótese²⁰⁹.

A diplomacia portuguesa jogou com os interesses de ambas as potências na região para tentar manter o seu império intacto: os ingleses necessitavam de uma base de apoio, perante a crescente tensão que os opunha aos colonos Boer na África do Sul. A Alemanha aproveitava a oportunidade de desestabilizar a Inglaterra na África austral. A luta por Lourenço Marques persistiu até 1896, altura em que os ingleses compreenderam que os seus esforços para refrear as forças alemãs deveriam ir no sentido de oferecer compensações

²⁰⁶ - Leo, Conde de Caprivi (1831-1899), chanceler da Alemanha entre 1890 e Outubro de 1894.

²⁰⁷ - Gisela Guevara, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*, *Op. cit.*, p.111.

²⁰⁸ - *Idem, Ibidem.*

²⁰⁹ - *Idem. Ibidem*, pp. 110-112.

coloniais e não de tentar confrontá-los diretamente. Neste contexto, as frágeis colónias portuguesas encontravam-se numa situação de certa forma ideal para este fim. Todavia permanecia a questão: as colónias constituiriam um objetivo estratégico ou um recurso tático para obter a paz e a aproximação entre as duas potências. Qualquer uma das opções beneficiava a Inglaterra ou a Alemanha, mas deixavam Portugal sob a iminente ameaça da integridade do seu centenário império africano²¹⁰.

A situação tornou-se ainda mais complexa para Portugal porque, após a declaração de bancarrota parcial de 1892, Portugal pediu à Grã-Bretanha um grande crédito que estaria garantido pelos rendimentos das alfândegas das colónias portuguesas, em 1898. Este pedido de empréstimo foi visto pelo governo alemão, como uma favorável circunstancia para reclamar contra um acordo unilateral luso-inglês sobre um empréstimo a fim de propôr, como opção, um crédito conjunto anglo-alemão a Portugal.

Na verdade, a Grã-Bretanha, no início, não se mostrou interessada em discutir com a Alemanha um assunto do foro exclusivo de Inglaterra e Portugal. Contudo, viu-se obrigada a assinar um crédito conjunto com Alemanha sobre a divisão das colónias portuguesas no dia 30 de agosto de 1898, à luz da conjuntura internacional desfavorável para os ingleses do conflito anglo-francês, motivado pela crise de Fachoda, em 1898, e da guerra anglo-boer, em 1899.

Em setembro de 1898, o governo português é informado da assinatura de um convénio conjunto entre a Alemanha e a Grã-Bretanha para conferir um crédito a Portugal. No mês seguinte, o ministro dos Negócios Estrangeiro, Veiga Beirão, comunicou com o Visconde de Pindella, embaixador português na Alemanha, e Soveral, embaixador português na Grã-Bretanha, solicitando-lhes que informassem as duas chancelarias que Portugal, em vez de garantir o empréstimo mediante os rendimentos das alfândegas das suas colónias, daria idêntica receita proveniente das suas ilhas adjacentes. Tal proposta foi liminarmente rejeitada pela Grã-Bretanha, que nunca permitiria a uma terceira potência (referimo-nos aos E.U.A, à França e, sobretudo à Alemanha) o acesso às ilhas atlânticas portuguesas, porque se uma destas potências conseguisse influência nas ilhas atlânticas portuguesas, as rotas britânicas de acesso ao Mediterrâneo ocidental pelo Atlântico poderiam vir a ser ameaçadas.

²¹⁰- Nuno Severiano Teixeira, «Entre África y Europa: la política exterior portuguesa 1890-1986», in Pinto, António Costa (Coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000, p. 92.

Por pressão inglesa, invocando inclusivamente o possível rompimento da aliança luso-britânica caso Portugal perdesse a soberania nos Açores, este arquipélago atlântico foi retirado dos acordos. Em compensação, a Grã-Bretanha encontrou uma solução para os problemas financeiros portugueses na praça financeira parisiense para inviabilizar o acordo. Deste modo, os ingleses voltavam a refrear os interesses alemães sobre o espaço da soberania portuguesa- uma vez que Portugal não desejava ser devedor da Alemanha perante a possibilidade de amputação do território colonial e, ao mesmo tempo, bloqueavam o acesso direto da Alemanha a um porto no Atlântico, vital para a sua nova política naval.

No ano seguinte, a preparação e a eclosão da guerra anglo-boer de 1899 acabou por envolver Portugal num dilema diplomático, devido ao Tratado Luso-transvalino de 1875, ameaçando a sua antiga aliança e o acordo secreto anglo-alemão para a divisão das colónias portuguesas²¹¹. Face a esta situação, o governo português ficou consciente que a solução mais plausível para evitar um impasse diplomático sobre este assunto passava pela concretização do entendimento entre Portugal e Inglaterra. Quer Luís de Soveral, quer D. Carlos estabeleceram contactos com os britânicos no sentido de reforçarem a aliança inglesa, tendo mesmo o rei português sugerido a possibilidade de entrar no conflito do lado britânico. Porém, a velha aliada estava mais interessada em assegurar a livre circulação dos seus soldados por Lourenço Marques e em garantir que os rebeldes do Transval não tivessem acesso ao material militar a partir da capital da colónia portuguesa²¹².

Novamente, Portugal via-se mergulhado num complexo jogo de forças: a Grã-Bretanha pretendia manter a sua base de apoio na África oriental, enfraquecer os Boers e evitar que as colónias portuguesas fossem divididas com a Alemanha. A diplomacia alemã queria reforçar a sua presença na zona de Moçambique e apoiar os Boers para desestabilizar os britânicos. Perante esta rivalidade anglo-germânico, Londres reconfirmou a velha aliança com Portugal, com a assinatura do Tratado de Windsor a 14 de Outubro de 1899, realizado entre Soveral e Lord Salisbury, onde declarava respeitar e defender a soberania de Portugal e as suas colónias. A Portugal cabia impedir o trânsito de armas e munições para o Transval e não declarar oficialmente a neutralidade.

²¹¹- Vide. Fernando Costa, *Art. cit.*, pp. 59-63.

²¹²- Vide. Pedro Soares Martinez, *Op. cit.*, p. 515.

Este tratado, mal visto pela imprensa e pela opinião pública portuguesa, com a humilhação do *Ultimatum* inglês ainda viva, foi desde logo usado pelo Partido Republicano para fazer crescer as suas fileiras. Apesar de tudo, a diplomacia portuguesa conseguiu mais uma vez assegurar a sua sobrevivência, uma vez que a possibilidade de concretização do tratado anglo-alemão para a divisão das colónias ficava afastado até 1912. Este clima de entendimento entre os dois países foi revigorado pela visita, em 1900, de uma esquadra britânica a Lisboa – um dos primeiros indícios da reconciliação oficializada em 1903 pela visita oficial de Eduardo VII. D. Carlos deslocou-se a Londres, em 1904, com o objetivo de firmar o Tratado de Arbitragem Luso-Britânico, ambos momentos decisivos para a recuperação e reafirmação da antiga aliança.

É neste contexto, de renovada colaboração luso-britânica, que Portugal se realizava a Conferência de Algeciras.

Em 1884-1885, os diplomatas portugueses perceberam a inutilidade recorrerem às justificações históricas para reclamarem os direitos de Lisboa em África, isto é, a ideia de que foram os primeiros a chegar e a instalarem-se naquele continente estava ultrapassada – o que contava então era a ocupação efetiva e o apoio de outras potências, sobretudo para um país de escassos recursos como Portugal. Esta ideia tornava-se ainda mais evidente com o *Ultimatum* britânico e na correspondência número 27 da legação portuguesa em Madrid:

*A resposta ou antes as respostas são simples e numerosas: porque há cousas que se podem dizer nos parlamentos, nas academias, e nos jornais sem perigo e até recolhendo abundante copia de patrióticos applausos, mas que se não podem repetir em conferencia internacionais da nossa época: - Porque o governo de sua Magestade muito sabiamente não incluiu semelhante proposta nas suas instrucções nem auctorizou nunca que se fizesse na conferencia de Algeciras: - Porque esta não foi convocada para apreciar o valor estimativo de tradições históricas por heroicas e gloriosas que fossem mas desacompanhadas de títulos positivos e actuaes, de posse ou de situação geográficas. As concessões ou reconhecimento de direitos de Hespanha, obteve da conferencia, obteve-os justamente só em virtude d'aquelles dois títulos e foram só esses dois títulos que a declaração franco-inglesa allegava e reconhecia como base legitima das concessões a fazer-lhe, quando no seu artigo 9º dizia- “prenant en particuliere considerations les interets qu'elle (l'Espagne) tient de la position geographique et de ses possessions territoriales sur la cote marroquine de la Mediterranée etc”. Mas não se trata de Hespanha, dirão. Trata-se de participação que se quis dar a uma terceira potência*²¹³.

²¹³- A.H.D.M.N.E., 3º P AMº 22 Mº 456, A correspondência n.º 27, proveniente da legação de Portugal em Madrid no dia 14 de Abril de 1906.

Os embaixadores enviados a Conferência de Algeciras, o Conde de Tovar e o Conde de Martens Ferrão, além de terem como missão garantir que o império colonial português ficasse assegurado, queriam manter a posição estratégica dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, bem como a liberdade do tráfego marítimo. De facto, no início do século XX, as ilhas atlânticas portuguesas foram palco de mais um conflito anglo-alemão pela cedência portuguesa de um sanatório alemão na ilha da Madeira, originando uma vaga de protesto da comunidade e diplomacias britânicas, que não aceitavam outras potências na região. Os próprios alemães seriam os primeiros a recuar, por estarem a forçar a aliança entre a Portugal a sua secular aliada²¹⁴.

Portugal temia a perda de importância das suas ilhas e da sua esfera de influência no Atlântico e na entrada do Mediterrâneo, porque a subida de Afonso XIII ao trono espanhol viera romper o isolamento de Espanha (perdido o seu império latino-americano, Madrid voltava-se agora para o norte de África). A Espanha assinou uma aliança com a França em 1904 e procurou, paulatinamente, aproximar-se da Grã-Bretanha²¹⁵.

A ideia de “marroquinização” portuguesa, ou seja, o seu isolamento e atraso tecnológico no tabuleiro internacional, foi algo que os diplomatas portugueses tentam afastar na Conferência de Algeciras, mantendo-se fiéis à tradicional aliança com os britânicos. Analisando o tabuleiro internacional, Portugal já tinha explorado outras possibilidades de aliança, mas que tinham sempre saído frustradas, quer por pressão da Grã-Bretanha, quer por falta de apoio e de outras soluções mais viáveis. Para todos os efeitos, a Grã-Bretanha, no momento da Conferência de Algeciras, ainda mantinha o seu lugar como primeira potência mundial.

A monarquia portuguesa e os seus ministros encontravam-se num dilema: aceitar a vontade expressa pela opinião pública portuguesa e romper a secular aliança com os britânicos. Esta possibilidade acarretaria consequências imprevisíveis mas necessariamente nefastas para Lisboa, inclusive para a própria monarquia. Ou, em alternativa, manter a aliança, tentando obter o máximo possível dos britânicos, ignorando, até certo ponto, as vozes discordantes que se faziam ouvir em Portugal. Do ponto de vista da monarquia portuguesa e para a conservação do seu estatuto, escolheu-se manter a aliança.

²¹⁴- Vide. Nuno Severiano Teixeira, *Art. cit.*, p. 61.

²¹⁵- Vide. Fernando Costa, *Art. cit.*, pp. 59-63; António José Telo, *Op. cit.*, p. 84.

Em suma, a posição portuguesa na Conferência de Algeciras pautou-se pela manutenção da fidelidade à Grã-Bretanha e para evitar, a todo o custo, confrontos com outras potências, até porque desde o *Ultimatum* o governo português ficou consciente que afrontar a Grã-Bretanha significaria inutilizar o acordo e, eventualmente, reativar o tratado anglo-germânico para a repartição das colónias portuguesas e, fornecer motivos para o estreitamento em curso de laços entre espanhóis e britânicos.

3. Portugal face às Polêmicas e Resoluções da Conferência

Segundo a correspondência n.º 3, realizou-se no dia 18 de janeiro de 1906 a segunda sessão da Conferência de Algeciras, cujo trabalho versava sobre o projeto de regulamento para a proibição da introdução de armas e munições de guerra, a fim de assegurar certas condições da segurança no Império Xerifino. Para redigir os artigos deste projeto, as potências acordaram nomear cinco delegados das potências assistentes na Conferência de Algeciras: Malmusi, por Itália; Mokri, por Marrocos; Sr. Tattenbach, pela Alemanha; Sr. Regnault, por França; e Sr. Pérez Caballero, por Espanha.

Na sessão seguinte, que teve lugar no dia 22 do mesmo mês, a comissão elaborou um preâmbulo relativo à repressão definitiva do contrabando de armas. O texto foi aprovado pelos delegados assistentes na conferência, referindo que:

*Deseando las altas partes contratantes asegurar la pacificación y mantener el orden en el Imperio Jerifino, éstas han resuelto, de acuerdo, elaborar en común una serie de medidas destinadas a prohibir totalmente la venta y exportación de armas de sus respectivos países destinados a Marruecos, y la importación de dichas armas y municiones en el Imperio Jerifino*²¹⁶.

A par do preâmbulo supra mencionado, os delegados aprovaram os artigos que estabeleceram as medidas de proibição de venda e comercialização de armas de guerra em Marrocos²¹⁷. Estes artigos permitiam a venda de armas e munições de caça unicamente a quem obtivesse uma licença especial e temporária do governo marroquino, a qual não seria concedida sem pedido prévio, por escrito, feito pelo interessado, acompanhado de um parecer favorável da delegação da sua circunscrição. Foram fixados os valores das multas²¹⁸ a aplicar aos infratores que introduzissem as mercadorias confiscadas (armas, munições, etc.), fosse através do porto aberto ao comércio, fosse através do posto aduaneiro. O procedimento de inspeção foi confiado aos serviços aduaneiros marroquinos e às autoridades consulares. As

²¹⁶ - Javier Betegón, *Op. cit.*, p. 54.

²¹⁷ - O artigo 13.º referia serem «proibidos em todo o território do Império Cherifino, salvo nos casos especificados nos artigos 14.º e 15.º, a importação e o comércio de armas de guerra, peças de armas, munições de todas as espécies carregadas ou não, pólvoras, salitre, algodão-pólvora, nitro-glicerina e todas as composições destinadas exclusivamente ao fabrico de munições». A leitura e a aprovação da ata geral da Conferência de Algeciras. Câmara dos dignos Pares do Reino- Portugal. Sessão n.º 47 em 19 de Dezembro de 1906.

²¹⁸ - O Artigo 20.º dizia que «a introdução ou tentativa de introdução, por um porto aberto ao comércio ou por um posto aduaneiro, será punida:

1. Com multa de 500 a 2000 pesetas, e multa suplantar igual ao triplo do valor da mercadoria importada;
2. Com prisão de cinco dias a um ano; ou somente uma destas penas». A leitura e a aprovação da ata geral da Conferência de Algeciras. Câmara dos dignos Pares do Reino. Sessão n.º 47 em 19 de Dezembro de 1906.

mercadorias confiscadas seriam distribuídas em benefício do governo marroquino, enquanto os navios que as transportavam seriam confiscados pela alfândega marroquina, que os entregavam à autoridade consular, podendo esta, por sua vez, arrestá-los até ser efetuado o pagamento das multas que lhes haviam sido impostas.

De seguida, os delegados procederam ao exame do artigo 18.º, que versava sobre a vigilância e à remissão de armas nas fronteiras marroquinas. Por intermédio do seu delegado, a França quis confiar unicamente a si a organização do controlo de armas nas fronteiras marroquinas, ideia rejeitada pelos responsáveis alemães, que preconizavam que a organização da polícia nas regiões da fronteira deveria resolver, por meio de acordo internacional entre as potências assistentes na Conferência. Para serenar as tensões, o Marquês Visconti Ventosa propôs que essa tarefa fosse confiada a França e a Espanha, dado o interesse comum destes dois países em controlar o contrabando de armas nas suas respectivas zonas de influência. Deste interesse, as potências aprovaram o artigo mencionado que obteve a seguinte forma:

Dans la region frontière de l'Algérie, l'aplication du reglement sur la contrebande des armes, restera l'affaire exclusive de la France et du Maroc. De même l'aplication du présent reglement dans le Riff et en général dans les regions frontière des possessions espagnoles, restera l'affaire exclusive de l'Espagne et do
219
Maroc .

Segundo a correspondência n.º 5, foi consagrada no dia 25 de janeiro a discussão da questão tributária em Marrocos. De facto, este tema afetava todos os que defendiam o regime da *porta aberta* no Império Xerifino. No mesmo dia, os representantes procederam ao exame do questionário da delegação espanhola, relativo ao modo de reorganizar o sistema tributário de Marrocos. Contudo, o carácter heterogéneo e complexo da economia marroquina e a incompetência dos diplomatas nas questões técnicas levaram a comissão da redação e os delegados a enfrentar muitos obstáculos para dar vida ao projeto. A correspondência n.º 8, enviada pela delegação portuguesa ao ministro dos Negócios Estrangeiros na Conferência de Algeciras, criticava a forma como iria ser tratada a questão tributária:

E singular o que se está passando na Conferencia a proposito d'esta criação de novos impostos ou do melhoramento dos antigos, no Imperio do Maghreb. O que em toda a parte do mundo ainda nos paizes mais civilizados é quase monopolio de meia duzia de especialistas, de homens provistos de larga cultura profissional e abundantemente documentados, tratam aqui de faze-lo au pied levé duas duzias de diplomatas de carreira sem nenhuma preparação technica e para um paiz onde não há cadastros, nem orçamentos, nem estatísticas, nem

²¹⁹ - A.H.D.M.N.E, 3º P AMº 22 Mº 456, A correspondência n.º 4, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 24 de janeiro de 1906.

documentos alguns sérios de consulta e onde toda a legislação economica e social se liga estreitamente com o Coran que elles não conhecem nem teem competencia para interpretar. Assim é que a propria delegação hespanhola que, na falta de outras propostas, se encarregou de redigir e apresentar o questionário sobre o assumpto declarou logo depois de o lêr em sessão, que o formulára o melhor que poderá, sem pleno conhecimento de negocio (depois de uma rápida leitura de 2 ou 3 conhecidos annuarios sobre Marrocos) e pedido ao 2.º delegado Italiano, Snr. Malmusi, que se servisse esclarecer a conferência com as licções da sua larga residência em Tanger. O Snr. Malmusi declarou-se incompetente e reenviou o encargo para Sir Arthur Niccolson, delegado inglez, que tambem se escusou²²⁰.

Face a esta situação, o Marquês Visconti Ventosa recomendou aos seus homólogos que durante o exame dos artigos da referida questão não se ocupassem das minúcias que pudessem provocar mal entendimento entre as potências, tendo apenas em conta o que verdadeiramente pudesse servir de base a algum aumento importante de recursos para o *Maghzem* (Governo). Tudo isto sem deixar de lado o interesse que a potência estrangeira poderia extrair do regime formulado.

Na sessão de 27 de janeiro, os representantes das potências estrangeiras abordaram a questão fiscal, apresentando a delegação marroquina um projeto de reformas relativas aos impostos aduaneiros, no qual propunha um aumento de 40% do direito sobre algumas mercadorias, como o café, o chá ou o açúcar, e de 100 % sobre o ópio e as bebidas que não fossem águas minerais. No mesmo projeto, confirmou-se a necessidade de estabelecer o monopólio do tabaco, a arrecadação dos direitos sobre os carros, fábricas, eletricidade, cafés, selo e a criação de um novo imposto sobre os correios estrangeiros²²¹.

O projeto foi rejeitado, vigorosamente, pelos delegados por ser contrário ao regime de *porta aberta*, o motivo da Conferência. Por proposta do delegado francês, foi aceite a manutenção do atual direito de 10%, com uma sobretaxa especial de 2% *ad valorem*, aumento a dar entrada numa caixa especial, destinada ao melhoramento de utilidade pública e do comércio²²². O capital da caixa seria depositado no Banco do Estado de Marrocos, que ficaria incumbido da respetiva escrituração.

Com o intuito de criar novos recursos ao *Maghzem*, a Conferência aderiu à proposta feita pela delegação marroquina, com assistência do Corpo Diplomático, de estabelecer um

²²⁰- *Idem*, A correspondência n.º 8, confidencial, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 30 de janeiro de 1906.

²²¹-Youssef Akmir, *Op. cit.*, pp. 254-255.

²²²- *Idem*, A correspondência n.º 10, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 2 de fevereiro de 1906.

imposto sobre as construções urbanas. Uma parte das receitas assim realizadas seria destinada às necessidades de melhoramento e conservação das cidades e das outras taxas. Junto com este imposto a Conferência estabeleceu o direito de selo sobre os contratos e atos autênticos feitos perante o *adul* (notário); direito de transmissão, no máximo de 2%, sobre as vendas de bens imobiliários; direito de passaporte para cobrar aos súbditos marroquinos; e direito de estatística e de pesagem, no máximo de 1% *ad valorem*, sobre as mercadorias transportadas por cabotagem. Também a Conferência reconheceu igualmente pagar o imposto religioso *Tertib* imposto pelo sultão, adquirindo os estrangeiros, em troca, propriedades em todo o Império Xerifino, à exceção dos portos abertos ao comércio e num raio de 10 km em torno desses portos e as cidades de Alcácer Quibir, Arzila e Azmor e num raio de 10 km à volta dessas cidades. Para além disso, a Conferência reduziu os direitos de exportação das mercadorias, como o grão-de-bico (20%), o milho (20%), a cevada (30%) e o trigo (34%).

Por outro lado, a Conferência aceitou como princípio a adjudicação do monopólio do *kif* e do ópio, e autorizou a importação do opio especialmente destinado a usos farmacêuticos por meio de licença especial passada pelo *Maghzem* (Governo), mediante o pedido da delegação de que dependesse o farmacêutico ou o médico. Reconheceu igualmente o monopólio de tabaco, na condição de pagar uma indemnização aos dependentes dos prejuízos que o referido monopólio provocou.

Procedeu-se de seguida ao exame do projeto de regulamento relativo às alfândegas do Império e à repressão da fraude e contrabando, inspirado naturalmente no regulamento já aprovado para a vigilância e repressão do contrabando de armas. O maior obstáculo com o regulamento das alfândegas foi o artigo 21.º, que não figura no texto do projeto em discussão, devido à imposição da Alemanha. No lugar competente, encontra-se apenas a seguinte forma: «artº. XXI: Controle et estimation (article réservé)»²²³.

A reação da Alemanha face a esta questão não só provocou desavenças com a França, como também impacientou a maioria dos restantes delegados. A este respeito, a correspondência n.º 13 da delegação portuguesa na Conferência de Algeciras refere:

E em saber qual há de ser esse poder, como elle poderá ser organizado, esta a grande dificuldade, o grande Problema político a resolver por esta conferencia. Sobre este art.º 21 houve já ontem na Comissão Relatores um incidente um pouco vivo entre o conde de Tatenbach e Mr. Regnaul, delegado thechnico da

²²³- *Idem*. A correspondência n.º 14, confidencial, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 13 de fevereiro de 1906.

*França. (Vivo so pelo lado alemão). Isso mesmo me disse Hontem o Conde depois do jantar e “que muitas vezes ainda teria de se chamailler com elles, mas que afinal tudo se accommodaria. Tudo dependia d’uma cousa (evidentemente a policia) mas acordada ella tudo o mais se arranjaria facilmente”. Mas a questão é que não se realizou já, é so por culpa da Allemanha, que continua na sua obstinada reserva, que tudo paralysa. Nota-se por isso hoje uma certa inquietação sobre o resultado final. Vê-se até na agitação dos principais interessados*²²⁴.

Face a esta situação, na sessão de 14 de fevereiro o delegado inglês, Sir Arthur Nicholson, emitiu o voto de entrada do exame do art.º 21.º, referente ao controlo e estimação das alfândegas. Na sessão seguinte, que teve lugar a 17 de fevereiro, o artigo foi aprovado, reservando-se os marroquinos referir-se nele (no artigo) ao sultão. O mesmo artigo refere²²⁵:

Les débarquements, embarquements, transporte a terre, manipulation entre sorties des marchandises, les magasins, entrepôts et leur comptabilité, les estimations et la liquidation des droits seront soumis à la surveillance effective des préposés du contrôle.

Um estimateur nommé par (la Banque d’Etat), sera, dans chaque port ouvert au commerce, chargé de l’estimation des marchandises. Cette estimation servira de base à la taxation des Oumanas (estimateurs). En cas de désaccord entre ses derniers et l’estimateur, soit au sujet de l’estimation, soit au sujet des quantités et poids des marchandises à taxer, les Oumana auront la faculté de passer outre, à charger par eux de rendre compte au Commissaire Imperial. De son cote, l’estimateur sera tenu de signaler cette divergence:

1.º- au directeur de la Banque d’Etat ;

2.º- au propose du contrôle on se référant à l’article 15 du Contrat chérifien du 12 Juin 1904.

Le détail des opérations spécifiées au présent article fera l’objet d’une réglementation ultérieure concertée entre les services intéressés.

De seguida, os delegados procederam ao exame da questão da polícia, anteriormente analisada no capítulo sobre a percepção dos diplomatas portugueses, cuja resolução, por um lado, permitiria um melhor controlo do tráfico marítimo e que, por outro, foi uma questão prioritária e decisiva nas instruções dadas aos delegados, devido à sua relevância para os interesses económicos em Marrocos. Com efeito, para que pudessem ser estabelecidas relações económicas em Marrocos, era fundamental manter a segurança, a ordem e um poder judicial independente.

²²⁴ - *Idem*. A correspondência n.º 13, reservada, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 10 de fevereiro de 1906.

²²⁵ - *Idem*. Projet de règlement sur les douanes de l’empire et répression de la fraude et de la contrebande.

A denúncia da Alemanha na questão da polícia levou os delegados a participarem na discussão da criação do Banco de Estado que iria ser criado em Marrocos, questão que pretendemos vir a abordar no próximo tópico. Esta questão esteve no centro de um conflito de interesses, não só entre a Alemanha e a França, mas também entre as potências assistentes na Conferência, entre as quais Portugal, que alimentava igualmente a intenção de fazer parte dessa fundação para poder assegurar os seus interesses e ter capacidade interventiva na economia marroquina.

4. Áreas de Interesse e influência portuguesa

Os portugueses mantiveram-se em Marrocos desde 1415, data da conquista de Ceuta, até ao abandono da Praça de Mazagão²²⁶, em 12 de Março de 1769, com a evacuação total da sua guarnição: decorriam mais de três séculos e meio de presença em Marrocos, caracterizados, por um lado, por períodos de paz pontuados por tréguas e tratados e, por outro lado, por uma série de batalhas sangrentas, entre as quais a mais famosa, a de Alcácer-Quibir, travada a 4 de Agosto de 1578, ainda hoje conhecida em Marrocos pelo nome de Batalha dos Três Reis ou Batalha de Oued Al-Makhzem (nome do rio junto do qual teve lugar a batalha) e que, em última instância, devido ao desaparecimento em combate do rei D. Sebastião, contribuiu para a monarquia dual (entre Portugal e Espanha) durante sessenta anos.

Tais confrontos e dificuldades foram superados pela consciência das diferenças e pelas vantagens que advêm da vizinhança e da complementaridade, principalmente, em recursos naturais e similitude dos objetivos nacionais.

Graças a essa atitude, Portugal e Marrocos assinaram um Tratado de Paz, Comércio e Navegação em 1774, com o objetivo de virar a página sobre o passado e olhar para um futuro mais risonho, tendo por lema a cooperação comum e o respeito mútuo:

*Com a assinatura do tratado de Paz, Navegação e Comércio em 1774, Portugal na sequência da retirada de Mazagão inaugurou uma nova era do seu relacionamento com aquele país, saldando definitivamente o contencioso histórico existente, facto que permitiu aos dois povos consolidar ao longo dos últimos séculos uma relação fraterna e privilegiada*²²⁷.

A complementaridade da política externa portuguesa no Magrebe, existente desde a assinatura do tratado celebrado em Marrocos em 1774 e confirmada pelo acordo celebrado com a regência de Argel em 1813, vê-se ameaçada pela nova conjuntura internacional e pelas consequentes movimentações geoestratégicas das potências europeias em território norte africano e, especialmente, no espaço magrebino. Com efeito, o resultado é Portugal reforçar o

²²⁶ - Mazagão é um nome antigo da atual cidade costeira de El-Jadida que em árabe significa “A Nova”, situada a 180 km da capital, Rabat. Construída e fortalecida pelos portugueses no início do século XVI, à beira da costa atlântica do país, apenas seria recuperada pelos marroquinos em 1769. Pela sua beleza consistente, que inclui monumentos portugueses visíveis até aos nossos dias, como a cisterna, a fortaleza e a Igreja de Assunção, entre outros, em 2004 a UNESCO inscreveu El-Jadida na lista do património universal.

²²⁷ - António Monteiro, “Relações Luso-marroquinas. 230 anos”, *Revista Camões*, N.º17-18, Lisboa, Instituto Camões, 2004, sem paginação.

seu lugar de submissão e dependência dos ajustes estratégicos que os países europeus mais fortes operavam²²⁸.

O interesse manifestado pelos portugueses no que respeita aos países do Magrebe, especialmente Marrocos, que remontava ao ano de 1415, foi substituído no primeiro terço do século XIX pelo interesse francês: desde a conquista da Argélia, o governo francês havia declarado que não tinha somente o direito, mas também o poder de exercer uma influência preponderante sobre a política marroquina. A França via no controlo de Marrocos a segurança da sua colónia argelina e possibilidades para expansão do seu comércio. Quando ocupou a Tunísia, pretendia claramente obter a unidade do Magrebe sob o seu domínio. Aliás, esta viria a constituir uma das linhas da força do imperialismo francês como realça André Tardieu na sua obra *La Conférence D'Algeiras: Histoire Diplomatique de la Crise Marocaine*.

*Le Maroc est le boulevard de l'Algérie. Non seulement nous avons besoin que l'ordre y règne. Mais nous avons besoin qu'aucune puissance, en y devenant prépondérante, n'en fasse contre la France d'Afrique le centre d'une politique hostile*²²⁹.

Apesar do seu reduzido peso político internacional, Portugal não desistiu dos seus interesses no Império Xerifino. As instruções fornecidas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros aos negociadores portugueses expressavam claramente a consciência do governo português sobre as possibilidades económicas oferecidas por aquele país para os investimentos portugueses. Por outro lado, a sua posição geoestratégica (na confluência do Mediterrâneo e Atlântico), era essencial para a dimensão atlântica de Portugal e a segurança do seu tráfico, aliada aos novos dados da conjuntura europeia. O conteúdo dessas instruções articulava-se em quatro pontos essenciais

1. Acompanhar a política da Grã-Bretanha sem melindrar a Alemanha;
2. Esforçar-se por manter a paz em caso de mal-entendido entres os países participantes e evitar a eclosão de uma guerra mundial passível de ameaçar os interesses do país no Atlântico;
3. Propor um regime de porta-aberta necessária para os interesses comerciais em Marrocos, alegando que o comércio de Portugal em Marrocos era muito grande e que, aliás, Portugal era uma potência mediterrânica com direito a intervir nos assuntos internacionais do Mediterrâneo.

²²⁸ - Jorge Afonso, *Art, cit.*, p. 150.

²²⁹ - André Tardieu, *Op,cit.*, p.20.

4. Solicitar uma parte na formação do capital do Banco do Estado a organizar em Marrocos.

Tendo em vista a criação do banco no Império Xerifino, foram apresentados dois projetos, um alemão e um francês, bem como um questionário espanhol que o enviado extraordinário da Itália, Visconti Ventosa, considerou muito útil para que os dois projetos pudessem ser discutidos simultaneamente²³⁰.

No projeto alemão visava criar um Banco de Estado em Marrocos, concessionado por cinquenta anos, com sede em Tânger e com capital subscrito em pesetas, dividido em partes iguais pelas potências representadas na Conferência. O banco regular-se-ia pela legislação egípcia e juridicamente seria constituído por um tribunal misto, composto dos presidentes dos tribunais consulares dos países interessados no banco²³¹. A administração caberia a um conselho composto por 26 membros, em que cada dois seriam designados por cada potência assistente à conferência; juntamente a este conselho, a Alemanha propôs a criação de uma comissão de inspeção²³², confiada ao corpo diplomático acreditado em Tânger. Com este projeto, a Alemanha pretendia alargar o âmbito da internacionalização financeira de Marrocos, deixando entrever que nenhuma potência poderia ter uma influência

²³⁰- A.H.D.M.N.E, 3º P AMº 22 Mº 456, La conférence d'Algesiras, compte rendu de la septième séance en comité, 20 Février de 1906.

²³¹- Ver a parte verbal do processo de explicação do delegado alemão Tattenbach, respeitante à legislação e à jurisdição do Banco: « Sur le n. 12 (léislation et juridictions applicable à la banque), S.E le comte la banque projetée devant avoir un caractère international et être constituée sur la base de l'égalité des Puissances, il n'y aurait pas de raison pour lui appliquer la législation d'un pays contractants plutôt que celle d'un autre. C'est pourquoi il propose de la soumettre à la législation appliquée en Egypte par les tribunaux mixte, législation qu'y a fait ses preuves depuis un quart de siècle. Même pour éviter que les affaires de la banque avec les particulière selon la nationalité des particulière qui traitent avec elle, l'Allemagne serait prête lorsque ses nationaux sont défendeurs vis-à-vis de la banque, à consentir que la législation des Codes Egyptiens leur soit appliquée par les tribunaux allemands. En ce que concerne les juridictions chargée d'appliquer cette législations lorsque la banque est défenderesse: la délégation allemands propose de constituer a Tanger une Cour mixte composée des Présidents des cours consulaires des pays intéresse dans la banque».

- A resposta de delegado francês sr. Revoil a este respeito rezava: «sans nier les mérite de la législation mixte de l'Egippte, demande quelles objections on pourrait formuler contre le législation française qui, a bien des point de vue, est la base commune de la plupart des législations étrangère et qui, étant donnée le caractère abstract de la loi, ne saurait être considère comme une source d'influence politique pour le pays qui l'a édictée». A.H.D.M.N.E, 3º P AMº 22 Mº 456, La conférence d'Algesiras, compte rendu de la neuvième séance en comité, 24 Février de 1906.

²³²- A ideia proposta pela Alemanha, de confiar a inspeção do Banco marroquino ao corpo diplomático acreditado em Tânger, foi rejeitada energicamente pelo delegado britânico, Sr. Nicolson, que considerou os diplomatas incompetentes em questões financeiras, para que pudessem controlar a gestão do banco. Com esse princípio em mente, propôs a nomeação de três consultores de diferentes nacionalidades. A escolha destes provocou grande discussão entre os homólogos das potências, dado que cada uma pretendia poder indicar um consultor. No final, o número definitivo cifrou-se em quatro censores: Banco do Império alemão, Banco de Paris, Banco de Espanha, Banco da Grã-Bretanha. Cada um dos consultores ficava com funções idênticas às do alto-comissário marroquino, isto é, encarregues de vigiar o bom funcionamento de Banco e assegurar o cumprimento rigoroso das cláusulas e estatutos.

decisiva no banco por ser contrária à diretriz de livre comércio que havia inspirado a Conferência²³³.

Quanto ao projeto francês, possuía um carácter diferente ao do homólogo alemão. A França propôs que o funcionamento do Banco de Estado de Marrocos fosse regulado pela legislação francesa. Constitui-lo-ia um capital de quinze milhões de francos. O banco seria como um agente financeiro do governo marroquino, responsável por títulos do tesouro e transações monetárias. O capital seria dividido em quinze partes, onze para as potências e quatro para o contratante do empréstimo de 1904²³⁴. O conselho de administração seria composto por quinze membros, a razão de um por potência, a eleger por uma assembleia geral de acionistas. Seriam nomeados um diretor e os subdiretores, e existiria um comité de avaliação e um alto-comissário marroquino, encarregues de supervisionar as atividades do banco. Com este projeto, a França pretendia que este organismo financeiro tivesse um carácter essencialmente francês, correspondendo à França o privilégio de subscrever a maior cota do capital social.

A Espanha, por seu turno, defendeu os seus interesses na questão do banco, condicionados, por um lado, pela vontade de evitar a internacionalização proposta pela Alemanha, e por outro, pelo desejo de obter uma cota similar à da França no banco, que foi superior ao resto das potências participantes. Com este objetivo, o duque de Almodóvar apresentou uma proposta em que visava elevar a participação espanhola no capital do banco,

²³³ - Carlos Jiménez Piernas, Millán Requena Casanova, *Art. cit.*, p. 257.

²³⁴ - Ver a opinião do delegado alemão Tattenbach a este respeito: «Trouve qu'il exorbitant que le groupe français demande pour les droit que résultant du Contrat d'emprunt de 1904 une participation de quatre parts dans le capital de la banque. Ces droits consistent:

1. Dans un droits de préférences pour le futur emprunt. L'article 33 dit : « Si le gouvernements impérial du Maroc désires contracter un emprunts ou acheter ou vendre des titres il en fera parts aux banque contractants ainsi qu'a d'autres et, à conditions et prix égaux, la préférence sera a accordée aux banque contractants »

L'obligation du gouvernement marocaine consiste donc, dans le cas d'un emprunt, à en faire part au groupe français, c'est-à-dire de l'inviter à faire une offre, en réservant d'adresser une invitation analogue à d'autres banque ou établissement de crédit. Si les conditions et prix sont *égaux*, le groupe français aura la préférence. Si les conditions et prix ne sont pas *égaux*, le droit de préférence n'existe pas si une autre banque fait plus une offre avantageuse soit par rapports aux taux du capital soit par rapports aux interes, soit par rapports aux garanties ou à la commission, en pratique on peut dire que jamais deux offres ne sont égales et par conséquences le droit acquis par le groupe français n'a pas de facto une grande valeur.

2. Le droit de préférence pour la frappe de la monnaie ne vise que le cas de la frappe à l'étranger. Ce droit n'existe également que s'il y égalité de conditions et de prix, il n'a donc pas plus de valeur que le droite de préférence en matière d'emprunts. La frappe de la monnaie au Maroc est tout a fait à la dispositions du maghzem.

Quant à l'achat et à la vente d'or ou d'argent, le Maghzem a seulement l'obligation d'en donner connaissance au groupe français, mais le Maghzem est libre d'accepter ou de ne pas l'offre que le groupe aurait faite. Ce droit n'a donc aucune valeur». A.H.D.M.N.E, 3° P AM° 22 M° 456, La conférence d'Algesiras, compte rendu de la huitième séance en comité, 22 Février de 1906.

em vista dos seus interesses políticos - que apenas a França e a Espanha possuíam em Marrocos -, bem como os direitos concedidos à Espanha pelo acordo de 1905²³⁵.

Os debates sobre esta questão entre a França e a Alemanha (e, como já vimos, mesmo entre os homólogos franceses e espanhóis, que marchavam unidos, surgiram também desavenças), eternizavam-se, e a maioria dos delegados começava já a impacientar-se, o que levou o delegado britânico a sair das sessões da conferência, como salientou Javier Betegón:

*Como demostración del disgusto que produce la intransigencia dominante en la cuestión del banco, puede citarse el hecho de que el plenipotenciario inglés, Mr Nicolson, se ha trasladado a Gibraltar, diciendo que solo volverá para asistir a las sesiones oficiales, pues no quiere intervenir en conversaciones que a nada práctico conducen*²³⁶.

Contudo, graças ao reconhecimento da autoridade de D. Emilio²³⁷ e à amabilidade e espírito conciliador de Cassini, o delegado da Rússia, foi possível acalmar as tensões. Enfim, a Espanha acabaria por apoiar a tese dos representantes franceses relativamente aos direitos dos portadores do empréstimo francês de 1904. Este êxito permitiu à França não impedir a circulação da moeda espanhola que durante séculos corria em Marrocos. Em troca, os homólogos espanhóis aderiram à proposta francesa, segundo a qual o capital do banco devia ser subscrito em franco francês²³⁸.

Com o apoio concedido pela Espanha, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América, a França conseguiu formar um bloco sólido na defesa dos seus interesses no banco marroquino, enquanto a diplomacia alemã, completamente isolada, foi obrigada a ceder de novo neste capítulo. Assim, a questão do Banco de Estado marroquino ficaria finalmente materializada mediante os artigos 31 a 58 da ata geral de Algeciras, por uma duração de concessão a quarenta anos, a contar do dia 1 de janeiro de 1907 (renovável por mais 40 anos).

²³⁵ - Cf. Carlos Jiménez Piernas, Millán Requena Casanova, *Art. cit.*, p. 257.

²³⁶ - Javier Betegón, *Op.cit.*, p. 219.

²³⁷ - Ver a declaração do delegado italiano Visconti Ventosa a este respeito: « Je ne méconnais point, dit-il la gravité des questions concernant la banque qui n'ont pas encore été résolues. Mais j'estime que ces difficultés ne sont pas au-dessus de notre bonne volonté. Je crois que leur importance n'égale pas les grands et légitimes intérêts qui attendent des libérations de la conférence un gage de confiance et de sécurité international ». André Tardieu, *Op. cit.*, p.239.

²³⁸ - Carlos Jiménez Piernas, Millán Requena Casanova, *Art. cit.*, pp. 257-258.

Por estes artigos as funções do banco, segundo o cônsul Humberto Pinto Lima²³⁹,
ficarem assim determinados:

1. Tesoureiro pagador do império xerifino; deposita nele o rendimento das alfândegas (com exceção da parte destinada ao empréstimo de 1904) e da taxa especial criada para a execução de determinadas obras públicas, bem com os outros rendimentos possíveis do sultão, destinados a amortizar as dívidas.
2. Agente financeiro do governo no país, assim como no estrangeiro.
3. Cunhagem e refundição das moedas, compra e venda de ouro e de outras medidas consideradas necessárias para melhorar a moeda marroquina.

Seguem-se outras disposições, a saber: criou-se um organismo financeiro nacional, com sede em Tânger, administrado pelo conselho de administração composto de tantos membros de capital inicial, constituído por um tribunal especial composto por três magistrados consulares e dois assessores, para julgar as causas intentadas em Marrocos contra o banco, o qual devia julgar aplicando a legislação comercial francesa, em caso de apelo, o Tribunal Federal de Lausanne julgaria em última instância; o seu capital foi fixado de 15 milhões de francos, dividido em 14 partes; 12 partes subscritos paritariamente pelos bancos designados pelas potências subscritoras da ata da Conferência, duas partes atribuídas aos consórcios dos bancos franceses que subscreveram o empréstimo feito ao Sultão de 1904, em compensação da cessão que seria feita pelo Consórcio ao Banco do Estado de Marrocos, admitindo a circulação de moeda espanhola.

A sua fiscalização era exercida por meio de um alto-comissário de nacionalidade marroquina, nomeado por acordo prévio com o conselho de administração do banco. Este alto-comissário tinha o direito de rubricar, fiscalizar a emissão da moeda de banco e assistir à reunião do conselho de censores, mas não podia intrometer-se na gestão dos negócios do banco. Os censores, por seu turno, não podiam imiscuir-se na administração, mas podiam assistir às reuniões do conselho administrativo, tendo apenas voto consultivo.

O quadro seguinte revela quais os Estados que subscreveram participações no Banco do Estado marroquino:

| | |
|-----------------|---|
| Alemanha | Em nota 2 do mês de Maio, o representante da Alemanha avisava que o seu governo deseja exercer o seu direito no Banco de Marrocos e, com esse objetivo, |
|-----------------|---|

²³⁹ - Humberto Pinto Lima, *Op. cit.*, p. 27.

| | |
|----------------------|--|
| | designava como chefe do grupo bancário alemão a Casa Mendelsson e Cia., de Berlim. |
| França | Em nota 1 de Maio, o representante francês fazia saber que o seu governo aceitava exercer o seu direito, designando o Banco de Paris e o Banco dos Países Baixos para subscreverem a parte correspondente à França. Informava igualmente que o consórcio do empréstimo marroquino estava disposto a subscrever o que é reconhecido como direito. |
| Grã-Bretanha | Em nota 5 do mês de Maio, o seu embaixador comunicou ao governo espanhol a sua intenção de usar o seu direito no referido banco, mas não se referiu às entidades que tomariam parte nem qual o representante no grupo. |
| Espanha | Através da nota verbal 3 do mês de Maio, o ministro da Fazenda em Real Ordem informava que o Banco da Espanha comprometia-se a assegurar a subscrição do capital que correspondesse à Espanha no referido banco. |
| Portugal | Em nota datada de 5 de mês de Maio, o representante português comunicava ao governo de Madrid que Portugal subscreveria a parte que lhe tocasse no capital do referido banco. |
| Rússia | A 26 do mês de Abril, o embaixador russo comunicava que o seu governo resolvera tomar parte na formação do capital do banco marroquino e que esta decisão fora transmitida pelo ministro das Finanças ao Banco do Norte de S. Petersburgo. |
| Bélgica | Em nota 4 do mês de Maio, o representante deste país em Madrid informava sobre a intenção do seu governo de exercer esse direito, mas sem designar as entidades que formaram o grupo, nem qual seria o responsável pela representação. |
| Suécia | Em nota 4 do mês de Maio, o governo sueco designou o Skandinaviska Kreditaktiebolaget, de Estocolmo, para exercer os direitos, em nome de um grupo composto por esse banco e ainda pelos bancos Stockholms Enskylda bank e Stockholms Handelsbank. |
| Países Baixos | Em nota 4 do mês de Maio, designou o grupo que ia usufruir este direito. Este grupo era composto pelo banco de Amsterdão, da Sociedade Neerlandesa de Comércio (Nederlandsche Handel Maatschappij) e de M.M. Hops e Cia. e como chefe do grupo, atuava a Sociedade Neerlandesa de comércio. |
| E.U.A | Em nota 6 do mês de Maio, o representante desta nação recusou assumir este direito. |

| | |
|------------------------|--|
| Itália | Em nota 3 do mês de Maio a Itália informou o governo de Madrid que já foi constituído um grupo de entidades sob os auspícios do Banco de Itália, que seria o encarregado de as representar. |
| Áustria-Hungria | O representante deste país em Madrid confirmou em nota com data de 3 de Maio que o seu governo participaria na formação do banco no império xerifino, designando um grupo composto pelos bancos Allgemein Oesterroichische Boden Creditanstalt-Oesterreichische Creditanstalt fur handel und Gewerbe.-Anglo Oesterroichische Banc Vieder-Oesterroichische, Escomte Gesellschaft.-Oesterreichische Landerbank de Viena, Peter Ungarische Commerzialbank.-Ungarische Allgemeine Creditbank e Ungarische Escompte und Wechsler Bank de Budapeste. Este grupo seria representado pelo Allgemeine Oesterreichische Boden Creditanstalt, de Viena. |

Seguidamente, a conferência elaborou uma declaração relativa aos serviços públicos e obras públicas, no intuito de garantir a aplicação do princípio da liberdade económica, sem desigualdade nenhuma. Reconhecia, por outro lado, a manutenção da autoridade do governo marroquino sobre as grandes obras tal como estradas, caminhos de ferro, telégrafos e outros, consequentemente, da legitimidade do Império Xerifino na concessão a empresas estrangeiras da exploração de serviços públicos ou da execução de obras públicas. Estas concessões feitas pelo governo marroquino ficavam subordinadas ao princípio da adjudicação pública sem preferência de nacionalidade. Assim, caberia ao executivo marroquino dar conhecimento das resoluções ao Corpo Diplomático, dos cadernos de encargos e demais documentos anexos ao projeto de adjudicação, de forma a que todas as potências signatárias pudessem estar ao corrente dos trabalhos projetados e em condições de concorrer aos mesmos (projectos).

Como já referimos, a ata geral que resultou desta reunião só foi assinada a 7 de Abril pelas doze potências participantes. Os plenipotenciários da majestade marroquina abstiveram-se. Por esse motivo, elaborou-se um protocolo em que ficou assente incumbir o ministro da Itália em Marrocos e decano do corpo diplomático em Tânger, de chamar a atenção do sultão para as grandes vantagens que resultariam, para o seu país, das estipulações adotadas na Conferência por unanimidade das potências signatárias. Mais tarde, consoante se constata da

leitura da imprensa contemporânea dos acontecimentos, o Sultão, pelas instâncias de que foi alvo, aderiu²⁴⁰.

Após a leitura da ata geral e do protocolo adicional, acordou-se por proposta feita pelo delegado alemão, Radowitz, que o discurso de cumprimentos fosse cedido ao Marquês Visconti Venosta, pela sua idade, por ser antigo ministro de Negócios Estrangeiros e Cavaleiro de Anunciada. Este último pronunciou um discurso, em nome de todos os delegados presentes no evento, agradecendo ao Duque de Almodóvar pela maneira tão esplêndida como ele presidiu à conferência e fazendo votos pelo Rei Afonso XIII e pela prosperidade de Espanha²⁴¹.

O Duque de Almodóvar, por sua vez, retorquiu amavelmente a Marquês Visconti Ventosa e aos restantes delegados, exprimindo a sua satisfação por ter sido possível alcançar um acordo em Algeciras e também agradecendo a todos pelo seu empenho. Em seguida, um fragmento da sua intervenção:

*Senores Delegados: Las palabras que acaba de pronunciar el primer delegado da Italia me conmueven profundamente, y el prestigio que rodea à uma larga vida consagrada à las altas y brillantes funciones publicas, da el mas alto valor à su lenguaje. No me oculta, por lo demás, la parte que debo atribuir en tan halagadoras apreciaciones a los sentimientos de amistosa benevolencia de que me dan testimonio los representantes de las potencias, y de los cuales acaba de hacerse interprete el sr. Marqués de Visconti Venosta. No puedo hallar las causas del feliz resultado de los trabajos que vamos a terminar, en otra parte que en las tendencias unánime hacia la conciliación, que han animado los espíritus, y en la perfecta cortesia de nuestras relaciones*²⁴².

Finalmente, sucedeu o discurso de encerramento pelo presidente de Almodóvar, do qual citamos o seguinte importante excerto:

Senores delegados: en el momento de separamos, un sentimiento de sincero pesar se confunde em mi con la satisfacción que nos produce el pleno éxito de nuestros trabajos (...) Cada cual lleva el convencimiento de haber colaborado a una obra fecunda de paz y de justicia, cuya importancia y cuyo alcance serán considerables. Nuestro estimado colega el ministro de Italia, y decano del Cuerpo Diplomático en Tánger, podrá afirmarlo así cuando, investido del mando de las potencias signatarias, se encuentre llamado a exponer a

²⁴⁰ - Câmara dos dignos Pares do Reino. Sessão n.º 47 em 19 de Dezembro de 1906.

²⁴¹ - Cf. Agustin F. del Valle Pantojo, *Art. cit.*, p. 337.

²⁴² - Javier Betegón, *Op. cit.*, pp. 342-343.

*S. M. Jeriffiana las ventajas considerables que Marruecos ha de recoger de la aplicación de las reformas sobre las cuales, conforme al programa de las Potencias, se han puesta de acuerdo*²⁴³.

A Espanha estava satisfeita com a intervenção e o apoio demonstrado pela delegação portuguesa na Conferência de Algeciras, o que levou o Duque de Almodóvar pedir ao Conde de Tovar de Lemos uma nota do que ele contava dizer-lhe. O conde de Tovar de lemos entregou-lhe a referida nota que o Duque leu e guardou, transmitindo-lhe que ele e o seu governo ficavam muito agradecidos por esta nova manifestação de amizade por parte de Portugal. A nota dizia:

*La délégation portugais croirait trahir ses sentiments sinon par devoir en se bornant à donner une adhésion pure et simple, silencieuse félicitation et aux remerciements qu'à si juste titre et d'une façon si éloquente et si chalereuse viennent d'être adressés à S.Ex. Le Premier Plenipotentiaire d'Espagne, le très digne President de cette conférence. Tout ce qui intéresse l'Espagne intéresses très particulièrement le Portugal. Tous ce qui l'honore et l'exalte nous fait toujours un très vif plaisir et c'est pour l'exprimer que j'ai jugé nécessaire de me lever. Pour prier S.Ex. le Duc d'Almodovar del Rio, mon illustre présidente de Algeciras et mon très chef de Madrid de vouloir bien je ne dirai pas donner la premiere place aux remerciement, et aux felicitations de la delegation portugaise- ce serait pas peut-être pas trop ambitieux de notre part et pas assez déférent pour les autre, mais de les mettre, en tous cas, au premier rang, car elles y ont droit par leur sincerité et par leur cordialité fraternelle*²⁴⁴.

Concluídos os trabalhos da conferência, o Conde de Tovar voltou ao seu posto na referida legação a 26 de Março, de onde tornaria a ausentar-se em virtude da licença que lhe fora concedida por despacho ministerial, a 16 de Julho. Finda a sua licença regressou a Madrid, onde reassumiu a gerência da legação a seu cargo, a 12 do mês de Outubro seguinte²⁴⁵.

²⁴³ - *Idem. Ibidem.*, pp. 344-345.

²⁴⁴ - A.H.D.M.N.E, 3º P AMº 22 Mº 456, A correspondência n.º 24, proveniente da legação de Portugal em Madrid, no dia 10 de Abril de 1906.

²⁴⁵ - Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Op. cit.*, p. 93.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, estudámos a primeira crise marroquina na Conferência de Algeciras e a posição portuguesa face a essa mesma crise. O estudo da Conferência de Algeciras levou-nos a constatar que a questão marroquina constituiu um fenómeno típico das relações internacionais do período da Paz Armada, provocado pela incompatibilidade absoluta entre um Marrocos isolado e anárquico e a vizinhança de uma Europa expansionista, eivada pela divergência e antagonismos de múltiplos interesses nacionais.

Os protagonistas envolvidos nesse processo de crise foram a França, a Espanha, a Grã-Bretanha, a Itália e a Alemanha. Em primeiro lugar surge a França - contígua devido à sua presença na Argélia- via no controlo de Marrocos a segurança da sua colónia argelina e a possibilidades para uma expansão do seu comércio. Quando ocupou a Tunísia, a França pretendia claramente obter a unidade do Magrebe sob o seu domínio. A Espanha, tinha interesses no Norte de Marrocos, seja pela conquista do império alauita e pela segurança de seus presídios de Ceuta e de Melilla, seja como uma alternativa colonial devido à perda das suas colónias de América, em 1898. Por outro lado, a Grã-Bretanha, avizinha-se de Marrocos por Gibraltar, preocupada com o protetorado francês sobre a Regência de Tunes, em 1881, pelo tratado de Bardo. Dito de outra forma, Gibraltar era britânico, mas Tânger não; e se por infortúnio caísse nas mãos de uma terceira potência europeia com veleidades imperialistas, as comunicações marítimas do Império britânico passariam a estar seriamente ameaçadas. A Itália, por seu turno, uma jovem potência mediterrânica, via no Mediterrâneo a oportunidade de realizar a herança romana do *mare nostrum*. Na perspetiva da política colonial Italiana, a questão marroquina não surgiu como um problema colonial, mas sim como uma garantia para preservar o equilíbrio entre os interesses das diferentes potências interessadas naquele país do norte de África, em particular, e no Mediterrâneo, em geral. Por fim, a Alemanha que desde o início da sua política *Weltpolitik* entendeu que os seus interesses em Marrocos davam direito a compensações em outros lugares.

Os interesses e objetivos muito diferentes que as potências supra mencionadas manifestavam no tocante a Marrocos, levam-nos a deduzir que cada uma delas, considerados os interesses nacionais respetivos e aos meios de ação de que dispunham, adotaram uma política de pressão, a fim de penetrar em Marrocos e obter a satisfação dos seus propósitos estratégicos, políticos e económicos. Esta política de pressão consistiu em três etapas: o uso da força, cujo fito consistia em destruir o estado marroquino ou, pelo menos, obrigá-lo a

submeter-se aos interesses das potências ocidentais. Por outro lado, há que referir a pressão económica, cujo objetivo passava por converter Marrocos em país dependente do capitalismo europeu e, por último, o incremento da comunidade estrangeira dedicada ao comércio, espionagem, missões religiosas e a utilização de personagens com muita influência social (caide Raisuni e Xerife Wazani) para preparar as tribos para a ideia de uma colonização futura. Estas três etapas, de certa forma complementares, formaram as principais estratégias da política estrangeira para penetrar em Marrocos.

O estudo dos objetivos diplomáticos dos principais protagonistas envolvidos nesse processo de crise e dos choques daí advindos, ajuda-nos a constatar que a divergência e antagonismos dos múltiplos interesses nacionais delas, foram traduzidos, na viragem do século XIX para o século XX, no recurso a um sistema de alianças: é o caso do sistema idealizado pelo ministro francês T. Delcassé, que se propunha cumprir três objetivos: consolidar a aliança franco-russa, obter a neutralidade italiana na eventualidade de um conflito franco-alemão e assegurar o controlo de Marrocos através de um jogo de compromissos com a Itália, a Espanha e, especialmente, a Grã-Bretanha. Este aspeto encontra-se bem explicitado nas seguintes linhas, da conversa entre o ministro francês Delcassé e o ministro plenipotenciário Maurice Paléologue, a 1 de Janeiro de 1904.

Quels souhaits dois-je vous faire, monsieur le ministre, pour le nouvel an?

Il n'hésite pas dans sa réponse :

- *D'abord, souhaitez-moi que la Russie et le Japon n'en viennent pas aux coups. Cela, c'est la plus important !... Souhaitez-moi ensuite de mener à bien la négociation de mes accords avec L'Angleterre, L'Italie et L'Espagne.*
- *Vous ne nommez pas le Maroc ?*
- *Je n'ai pas besoin de le nommer. Si la Russie garde les mains libres en Europe; si je conclus mes accords avec L'Angleterre, L'Italie et L'Espagne, vous verrez le Maroc tomber dans notre jardin, tout naturellement, comme un fruit mûr*²⁴⁶.

O ministro francês Delcassé concretizou os seus objetivos diplomáticos, interpretados pela Alemanha como uma ameaça direta aos seus interesses económicos e estratégicos no domínio territorial em relação a Marrocos e a consolidação da posição da França na Europa, face à Alemanha. Quando o ministro plenipotenciário francês, Saint-René Taillandier, apresentou um projeto de “Tunificação” do Império Xerifino ao sultão marroquino, isto é, na sua redução a um protetorado nos moldes da Tunísia, a diplomacia

²⁴⁶ - Maurice Paléologue, *Op. cit.*, p. 2.

alemã adiantou-se à de Paris, tendo conseguido persuadir as chancelarias europeias a instar a França a abdicar do seu projeto, pois caso contrário isso seria considerado *casus belli*. As crescentes complicações levaram à necessidade de celebrar um encontro internacional destinado a regular a situação em Marrocos: seria a Conferência de Algeciras, que, depois de meses de preparativos, teve lugar nessa cidade em janeiro de 1906.

A 16 de Janeiro, deu-se início à sessão inaugural da Conferência de Algeciras. Cada uma das delegações presentes tinha uma posição e interesses específicos a defender no quadro da questão marroquina. No caso de Portugal, constatámos que a sua posição foi a de uma potência de segunda ordem, mantendo-se fiel à tradicional aliança com os britânicos, tentando ao mesmo tempo evitar a tudo custo quaisquer choques com as demais potências participantes em Algeciras. Isto fica bem claro na correspondência n.º 7 da delegação portuguesa que participou na conferência:

*Como já disse por telegrama tive a honra de receber em devido tempo as instruções que V^a. Ex^a. perfeitamente que n'esta Conferencia se trata muito menos de reformar Marrocos que de sanar as desinteligências internacionais a que esse assumpto servio de pretexto e estiveram a ponto de provocar um conflito europeu. Isso está naturalmente indicando a conducta de rigorosa prudencia e discrição que n'elle devem observar todos aquelles que como nos teem o máximo interesse em se não envolverem escusadamente nas lutas d'influencia entre as grandes potencias. Para collaborar com a Inglaterra nos pontos em que mais se empenhe a sua e nossa politica internacional basta, a meu ver, a adhesao que lhe de o nosso voto. Accentual-o com declarações e argumentos sem dar ao voto com maior effficacidade, so serviria para nos comprometter mais e perigosamente com os seus rivais de hoje que podem ser aliados ou amigos de amanha*²⁴⁷.

Esta posição da diplomacia portuguesa deveu-se, por um lado, à ideia de “marroquinização” portuguesa, ou seja, o seu isolamento e o seu atraso tecnológico no tabuleiro internacional e, por outro lado, à crise do *Ultimatum* que levou o governo português a ter consciência de que afrontar a Grã-Bretanha significaria inutilizar o Acordo de Arbitragem Luso-Britânico de 1904 e, eventualmente, reativar o tratado anglo-germânico para a repartição das colónias portuguesas e, fornecer motivos para o estreitamento em curso de laços entre espanhóis e britânicos.

Perante esta realidade, concluímos que a posição portuguesa face à questão marroquina pautou pelo respeito da sua aliança com o Reino Unido, apoiando os interesses “legítimos” da França e os direitos “históricos” da Espanha em Marrocos, evitando deste

²⁴⁷ - A.H.D.M.N.E, 3º P AMº 22 Mº 456, A correspondência n.º 7. Confidencial, proveniente da Conferência de Algeciras no dia 28 de Janeiro de 1906.

modo quaisquer confrontos com as teses alemãs. O resultado final, marcado pelas divergências franco-alemãs, permitiu que os países pequenos como Portugal vissem salvaguardadas as suas preocupações:

1. Assegurando a sua posição geoestratégica (na confluência do Mediterrâneo e Atlântico), era essencial para a dimensão atlântica de Portugal e a segurança do seu tráfico, aliada aos novos dados da conjuntura europeia;
2. Evitando a eclosão de uma guerra mundial passível de ameaçar os interesses do país no Atlântico;
3. Garantindo a sua parte na formação do Banco do Estado marroquino;
4. Mantendo-se o princípio da porta aberta no trânsito marítimo, mesmo depois do estabelecimento do protetorado francês em Marrocos em 1912.

Por fim, esperamos que este tema, ainda pouco explorado na investigação histórica, seja um contributo útil e um ponto de partida para outros futuros estudos científicos, nomeadamente na área das relações luso-marroquinas: que balanço trouxe a Conferência de Algeciras no novo equilíbrio europeu? Quais foram as motivações que provocaram a segunda crise marroquina? Qual a posição do Partido Republicano Português face à mesma?

Fontes e Bibliografia

Arquivo Histórico-Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Manuscritos

Arquivo Histórico-Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros. *A Conferência de Algeciras de 1906*, Cx° 3°P AM°22 M° 456.

Arquivo Histórico-Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Telegramas da Conferência de Algeciras*, Cx° 1086 M°2.

Arquivo Histórico-Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros. *A Legação Portuguesa em Tânger Referente ao ano 1903-1904-1905*, Cx° 3°P AM°22 M°457.

Relatórios

BUGALHO, Eduardo Manuel Fernandes, *Questão Marroquina*, Monografia para Concurso de promoção a Conselheiro de Legação e Cônsul Geral, Rabat, Janeiro, 1955.

FREIRE E SILVA, António Barata, *Situação Histórica da Conferência de Algeciras*, Relatório Referente ao ano 1949.

SILVA, António Rebelo da, *Imperialismo e Capitalismo*, Relatório relativo ao ano de 1943.

PINTO LIMA, Humberto, *a Política Financeira da França em Marrocos. Fim de Acta de Algeciras*, Relatório relativo ao de 1946- 1947.

GIRÃO, Guilherme de Sousa, *o Conflito de Fronteira Marroco-Argelino*, Relatório Anual Relativo ao ano 1963.

LOPES, Nuno Álvares Adrião de Bessa, *O Consulado em Tânger – A Sua Tradição Diplomática – a Sua Adaptação à Presente Conjuntura Marroquina*, Relatório relativo ao ano 1963-1964.

RODRIGUES, José do Sacramento Xara Brasil, *Consulado Geral de Portugal em Rabat*, Relatório Anual do Cônsul de 2.^a Classe relativo ao ano 1936.

Fontes Impressas

Debates parlamentares:

Câmara dos dignos Pares do Reino de Portugal. Sessão n.º 47 em 19 de Dezembro de 1906.

Periódicos

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático e Consular Português*, Referente ao ano 1906, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

O Diário de Notícias, Ano 45.º, n.º 14:414, Sexta-feira, 12 de Janeiro de 1906.

O Jornal de Comércio, Ano 53.º, n.º 15665, Quarta-feira, 4 de Abril de 1906.

O Século, Ano Vigésimo Sexto, n.º 8:643, Quinta-feira, 18 de Janeiro de 1906.

O Século, Ano Vigésimo Sexto, n.º 8:641, Terça-feira, 16 de Janeiro de 1906.

O Século, Ano Vigésimo Sexto, n.º 8:640, Segunda-feira, 15 de Janeiro de 1906.

O Século, Ano Vigésimo Sexto, n.º 8:635, Quarta-feira, 10 de Janeiro de 1906.

O Século, Ano Vigésimo Sexto, n.º 8:631, Sábado, 6 de Janeiro de 1906.

Monografias

COLAÇO e MACNAMARA, Barão de, *Soberanos Marroquinos*, Lisboa, Editora de A. M. Teixeira, 1906.

RODRIGUES, Urbano, *Passeio a Marrocos*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

Dicionários e Enciclopédias

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, XV vols., Lisboa, Editorial Enciclopédia Limitada, Rio de Janeiro, sd, pp. 321-322.

Estudos

ABITBOL, Michel, «Du XVIII Siècle à 1844: une politique d'ouverture jusqu'à la défaite de l'Isly», in Paul Dahan e Sylvie Lausberg (dirs.), *Le Maroc et l'Europe Six Siècles dans le Regard de L'autre*, Re-Bus (Italie), Quart'Coul (Toulouse), 2010, pp.99-121.

AFONSO Jorge, *Olhares portuguesas sobre o Magrebe: Mitos e Realidades*. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/P.2238871.2011v12n16p137/3690>. Data da consulta, 15/01/2016, pp. 150-153.

ALARCAO, João, *O Problema de Mediterrâneo*, Lisboa, Cosmes, 1943.

ÁLVAREZ-PRIDA, María Rosa de Madariaga, «La conferencia de Algeciras de 1906: Una Tregua en el Reparto de Marruecos», in *Actas del congreso Internacional La conferencia Internacional de Algeciras de 1906. Cien años después*, Algeciras, Fundación Municipal de Cultura José Luciano Cano, 2006, pp.161-182.

AKMIR, Youssef, *De Algeciras a Tetuán 1875-1906: Orígenes del Proyecto Colonialista Español en Marruecos*, Rabat, Instituto de Estudios Hispano-Lusos, 2009.

BALANA, Albert Garcia, «Patria, Plebe y Política en la España Isabelina: La Guerra de África en Cataluña (1859-1860)», in Eloy Martín Corrales (ed), *Marruecos y el Colonialismo Español (1859-1912) – De la Guerra de África a la Penetración Pacífica*, Barcelona, Bellaterra, 2002, pp. 13-79.

BEN ZAIDAN, Abd el-Rahman, *Ithaf Aalam Anas Bi Gamali Ajbari Hadarati Meknes*, 1.^a ed., 5 Vols, Rabat, Editora National, 1933.

BERRAMADNE, Abdelkhaleq, *Le Maroc et L'Occident (1800-1974)*, Paris, Karthala, 1987.

BETEGON, Javier, *La Conferencia de Algeciras. Diário de un Testigo, Con Notas de Viajes à Gibraltar, Ceuta y Tanger*, Madrid, Hijos de J. A. Garcia, 1906.

CERVO, Amado Luiz, «Hegemonia Coletiva e Equilíbrio: a Construção do Mundo Liberal (1815-1871)», in José Flávio Sombra Saraiva (org.), *Relações Internacionais: Dois séculos de História. Entre a preponderância Europeia e a Emergência Americano-soviética (1815-1947)*, 1 vols., Brasil, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001, pp. 59-254.

COSME, João, «Marrocos (1886-1894) Visto Através da Correspondência da Legação Portuguesa em Tânger», in Mohammed Salhi (coord.), *Marruecos, España y Portugal: hacia nuevos espacios del diálogo*, Rabat, Universidad Mohammed V- Publicaciones de la Facultad de Letras y Ciencias Humanas - serie: Coloquios y seminários n° 82, 1999, pp. 269-312.

COSTA, Fernando, «A Política Externa: do Ultimatum à República», in Fernando Martins (Ed.), *Diplomacia & Guerra. Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*, Actas do I Ciclo de Conferências, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp.45-67.

DELAUNAY Jean- Marc, «Competidores y cómplices? España y Francia en el Noroeste de África. Alrededor de la Conferencia de Algeciras», in *Actas del congreso Internacional La conferencia Internacional de Algeciras de 1906. Cien anos después*, Algeciras, Fundación Municipal de Cultura José Luciano Cano, 2006, p. 70.

EL-HAJOUI, Mohammed Omar, *Histoire Diplomatique du Maroc (1900-1912)*, Paris, G.-P. Maisonneuve, 1937.

FARINHA, António Dias, *História de Mazagão Durante o Período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970.

IDEM, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.

GAMAZO, Gabriel Maura, *El Convenio Entre España e Francia Relativo a Marruecos. Discurso Pronunciado en el Congreso de los Diputados el Día de Diciembre de 1912*, Madrid, Imprenta calle de la libertad, Sd.

REDODO, José Crespo (Dir.), *Historia de Marruecos*, Rabat, Consejería de Educación, Embajada de España Marruecos, s.d.

GUEVARA, Gisela, *As Relações Entre Portugal e a Alemanha Em Torno da África. Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*, Lisboa, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE-serie D, 2006.

GUEVARA, Gisela Medina, *As Relações Luso-Alemãs Antes da Primeira Guerra Mundial. A Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*, Lisboa, Colibri, 1997.

HOBBSWM, E. J., *A Era do Capital (1848-1875)*, 6.ª ed., (trad. De Carmo Cary), Lisboa, Editorial Presença, 1979.

IDEM, *A Era das Revoluções (1884-1789)*, 2.ª ed., (trad. de António Cartaxo), Lisboa, Editorial Presença, 2012.

IDEM, *A Era do Império*, 1.ª ed., (trad. de Henrique de Barros), Lisboa, Editorial Presença, 1990.

LAROUÏ, Abdallah, *Historia Del Magreb desde los Orígenes hasta el Despertar Magrebí. Un ensayo interpretativo*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1994.

IDEM, *Orígenes Sociales e Culturales del Nacionalismo Marroquí (1830-1912)*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1997.

LUGAN, Bernard, *Histoire du Maroc des Origines à nos jours*, Paris, Critérion, 1992.

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, editorial Verbo, 1986.

MESARI, Muhamed Larbi, «Reflexiones desde el Sur de Tarifa. Algeciras, un Hiato en la Historia de Marruecos», in José António Gonzáles Alcantud e Eloy Martín Corrales (eds.), *La Conferencia de Algeciras en 1906: un banquete colonial*, Barcelona, Edicions Bellaterra, 2007, pp.159-169.

MIEGE, Jean-Louis, *Le Maroc et L'Europe (1822-1906)*, Tomme II, III e IV, Rabat, Editions la Porte, 1996.

IDEM, *Expansion Européenne et Décolonisation de 1780 à nos jours*, Paris, Presse Universitaire de France, 1937.

MONTEIRO António, *Relações Luso-marroquinas. 230 anos, Revista Camões*, N.º17-18, Lisboa, Instituto Camões, 2004, sem paginação.

PANTOJO, Agustin F. del Valle, «El Papel de Italia en la Conferencia Internacional de Algeciras de 1906», in Juan Manuel de Faraminan Gilbert e Victor Luís Gutiérrez Castillo (coords.), *La Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Algeciras, Fundación Tres Culturas del Mediterráneo, 2006, pp. 329-347.

PIERNAS, Carlos Jiménez, CASANOVA, Millan Requena, «El Papel de España en la Conferencia de Algeciras de 1906», in Juan Manuel de Faraminan Gilbert e Victor Luís Gutiérrez Castillo (coords.), *La Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Algeciras, Fundación Tres Culturas del Mediterráneo, 2006, pp. 247-265.

PRAT Y COLL, Juan, «De Algeciras a Estambul: España Ante la Actual Situación en el Mediterráneo», in Juan Manuel de Faraminan Gilbert e Victor Luís Gutiérrez Castillo (coords.), *La Conferencia de Algeciras y las Relaciones Internacionales*, Algeciras, Fundación Tres Culturas del Mediterráneo, 2006, pp. 271-279.

PALACIO, Atard Vicente, *Manual de la historia Universal*, Tomo IV, Edad contemporánea, Madrid, Editorial Espasa-Calpe, 1970.

PALEOLOGUE, Maurice, *Un grand Tournant de la Politique Mondiale (1904-1906)*, Paris, Librairie Plon, 1934.

PASCAL, Mallen-Barret, *Le Maroc de A á Z*, Paris, André Versaille, Parceira António Maria Pereira, 1937.

PASTOR GARRIGUES, Francisco Manuel, *La Ruptura del 'Statu Quo' y los Problemas interiores de Marruecos vistos por la Publicística Espanola de principios del Siglo*, in *Revista Hespéris Tamuda*, XXXVI vols., Rabat, Faculte des Lettres et des Sciences Humaines, pp. 13-45.

POIDEVIN, Raymond, «A Era da Dominação», in George Livete e Roland Mousnier (dirs.), *Historia Geral da Europa*, Tome III., *A Europa desde 1789 aos nossos dias*, Portugal, Mem-Martins, Publicações Europa-América, s.d.

Rui Ramos, *O Fracasso do Reformismo Liberal (1890 1910)*, in Rui Ramos et al (coords), *História de Portugal*, 1.º ed, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 549. 576.

IDEM, *D. Carlos (1863-1908)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

SAINT, Beuve L., *La question du Maroc: Etudes géographique, politique et militaire*, Paris, Henri Charles-Lavauzelle, s.d.

SEFROUI, Houcine, *Historiques des Capitulations du Maroc diplomatique Événementiel: traités-accords-conventions et arrangements du Maroc avec L'Europe et les Etats Unis D'Amériques*, Casablanca, Najah el Jadida, 2002.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 10 Vols., *A queda da Monarquia (1890-1910)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1988.

TAILLANDIER, Saint-René, *Les Origens du Maroc Français-Recit d'une mission (1901-1906)*, 6.^a ed., Paris, Libraire Plon. 1930.

TARDIEU, André, *La Conférence D'Algésiras: Histoire Diplomatique de la Crise Marocaine (15 Janvier- 7 Avril)*, 3.^a Ed., Paris, Félix Alcan et Guillaumin Réunies, 1909.

TELO, António José, HIPOLITO de la Torre Gómes, *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais*, Lisboa, Cosmes, 2000.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, «Entre África y Europa: la política exterior portuguesa 1890-1986», in Pinto, António Costa (Coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2005, pp.87-116.

IDEM, *O Ultimatum Inglês. Política Externa e política Interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, S. A., 1990.

TERRASE, Henri, *Histoire du Maroc*, Ed. Abrégée, Casablanca, Atlantides, 1952.

TORRE DEL RIO, Rosário De La, «La Crisis Internacional de 1905», in Pilar Pinto Alonso, Rosabel O'Neill Pecino, Actas del Congreso Internacional, *La Conferencia de Algeciras de 1906. Cien años después*, Algeciras, Fundación Municipal de Cultura José Luis Cano, 2008, pp. 85-90.

IDEM, *Preparando la Conferencia de Algeciras: el Acuerdo Hispano-francés de 1 de Septiembre de 1905 sobre Marruecos*, vol. Extraordinario, Cuadernos de Historia Contemporánea, 2007, pp. 313-320.

WESSELING, Henri, *Le Partage de L'Afrique 1880-1914*, Paris, Éditions Denoel, 1996.